MENSAGEM

APRESENTADA Á

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

DO

ESTADO DA PARAÍBA

EM 1.º DE JUNHO DE 1949

PELO

GOVERNADOR OSWALDO TRIGUEIRO

DEPARTAMENTO DE PUBLICIDADE
João Pessôa — Paraíba — 1949

1/2 couro vermelho.

MENSAGEM

APRESENTADA A

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

DO

ESTADO DA PARAÍBA

EM 1.º DE JUNHO DE 1949

PELO

GOVERNADOR OSWALDO TRIGUEIRO

353.98133
M548

DEPARTAMENTO DE PUBLICIDADE
João Pessôa — Paraíba — 1949

64 16 2 50

Senhores Membros da Assembléia Legislativa:

Pela terceira vez tenho a honra de dirigir-me á Assembléia Legislativa para expôr a situação dos negócios públicos e sugerir as medidas que considero necessárias ao bom andamento da administração do Estado.

Nêste último ano a vida política da Paraíba transcorreu tranquilamente, sem qualquer ocorrência que perturbasse o ritmo normal das instituições democráticas. As relações entre os poderes constitucionais continuaram a desenvolver-se em perfeita cordialidade, não se tendo registrado atritos que pudessem comprometer a boa prática do regime.

A ordem pública, por sua vez, foi preservada de maneira exemplar, assegurando-se ao povo paraibano uma fase de paz e de trabalho que não é superada em nenhuma outra unidade da Federação. Sem dúvida, isso se deve, primordialmente, á vocação democrática e ao gráu de cultura política da nossa gente; mas se deve também á firmeza de propósitos com que o govêrno timbra em proporcionar a todos os cidadãos o gôso pacífico das liberdades reconquistadas.

E' nêste ambiente que a Paraíba se prepara para as próximas eleições gerais, em que se vai

proceder pela primeira vez, no novo ciclo republicano, á renovação dos órgãos do govêrno, tanto no cenário nacional como no dos Estados. Protegidos pela lei e pelo regime de órdem reinante entre nós, estão os partidos em condições de exercer livremente seu relevante papel no funcionamento das instituições.

A Paraíba oferece-lhes um clima de tolerancia em que êles poderão perfeitamente se entender, conjugando os seus esforços para qualquer solução patriótica e conciliatória, propicia a consolidar o regime de paz democrática que a República está usufruindo, sob a inspiração do movimento de compreensão interpartidária implantada no cenário federal, com tanto proveito para a administração e a tranquilidade da vida pública. Quando assim não ocorra, ninguém tem dúvida de que, entre nós, êles poderão apelar confiantemente para o povo paraibano, na certeza de que o meu govêrno, como o fez no pleito municipal, manterá as condições indispensáveis a uma campanha em que haja plena liberdade de comicios e as mais amplas garantias para o exercicio do voto.

Como assinalei em minha primeira Mensagem, mantenho como ponto de honra o propósito de assegurar eleições livres e honestas, impedindo que a expressão da vontade popular seja de qualquer modo deturpada ou corrompida por abuso do poder.

* * *

As relações do Govêrno do Estado com os

poderes da União continuam se processando com espírito de compreensão altamente benéfico para o interesse publico e a bôa prática do regime. Como já tive ocasião de manifestar, a solução dos nossos problemas administrativos, naquilo que depende da cooperação do Govêrno Federal, não tem encontrado restrições ou empecilhos.

O atual Govêrno da Republica está realizando em nosso Estado empreendimentos de vulto. No plano ferroviário está em andamento a construção do trecho de Campina Grande a Patos, velha aspiração que esperamos ver transformada em realidade dentro de poucos anos e que constitui uma conexão da maior importancia, não só para ligar o nosso litoral ao alto sertão, como para articular todo o sistema ferroviário do Nordéste.

No plano rodoviário prosseguem os serviços da estrada do Vale doPiancó, bem como os do trecho entre Catolé do Rocha e Jardim de Piranhas, que ligará em breve o noroeste da Paraíba á região do Seridó e, consequentemente, ao sistema rodoviário norte-rio-grandense. A ponte de Itabaiana, semi-destruida há um quarto de século, foi afinal restaurada, tendo sido entregue, ao tráfego em dias de março ultimo.

No setor especifico do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, prossegue a construção da barragem do Mãe D'Agua, com a qual se completará o chamado sistema do Alto Piranhas. Com a inclusão no orçamento da Republica de verba para a instalação das

turbinas do Corema, tudo faz crer que, dentro de algum tempo, tenhamos o Alto Sertão beneficiado por um potencial de energia elétrica que será fator decisivo do progresso regional.

A União vem ainda realizando, diretamente, empreendimentos menores, como sejam a construção da ponte de acostagem do Pôrto do Sanhauá, em fase de conclusão, a construção de vários edifícios destinados a correios e telégrafos e a construção de cinco postos agropecuários. Onde, porém, esta ação se vem fazendo sentir com eficiência inédita é na execução dos planos de cooperação com o Govêrno do Estado, nos mesmos moldes e condições postos em prática nas demais unidades da Federação. Através de sucessivos acôrdos, vem o Estado recebendo a ajuda financeira federal, principalmente com recursos provenientes do Fundo Nacional de Ensino Primário e das verbas do plano de assistência e proteção á maternidade e á infancia. Graças a essa politica, estamos contando com auxílios que nos possibilitam multiplicar os recursos do Estado para a construção de prédios escolares, hospitais, maternidades e postos de higiêne e puericultura Os auxilios previstos para esse fim nos vários acôrdos firmados ou em vias de serem celebrados, permitem-nos estimar que a atual administração da Republica contemplará a Paraiba com auxilios que se elevarão a cerca de trinta milhões de cruzeiros.

O impulso dado ao sistema de subsidios aos Govêrnos estaduais caracteriza a nova mentalidade que anima a administração fe-

ral, na presente fase. Por um lado, é sabido que os Estados, empobrecidos em suas fontes tributárias, não dispõem de recursos suficientes para a solução dos nossos problemas essenciais, a começar pelos de educação e saúde pública. Por outro, a União não poderia proveitosamente estender suas múltiplas atividades administrativas a todo o território nacional, em supérflua dispersão de esforços, para serviços e empreendimentos de há muito confiados á rotina dos govêrnos estaduais.

A prática dos subsidios afigura-se, no regime federativo, o unico método eficaz de conciliar a ação da União com a dos Estados, pela conjugação de esforços para a realização de planos administrativos de ambito nacional, que distribuam com equidade os favores federais e assegurem, nas várias unidades politicas, condições uniformes de progresso e desenvolvimento cultural. Como em tantos outros casos, não devemos despresar a experiência dos Estados Unidos, onde os **grants-in-aid** têm sido instrumento decisivo de progresso e de transformação politica que, em certo sentido, vêm alterando a própria fisionomia tradicional do federalismo.

A não serem dois ou três Estados em excepcionais condições de prosperidade econômica, está demonstrado que sem ajuda financeira da União não podemos dar ao Brasil as escolas, os hospitais, as estradas, de que tanto carecemos. A prática da cooperação federal-estadual em larga escala, como tão auspiciosamente se inicia sob o govêrno do General Fu-

rico Gaspar Dutra, está destinada a corrigir os defeitos de nossa secular concentração administrativa e a levar a todos os recantos do país benefícios que não podem mais ser retardados.

* * *

Graças á normalidade das nossas condições econômicas tem sido possível ao meu govêrno manter as finanças públicas em boa ordem.

A vigente Constituição Federal, no concernente á distribuição de recursos, submeteu os Estados a dura prova o que se fez visando sobretudo ao fortalecimento da vida municipal. O certo, porém, é que as unidades federadas se viram desfalcadas de rendas substanciais, sem que, como seria de desejar, os seus encargos fossem de qualquer modo reduzidos.

De uma parte, os tesouros estaduais fôram privados do imposto de industria e profissão, transferido para os municípios, sofreram redução compulsória nas taxas de exportação, e fôram forçados a suprimir todos os tributos não previstos na discriminação constitucional. De outra, tiveram que manter e ampliar os seus serviços administrativos, cujo custeio se torna cada dia mais oneroso, e sobretudo tiveram de enfrentar pesados encargos decorrentes de aumentos de vencimentos, determinados pela alta de custo de vida.

Nestas condições, somente resta aos Estados o recurso ao imposto de vendas mercantis, por toda a parte majorado e entre nós elevado

de 1,5 para 2%. Apesar do caráter reconhecidamente anti-social desse tributo, a verdade é que as finanças estaduais hoje dêle basicamente dependem, de tal sorte que nenhuma agravação excepcional de encargos se pode operar sem correspondente acréscimo nessa fonte de renda.

Como assinalei na Mensagem do ano passado, o primeiro ano do atual govêrno poude encerrar-se sem deficit, graças á política de enérgica compressão de despesas, que foi então adotada como única medida de salvação. O Orçamento de 1947, decretado sem deficit, sofreu depois enorme desequilíbrio, quer pela transferência de saldos dos créditos plurienais, quer pelos encargos decorrentes dos aumentos de vencimentos, concedidos após a decretação do orçamento, ás vésperas da instalação do govêrno constitucional, o que em conjunto veio elevar a despesa autorizada em mais de quarenta milhões. Ainda assim, foi possível ao Govêrno conter a despesa real do exercício nos limites da receita efetiva, encerrando-se o balanço financeiro com o pequeno saldo de Cr$ 23.433,00.

Já no exercício de 1948 as condições se tornaram mais favoráveis, por fôrça da nova lei de organização tributária, que possibilitou maior arrecadação, permitindo ao Govêrno pôr em execução seu programa administrativo, sem prejuizo da execução orçamentária que se processou com perfeito equilíbrio. Como se verá da minuciosa exposição contida no capítulo próprio desta Mensagem, a receita do Estado em

1948 elevou-se a Cr$ 121.010.995,30. Tendo a despesa importado em Cr$ 118.361.264,90, verifica-se que o exercício se encerrou com o saldo real de Cr$ 2.649.730,40.

A execução do orçamento para o corrente ano apresenta-se marcada por dificuldades maiores. E' que êle foi votado com o desequilíbrio inicial de Cr$ 4.000.000,00, sem qualquer reforço da receita, ocorrendo ao contrário perdas sensíveis, como as que resultam das progressivas reduções constitucionais e, muito especialmente, da cessação da contribuição municipal para a instrução pública, que vinha sendo arrecadada desde 1931.

A despeito disso, o Govêrno persiste no propósito de conter as despesas dentro das possibilidades do tesouro, para manter o equilíbrio orçamentário e resguardar, nesta difícil transição de nossa vida tributária, a boa tradição financeira da Paraiba.

* * *

Nas Mensagens anteriores, como em vários outros documentos, tenho insistido em chamar a atenção do poder legislativo e da opinião pública para a situação deplorável da Paraiba no que diz respeito á educação popular.

Ao se iniciar êste novo ciclo da vida democrática, encontrámos a Paraiba figurando desprimorosamente nas estatísticas educacionais. Estávamos entre os três Estados em que é mais baixo o índice de alfabetização, cabendo-nos a percentagem ínfima de 23,66%. Atribuiam-nos

um deficit de 130.000 crianças sem escola primária, correspondente a 65,8%. Não é preciso dizer mais nem carregar nas cores de um quadro já de si tão deprimente. Daí a necessidade que dêsde logo sentiu o meu govêrno de colocar o problema da educação na frente de todos os outros que estão a desafiar a clarividência e a capacidade da administração pública em nosso país.

Para se dar ao ensino o necessário desenvolvimento, as dotações para os serviços ordinários foram elevadas de Cr$ 18.000.000,00 para Cr$ 22.360.000,00. Além disso a administração atual já dispendeu, na construção e equipamento de prédios escolares, cêrca de Cr$ ... 6.000.000,00.

Cumpre assinalar que o onus do Estado nêste particular se agrava com a perda de mais de seis milhões de cruzeiros, que deixa de receber a partir do corrente ano, e que era correspondente á contribuição dos municipios para manutenção do ensino. A renúncia por parte do Estado a essa quota teve por finalidade permitir a criação do ensino municipal, que deverá dotar a Paraíba, no corrente ano, de cêrca de mil escolas elementares.

Nos dois últimos anos foram criados e instalados 28 grupos escolares, localizados em outras tantas cidades e vilas. Os planos do meu govêrno, nêsse particular, têm em mira duplicar, em quatro anos, os prédios escolares, em número de 54, que o Estado construiu ao longo de quatro decadas.

A politica de construções éscolares que em-

preendemos está sendo secundada, de modo auspicioso, pelo Ministério de Educação e Saúde. Através dos acôrdos assinados com a Paraíba, o Govêrno Federal já custeou a construção de 128 escolas rurais de tipo padronizado, achando-se em construção mais 90, e em vias de assinatura outro acôrdo para mais 100. Além disso, aquele Ministério já nos concedeu auxílios para a construção de 5 grupos escolares, número que deverá ser duplicado, por fôrça de novos acôrdos em perspectiva. Isso significa, em conjunto, que o atual Govêrno deverá construir e instalar, com auxílio da União, cêrca de 350 salas de aula. Ao se iniciar o atual Govêrno existiam no Estado cêrca de 200 salas construidas para esse fim. Em quatro anos, graças ao programa de construções escolares do Govêrno Estadual, e aos auxilios da União, esse número deverá se elevar a mais de 600.

Em dois anos o Estado creou cêrca de 200 novas unidades escolares e aumentou de mais de 500 o numero de pofessores primários. Se juntarmos a êsse acrescimo as 1.000 classes que os municipios devem abrir este ano, e as 670 de ensino supletivo, custeadas pela União, teremos o expressivo total de 2.000 novas classes de ensino elementar em todo o Estado.

Não ficou a administração indiferente aos outros aspectos do problema do ensino publico, nem á urgência de serem desde logo supridas algumas das suas deficiências mais sensiveis. Assim, no que diz respeito ao ensino médio está sendo consideravelmente melhorada e amplia-

da a rêde de estabelecimentos do interior do Estado.

Em virtude de acôrdo com o Ministério de Educação e Saúde vão ser construidas duas Escolas Normais Rurais, que fôram localizadas em Souza e Alagôa Grande. O auxilio da União, nesse particular, estendeu-se a vários estabelecimentos já em funcionamento, que receberam auxilios apreciaveis para obras de ampliação. O Govêrno Estadual seguiu a mesma politica de auxilio á iniciativa privada, estando interessado especialmente em dotar as cidades do interior de estabelecimentos de ensino secundário para o sexo masculino. Os auxilios do Estado beneficiaram, entre outros, o Ginásio Diocesano de Patos e as construções de estabelecimentos congêneres em Alagôa Grande e Esperança. Como realização de maior vulto, estamos construindo em Campina Grande amplo e moderno edifício destinado ao Colégio Estadual, com que pretendemos dotar aquela importante cidade.

O próprio ensino superior, até há pouco entre nós desconhecido, está tendo sua hora propícia. Cumprindo um ponto capital de seu programa, consagrado nas Disposições Transitórias da Constituição do Estado, criou o Govêrno a Faculdade de Filosofia da Paraíba, destinada á formação do professorado secundário que nos falta e bem assim a servir como centro de irradiação de nossa cultura humanística. A Faculdade de Ciências Econômicas, recentemente fundada por iniciativa da tradicional Academia de Comércio Epitácio Pes-

soa, está tendo do Estado o amparo que não lhe poderia ser recusado. A Faculdade de Direito, que ora se organiza sob os auspícios do Instituto dos Advogados, vem realizar velha e legítima aspiração de nossa cultura jurídica, ao mesmo tempo que enaltece o vigoroso movimento que ora se processa, em nossa terra, pela causa da educação popular.

* * *

Os problemas de saúde publica incluem-se entre os que têm merecido atenção preferencial do meu govêrno, animado do propósito de suprir muitas das nossas mais graves deficiências, nesse terreno, e de ir ao encontro das necessidades mais prementes das populações do interior.

De Cr$ 6.208.000,00 no Orçamento de 1947, elevaram-se as nossas despêsas com serviços de saúde a Cr$ 11.797.000,00 em 1949, ou seja um aumento de 90% em dois exercícios.

O plano da administração, nesse setor, tem por objetivo estender a todo o Estado a rêde dos postos de higiêne. Em 1947 existiam 21 unidades do gênero, estando 7 desprovidas de médicos. Já fôram criados e estão em funcionamento 6 novos postos, 4 sub-postos de higiene e 2 sub-postos especializados de combate á bouba. Fôram preenchidos 5 dos postos vagos. O posto de Campina Grande foi elevado a Centro de Saúde e já está funcionando sob essa nova fórma. E é nosso propósito criar e instalar unidades sanitárias

nas 10 sédes de município que ainda não os possuem.

No terreno da assistência hospitalar o Govêrno, além de ampliar e melhorar os hospitais existentes, como ocorreu com o Hospital "Clementino Fraga" e com a Colônia "Juliano Moreira", está vivamente empenhado na construção de hospitais regionais. Com recursos do Estado já foi concluido e inaugurado o Hospital de Itabaiana. Estão em bom andamento as obras dos hospitais de Guarabira e Itaporanga e prestes a ser iniciado o de Campina Grande, três unidades hospitalares que o Estado constrói, com o auxilio do Ministério de Educação e Saúde. Em virtude de acôrdo firmado com a Legião Brasileira de Assistência, está o Govêrno do Estado em vias de reiniciar as obras do Hospital de Patos. Acha-se em fase de cobertura o Hospital de Neuro-Psiquiatria Infantil, que se constrói com a cooperação do Serviço Nacional de Doenças Mentais.

No que concerne á assistência á maternidade e á infancia, vem o Estado dando execução ao convênio firmado com o Departamento Nacional da Criança e a Legião Brasileira de Assistência, para a construção, com recursos fornecidos pelas três entidades, de maternidades e postos de puericultura em várias localidades do interior. Já foi concluida a maternidade anexa ao Hospital de Itabaiana, achando-se em conclusão as obras das maternidades anexas aos Hospitais de Sapé e Cajazeiras. Acham-se adiantadas as obras das maternidades autônomas de Bananeiras e Catolé do Rocha, estando para

ser iniciadas as de Areia e Alagoa Grande. Foram já inaugurados os Centros de Puericultura do Bairro de Santa Júlia, e o Lactário Clarisse Justa, na Ilha do Indio Piragibe, estando em andamento outras obras do gênero.

As novas atividades do Departamento de Saúde estendem-se ainda a outros setores. Foi firmado acôrdo com o Serviço Especial de Saúde Pública, ao qual o Estado vai confiar o contrôle de todos os serviços de saúde pública do 1.º Distrito Sanitário, que abrange os municípios de Alagoa Grande, Areia, Alagoa Nova e Esperança. Assinou-se outro acôrdo com o Serviço Nacional de Tuberculose para a execução de uma campanha em larga escala, inclusive a construção nesta capital de um hospital de 300 leitos. Em virtude de acôrdo com o Serviço Nacional da Malária convencionou-se um plano de dedetização de toda a área malarígena do Estado, empreendimento que está sendo realizado com todo o êxito.

Em cooperação com o Departamento Nacional de Saúde empreendem-se campanhas contra o tracoma, as helmintoses, a bouba, as doenças venéreas, as febres tíficas, a difteria e a coqueluche. Merece ainda referência a próxima criação de um serviço estadual de combate ao cancer.

Desta abreviada notícia, a ser desenvolvida no capitulo próprio, verifica-se o grande incremento dado entre nós aos serviços de saúde pública e assistência hospitalar. Estão êles se desenvolvendo numa escala de atividades que desconheciamos. Para comprová-lo, é bastante

acentuar que o número de leitos em construção, em hospitais oficiais, representa um aumento de 90% sôbre a situação existente há dois anos passados.

* * *

Pela importancia que tem na economia paraibana, a produção agrícola não pode deixar de se incluir entre as preocupações fundamentais do Govêrno do Estado. Com o objetivo de desenvolver e modernizar a agricultura paraibana estamos empregando diligentes esforços.

O Departamento da Produção vem procurando, com resultados positivos e geralmente apreciados, intensificar e ampliar as suas múltiplas atividades, que abrangem desde as pesquisas, a distribuição de sementes selecionadas e o cultivo de campos de cooperação, á mecanização da lavoura, ao combate ás pragas e ao fomento da produção animal.

As verbas do Departamento tiveram, em dois anos, um aumento de mais de 100%. Os campos de cooperação, que em 1947 cobriam 4.020 hectares, elevam-se a 10.000 no corrente ano. As máquinas agrícolas em uso elevaram-se de 1.400, em 1948, a 3.905 no ano em curso. Empreendeu-se uma grande campanha para o fomento da cultura do agave no Cariri, com a distribuição gratuita de quatro milhões de mudas. Com isso realiza-se profícuo trabalho de recuperação econômica numa das nossas regiões de mais baixo rendimento agrícola.

Não tem sido esquecido o melhoramento de nossa pecuária. Aparelha-se o Departamento da Produção para a fabricação de sôros e vacinas, destinadas ao imprescindível serviço de defesa sanitária animal. Restabeleceu-se a importação de reprodutores de boa raça para a melhoria de nossos rebanhos. Foram consideravelmente aumentados os plantéis das fazendas do Estado. Dá-se decisivo impulso ao fomento da criação do gado leiteiro nas zonas úmidas.

De todas essas iniciativas e atividades, cujos efeitos por toda a parte se fazem sentir, damos notícia pormenorizada em um dos capítulos subsequentes.

* * *

Prosseguem com rendimento satisfatório as atividades do Departamento de Estradas de Rodagem, que o meu govêrno encontrou recém-criado e a cuja ação tem dado todo o apôio. Estamos executando, com a possível intensidade, o plano rodoviário do Estado, integrado no sistema federal e sob o contrôle do Depratamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Em 1947 e 1948 o D.E.R. despendeu em seu programa de atividades a importancia de Cr$ 21.858.000,00, tendo sido de Cr$ 7.844.166,00 a contribuição do tesouro do Estado.

O volume dos encargos do D.E.R., para o período do atual Govêrno, pode ser estimado aproximadamente em Cr$ 70.000.000,00, contribuindo o Estado com cêrca de 25% dêsse total e correndo o restante por conta da arrecadação federal do imposto de combustíveis.

O plano em execução pelo D.E.R. compre-

ende a pavimentação e construção de 1.254 quilometros de estradas de primeira classe; melhoramentos em 350 quilometros de estradas carroçáveis; e a conservação da rêde estadual que é atualmente de 2.008 quilometros e que a partir de 1950, com a cessação das atividades rodoviárias do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, se elevará de 598 quilometros. No capítulo correspondente discriminam-se detalhadamente os trabalhos já realizados e as obras em andamento nêsse importante setor da administração estadual.

* * *

O Departamento de Obras Publicas é um dos orgãos do Govêrno que maior expansão de atividades tem experimentado nesta fase de restauração administrativa.

Ao iniciar-se o atual período de govêrno, todas as obras do Estado se achavam paralizadas, algumas há mais de ano. As dotações para as obras públicas no Orçamento de 1947, que eram apenas de Cr$ 300.000,00 para material e pessoal de obras, achavam-se esgotadas em março e, por fôrça de lei, a sua suplementação só poderia ter lugar no segundo semestre do exercicio.

Em tais condições, o nosso esfôrço consistiu, de inicio, em pôr em funcionamento u'a máquina administrativa inteiramente paralizada e sem meios para mov'mentar-se. Com as suplementações obtidas naquele exercicio, conseguiu o Govêrno reiniciar os trabalhos do

Mercado Central, da Repartição do Saneamento e de seis grupos escolares no interior, os quais puderam ser inaugurados no primeiro aniversário da atual administração.

Já em 1948, com os recursos acrescidos do novo Orçamento, e com os créditos adicionais decretados, foi possivel dar-se início ao nosso programa administrativo, imprimindo-se ao Departamento de Obras Públicas um ritmo de trabalho a que nos haviamos deshabituado.

O balanço das obras nos dois anos do atual Govêrno apresenta apreciável ativo de realizações. Fôram concluidos o Mercado Central e a Repartição do Saneamento, já citados, os trabalhos de restauração do Teatro Santa Rosa e 9 prédios escolares. Fôram inteiramente construidos na atual admnistração e já se acham em funcionamento, mais 14 grupos escolares. Fôram reparados mais de 30 próprios estaduais, que reclamavam obras urgentes de limpeza e conservação. Ao todo, um acêrvo de obras no valor de cêrca de Cr$ 10.000.000,00.

Presentemente o D.O.P. tem a responsabilidade da construção do edificio destinado á Secretaria de Educação e Saúde, do Colégio Estadual de Campina Grande, da Cadeia Regional de Patos, da Cadeia de Santa Rita, de vários açudes públicos no interior e de consideravel numero de prédios incluidos no programa de construções escolares. Ao todo, um volume de obras de cêrca de Cr$ 15.000.000,00.

* * *

No que tange ás realizações materiais do

Govêrno merece referência especial o plano de serviços de abastecimento dágua para as nossas mais importantes cidades.

O Estado incumbiu o Escritório de Engenharia Saturnino de Brito de projetar novo serviço de abastecimento para a Capital e confiou-lhe a elaboração do respectivo projéto, cuja execução se iniciou em dezembro último, estando as obras orçadas em Cr$ 13.700.000,00. Confiou-lhe tambem a construção do abastecimento de Alagôa Grande, empreendimento que custou cêrca de Cr$ 4.000.000,00 e já se acha concluído e em funcionamento.

Contratou ainda o Govêrno com aquela organização estudos e projetos, a fim de dotar de serviços de água 10 localidades, já estando elaborado o projéto de Cabedêlo, concluidos os estudos de Guarabira, Santa Rita e Catolé do Rocha, e em andamento os de Sapé e Cajazeiras.

Além disso, por fôrça do acôrdo assinado com o Serviço Especial de Saúde Pública, está prevista a realização de obras do gênero em Areia, Esperança e Alagôa Nova, sob regime de cooperação.

Ainda no plano dos empreendimentos materiais é de se destacar o projéto de ampliação e reforma dos serviços elétricos da Capital, o qual vem sendo executado desde 1947, estando orçado em Cr$ 16.989.912,00.

* * *

As iniciativas e empreendimentos a que fizemos referência dão uma idéia geral das di-

mensões do programa administrativo do meu govêrno e do volume de serviços em execução.

A administração estadual está trabalhando em ritmo novo e jamais excedido entre nós, quer no que diz respeito ao valor total das obras, quer relativamente á sua representação percentual em relação aos recursos orçamentários. Esses benefícios já se estendem praticamente a todos os municípios do Estado. Por toda parte surgem melhoramentos de iniciativa estadual ou realizações, total ou parcialmente, custeadas com auxílio da União e por êle executadas.

As obras e serviços propriamente estaduais, já inaugurados ou em efetiva construção — prédios públicos diversos, grupos escolares, açudes, serviços de abastecimento dágua, serviços de eletricidade — custarão ao Tesouro do Estado cêrca de Cr$ 70.000.000,00. As obras construidas com a cooperação da União — hospitais, maternidades, postos de higiêne e grupos escolares — terão o valor aproximado de Cr$ 25.000.000,00, para o qual o tesouro do Estado deverá concorrer com cêrca de Cr$..... 7.000.000,00.

Em visão de conjunto — excluidas desse computo as despêsas com o plano rodoviário e bem assim com as escolas rurais, cuja construção é delegada aos municípios — pode-se estimar que o Govêrno do Estado, nêstes primeiros quatro anos de regime democrático, dotará a Paraíba de um acêrvo de obras publicas no valor aproximado de Cr$ 100.000.000,00.

A presente Mensagem dá noticia minucio-

sa de todas as atividades do Govêrno Estadual. Ao lado das informações sôbre o andamento das obras empreendidas, encontram-se, nos capitulos que se seguem, as informações necessárias sôbre os serviços publicos ordinários, nos vários setores da administração.

FINANÇAS

EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

O orçamento do Estado para o exercício de 1948, aprovado pela Lei n.º 64, de dezembro de 1947, orçou a receita em Cr$ 101.800.000,00 e fixou a despêsa em Cr$ 101.800.000,00.

Deduzida, porém, a importância de Cr$ ..... 1.700.000,00 prevista para a receita do Pôrto de Cabedelo que, a partir de 1.º de janeiro, se constituiu por lei em entidade autônoma, ficou a estimativa orçamentária da receita reduzida a Cr$ 100.100.000,00.

No tocante à despêsa, há que considerar a transferência de saldos de créditos plurienais e a importancia dos creditos adicionais abertos no exercicio, em virtude de autorizações legislativas, o que elevou a despêsa geral autorizada a Cr$ 148.530.340,30, como se vê:

Despêsa orçamentária	101.800.000,00
Créditos especiais plurienais	27.657.497,00
Créditos especiais anuais	8.908.350,50
Créditos suplementares	10.164.492,80
Total das autorizações	148.530.340,30

Em consequência às modificações verificadas na receita prevista e na despêsa autorizada, a situação orçamentária, que inicialmente era de perfeito equilí-

brio financeiro, possou a apresentar o seguinte resultado:

Receita prevista	100.100.000,00
Despêsa fixada	148.530.340,30
Deficit previsto	48.430.340,30

Todavia, ao encerrar-se o exercício, verificou-se que a receita efetivamente arrecadada atingiu a consideravel importância de Cr$ 121.010.995,30, de que, deduzido a soma de Cr$ 2.043.800,00 proveniente de apólices da divida pública emitidas no exercício, resultou a maior arrecadação efetiva de Cr$ 18.867.195,30.

Por sua vez, a despêsa realizada totalizou a importancia de Cr$ 118.361.264,90, verificando-se, portanto, a menor despêsa realizada de Cr$ 30.169.075,40, assim demonstrada:

Despêsa total autorizada	148.530.340,30
Despêsa realizada	118.361.264,90
Menor despêsa	30.169.075,40

Confrontado o total da receita arrecadada com o total da despêsa realizada, verifica-se a existência do saldo positivo de Cr$ 2.649.730,40, como se vê:

Receita arrecadada	121.010,995,30
Despêsa realizada	118.361.264,90
Saldo	2.649.730,40

Este é o resultado financeiro do exercício de 1948, expresso no balanço definitivo.

Os resíduos passivos, ou sejam as despêsas empenhadas até 31 de dezembro, que passaram à responsabilidade do exercício corrente, importavam em Cr$ 6.890.949,50.

As disponibilidades, naquela data, transferidas para o exercício de 1949 somavam Cr$ 16.842.752,10, sendo:

Em caixa	2.804.256,70
Em bancos	3.843.819,90
Em poder de exatores	7.174.168,50
Diversos	3.020.507,00
Total	16.842.752,10

SITUAÇÃO FINANCEIRA

O Govêrno do Estado vem orientando a sua política financeira no sentido de assegurar o perfeito equilíbrio entre a receita e a despêsa.

Em março de 1947, encontrou o orçamento de .. Cr$ 73.300.000,00 agravado com um excesso de despêsa de Cr$ 40.408.199,40, proveniente de créditos transferidos do exercício anterior e de obrigações criadas posteriormente à decretação do orçamento.

Apezar do desequilíbrio entre a previsão da receita e o total das despêsas autorizadas, por efeito de uma inflexível compressão de gastos, o exercício encerrou-se com o saldo de Cr$ 23.433,25, que se converteu no deficit contabil de Cr$ 4.654.026,35, por ter o Govêrno, autorizado pela Lei n.º 41, de 24 de novembro de 1947, resolvido regularizar a cobertura de despêsas pagas sem crédito, em exercícios anteriores, no total de ..... Cr$ 4.677.845,20 e que figuravam em conta de Agentes Pagadores.

Em 1948, em virtude da vigência da nova discriminação de rendas, transferiu-se aos municípios o imposto sôbre industrias e profissões, fôram feitas reduções nos impostos sôbre exportação e territorial e extintos gradativamente os impostos sôbre transações e inversão de capitais, e sôbre exploração agrícola e industrial. Essas alterações, como tambem os novos e pesados encargos atribuidos aos estados pela Constituição, tiveram profunda repercussão nas finanças estaduais.

O problema fundamental do Govêrno consistiu, então, no reajustamento financeiro e, com esse fim elaborou o plano de reorganização do sistema tributário do Estado que, merecendo a aprovação da Assembléia Legislativa, foi convertido na Lei n.º 49, de 1 de dezembro de 1947. Por esse diploma, foi elevada de 1,5% para 2% a taxa para cobrança do impôsto sôbre vendas e consignações, estimando-se em 15 milhões de cruzeiros o aumento da receita dêsse tributo, decorrente de sua majoração.

O contigente obtido com essa providência visava suprir as necessidades da receita, estimadas em igual soma, e provenientes das reduções impostas e dos novos encargos criados, assim descritos:

Reduções de impôstos:

	Cr$
Indústrias e profissões	7.300.000,00
Territorial	800.000,00
Exportação	1.000.000,00
Transações e inversão de capitais	50.000,00
Exploração agrícola e industrial	350.000,00
Soma	9.500.000,00
Novos encargos	5.500.000,00
TOTAL	15.000.000,00

Contrabalançando, deste modo, o desajuste financeiro com o revigoramento da receita, foi possível a elaboração do orçamento para 1948 em termos de atender às necessidades prementes da administração e ao plano de trabalho do Govêrno, consubstanciado na série de empreendimentos e obras públicas de que em outra parte desta Mensagem se dá notícia.

O orçamento aprovado para o exercício, em perfeito equilíbrio financeiro, foi fixado em ..... Cr$ 101.800.000,00.

Relativamente à receita e à despêsa realizadas em 1947, o orçamento para 1948 acusa um aumento, respectivamente, de Cr$ 10.446.412,00 e Cr$ 5.792.388,00.

Para melhor compreensão dêsses resultados, é interessante observar a marcha progressiva da receita e despêsa do Estado, nestes últimos anos, através do seguinte gráfico:

Ano	Receita Arrecadada	Despêsa Realizada	Deficit	Saldo
1942	39.679.237,	41.140.334.	1.461.097,	—
1943	45.158.420,	42.398.884.	—	2.750.538,
1944	54.914.571,	49.496.725,	—	5.417.846,
1945	59.485.511,	59.096.764,	—	388.747,
1946	77.815.805,	76.207.433.	—	1.608.372,
1947	91.353.588,	96.007.612,	4.654.026 (*)	—
1948	121.010.995,	118.361.265,	—	2.649.730.

Apezar de não se tratar de um fenômeno inteiramente nosso, é devéras notável o progresso financeiro do

(*) Como já ficou explicado, o resultado real do exercício foi o saldo de Cr$ 23.433,25. Tendo o Govêrno resolvido regularizar a cobertura de despêsas realizadas em exercícios anteriores na importancia de Cr$ 4.677.845,20, autorizado pela Lei n.º 41, de 24 de novembro de 1947, abriu o crédito especial da mesma importancia, que passou a figurar como despêsa do exercício, convertendo-se assim aquele saldo no deficit de Cr$ 4.654.026,35.

Estado, revelado através dos nossos orçamentos.

O comparativo da receita e despêsa realizadas em etapas diversas, nestes últimos quatriênios, mostra o surto surpreendente desse progresso:

Ano	Receita arrecadada	Despêsa realizada
1932	13.228.049,30	13.296.740,00
1936	28.372.867,30	28.263.313,90
1940	37.381.003,30	36.066.628,30
1944	54.914.570,90	49.496.725,40
1948	121.010.995,30	118.361.264,90

A curva ascencional da receita é, como se vê, bastante acentuada e bem significativo é o índice apurado no período em causa:

De 1932 a 1936 — 114,4%
De 1936 a 1940 — 31,7%
De 1940 a 1944 — 46,9%
De 1944 a 1948 — 120,3%

No primeiro e no último dos períodos em exame, a receita duplicou dentro de quatro anos.

Vale acentuar que o comportamento das nossas arrecadações não resulta de compressão fiscal, mas antes reflete a vitalidade econômica da Paraíba, pois é sabido que o contribuinte paraibano é, no país, dos menos onerados pelos encargos tributários. Prova-o o seguinte quadro das contribuições "per capita" referentes a cada uma das unidades da Federação, de acôrdo com os dados apurados em 1947:

	Cr$ "per capita"
Distrito Federal	588,41
São Paulo	291,08
Rio Grande do Sul	169,15
Paraná	144,69
Rio de Janeiro	132,27
Espírito Santo	112,46
Amazonas	111,76
Santa Catarina	101,01
Minas Gerais	80,58
Pará	71,07
Mato Grosso	68,80
Pernambuco	67 20
Sergipe	65,27
Bahia	560,3
Rio Grande do Norte	51,96
Goiás	43,23
Piauí	41,73
Alagôas	38,61
Ceará	36,40
PARAÍBA	35,81
Maranhão	34,78

Se bem que o crescimento da receita, desde muitos anos venha sendo constante, com duas únicas exceções, referentes aos anos de 1940 e 1942, em que se registrou uma quéda de cerca de quatro milhões de cruzeiros, em cada caso, o maior aumento verificado foi o que ocorreu no ano próximo findo. Este fato, todavia, demanda um esclarecimento.

A partir de 1944 a nossa receita apresenta as seguintes variações para mais:

Ano	Arrecadação	Acréscimo sôbre o ano anterior
1944	54.914.571,	9.756.151,

1945	59.485.511,	4.570.940,
1946	77.815.805,	18.330.294,
1947	91.353.585,	13.537.780,
1948	121.010.995,	29.657.410,

Como se vê, comparada com a obtida no ano anterior, a receita arrecada em 1948 revela um acréscimo de Cr$ 29.657.410,00. Vale, porém, notar que nêsse superavit, como já foi observado, está compreendida a soma de Cr$ 2.043.800,00, produto da emissão de apólices da dívida pública. Deduzindo-se ainda a cota de 15 milhões de cruzeiros, em quanto foi estimada a receita proveniente do aumento do imposto sôbre vendas e consignações, vê-se que o excesso realmente registrado na arrecadação de 1948 e que se deve atribuir ao crescimento normal da receita, foi apenas de C$r .... 12.613.610,00.

Assim sendo, a margem de excesso verificado nos três últimos exercícios apresenta-se em declínio, ou seja:

1946 — 18.330.294,00
1947 — 13.537.780,00
1948 — 12.613.610,00

Nestas condições, a situação financeira do Estado, se bem que, sob vários aspectos, se nos apresente satisfatória, não deve ser encarada com exagerado otimismo em face do resultado demonstrado na execução orçamentária de 1948.

Por outro lado, não devemos contar com um crescimento indefinido da receita nem esquecer que, ao lado desta, expande-se cada vez mais a despêsa, como consequência mesma do custo sempre crescente do material e do pessoal empregado no serviço público e em razão do desenvolvimento permanente das atividades do Estado.

E' de notar ainda que a receita está sendo de ano a ano mais desfalcada, em razão da gradativa extinção dos impostos sôbre transações e inversão de capitais e sôbre exploração agrícola e industrial, assim tambem das reduções sucessivas do imposto sôbre exportação, cuja receita é a maior depois do de vendas e consignações, até acomodá-lo ao limite máximo permitido pela Constituição.

Acrescentece-se a isso a perda das contribuições dos municípios para a manutenção do ensino, que em 1948 acusaram um rendimento de Cr$ 4.141.415,20, e deixaram de ser exigidas a partir de 1 de janeiro do corrente ano.

Somadas, ainda, essas deficiências à cota que deverá ser entregue aos municípios relativa ao excesso da arrecadação dos impostos estaduais sôbre as rendas municipais, chega-se à conclusão de que o resultado não poderá deixar de contribuir para, se não anular, pelo menos comprometer grandemente aquela margem de excesso verificada nas nossas arrecadações.

Não se deve tambem esquecer a circunstância de que, contrariando a boa tradição financeira da Paraíba, nos defrontamos no corrente ano com um orçamento originariamente deficitário. E ainda mais, que a arrecadação até agora realizada vem sendo inferior ao duodécimo da despêsa fixada no orçamento.

Êstes aspectos da nossa situação financeira não poderiem deixar de ser aqui focalizados, uma vez que nos encontramos às vésperas da elaboração da lei orçamentária para o exercício de 1950, em que, por elementar medida de prudência, devem ser eles objeto de ponderado exame.

DÍVIDA PASSIVA DO ESTADO

A dívida passiva do Estado em 31 de dezembro de 1948 era representada pelo saldo das seguintes contas:

Restos a Pagar — O saldo de restos a pagar transferido do exercício de 1947 foi de Cr$ 9.805.909,80, do qual foi liquidada a importância de Cr$ 6.862.391,10, no exercício de 1948. Incorporada a diferença aos restos a pagar de 1948, na importância de Cr$ ..... 6.890.949,50, perfaz a soma de Cr$ 9.834.468,20, que se transfere para o exercício de 1949.

Depósitos — O total de depósitos em 1948 foi de Cr$ 33.769.910,40, sendo Cr$ 3.177.869,80 saldo transferido de 1947 e Cr$ 30.591.040,60 recebidos no exercício de 1948. Nêsse mesmo exercciio foram entregues Cr$ 30.367.104,70, restando a importância de Cr$ 3.401.805,70, que se transferiu para o exercício de 1949.

Pôrto de Cabedêlo — Conta Especial — A importância desta conta, destinada ao Fundo de Obras Novas, é de Cr$ 4.816.248,20, sendo Cr$ 3.743.091,50 saldo de 1947 e Cr$ 1.073.156,70 incorporação havida em 1948.

Credores por *Dívidas Reconhecidas* — A dívida procedente do exercício de 1947 atingia a Cr$ ..... 12.043.642,67. Durante o exercício de 1948 foram reconhecidas mais dívidas na importância de Cr$ .... 2.047.286,77, e liquidadas outras no total de ..... Cr$ 6.963.716,80, reduzindo-se as dívidas, em 31 de dezembro, a Cr$ 7.127.212,64.

Dívida consolidada — De acôrdo com a Lei n.º 43, de 24 de novembro de 1947, foi o Govêrno autorizado a fazer a emissão de dez milhões de cruzeiros, em

apólices do valor nominal de duzentos cruzeiros, vencendo o juro de 6% ao ano, destinada ao resgate da dívida flutuante do Estado.

O decreto n.º 22, de 19 de dezembro de 1947, abriu o crédito necessário e pôs em circulação as apólices da dívida pública do Estado e o de n.º 86, de 9 de junho de 1948, regulou o respectivo serviço de juros e amortização.

Durante o exercício de 1948 foram emitidas 10.219 apólices, no valor nominal de Cr$ 2.043.800,00.

A partir do exercicio de 1950 será consignado no orçamento do Estado o valor da anuidade destinada ao serviço de amortização, constante do plano aprovado pelo mencionado decreto n.º 86.

EMPRESTIMO A' CAIXA ECONOMICA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Como já foi esclarecido nas outras Mensagens, haviam sido iniciados, em administrações anteriores, entendimentos para a negociação de um empréstimo na Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, destinado a diversos melhoramentos e serviços públicos, entre os quais os serviços de eletricidade e saneamento da capital. O Govêrno atual, entendendo ser a operação imprescindível ao plano de remodelação dêsses dois serviços, resolveu prosseguir naqueles entendimentos, tendo sido, para êsse fim, devidamente autorizado pela Assembléia Legislativa.

Reiniciadas, dêste modo, as negociações e depois da apresentação dos documentos exigidos, aprovado pelo Consêlho Administrativo daquela instituição e homologado pelo Consêlho Superior das Caixas Econômicas, foi o empréstimo, na importancia de ..... Cr$ 15.000.000,00, afinal concedido e, para garantia do

qual, emitiu o Govêrno, pelo decreto n.º 84, de 22 de maio de 1948, títulos que foram dados em caução e admitidos à cotação na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

Em data de 14 de julho do ano passado foi, pelo representante do Estado, assinada a escritura de contrato do citado empréstimo com a Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro.

O prazo para resgate do empréstimo é de vinte anos, sob os juros de 8% ao ano.

O capital mutuado será entregue ao Estado em parcelas bi-mensais de Cr$ 1.000.000,00. Por fôrça das delongas usuais da burocracia, o Estado só recebeu até esta data a importância de Cr$ 999.405,70, correspondente à primeira parcela.

E' de notar que o plano elaborado em 1946, dado o encarecimento do material e o vulto das obras a executar, não poderá ser custeado tão somente com o produto do empréstimo negociado, cuja importância mal poderá cobrir a metade das despêsas primitivamente orçadas para execução das obras de remodelação dos serviços de saneamento e energia elétrica de João Pessoa.

Não obstante, as obras para ampliação do serviço de abastecimento dágua da capital, contratadas com o Escritório Saturnino de Brito, tiveram início em dezembro de 1948 e prosseguem com atividade.

BANCO DO ESTADO DA PARAÍBA

No ano que findou, o Govêrno dirigiu-se à Assembléia Legislativa expondo a situação em que se encontra o Banco do Estado da Paraíba e dando, ao mesmo tempo, conhecimento da solicitação da Associação Comercial de João Pessoa em favor do tradicional instituto de crédito paraibano.

Indo ao encontro dos bons desejos expressos pelas classes conservadoras do Estado, a Assembléia votou a Lei n. 306, de 31 de dezembro de 1948, em que autoriza o Govêrno a encampar o Banco do Estado da Paraíba S/A., a fim de transformá-lo em um estabelecimento oficial e, concomitantemente, contrair um empréstimo de dez milhões de cruzeiros com o Banco do Brasil ou outros estabelecimentos de crédito para o financiamento da operação e movimentação das atividades do Banco.

Fôram, realmente, iniciados entendimentos em tôrno do assunto, entretanto, até esta data, nada se objetivou, não tendo, por conseguinte, o Estado assumido quaisquer compromissos.

EDUCAÇÃO

Infelizmente, o índice de analfabetismo na Paraíba figurou sempre como um dos maiores do Brasil. Para uma população em idade escolar de 200.000 crianças, existiam em 1947, no Estado, 1.187 escolas primárias, com a matrícula geral de 69.184 alunos. Nesta proporção seriam precisas 3.448 escolas para alfabetizar todo a nossa população escolar.

Aliás, na Mensagem de 1.º de junho do ano passado, já o Govêrno assinalava o vulto das nossas deficiências em matéria de educação popular.

E' por essa razão que, em cumprimento a um dos pontos cardiais do seu programa, o Govêrno vem desenvolvendo uma ação intensa e profícua no sentido de melhorar a nossa aparelhagem escolar de modo a atender mais convenientemente aos altos interesses em vista.

Os encargos atuais do Estado com o serviço de educação pública em geral excedem à cota mínima fixada pela Constituição. A despêsa realizada nesse setor, nos exercícios de 1947 e 1948, alcançou as sômas de Cr$ 18.082.822,70 e Cr$ 20.339.578,70, respectivamente.

Para o corrente ano, apezar de haver sido dispensada a contribuição dos municípios para a instrução que, sendo de 14% em 1948, rendeu mais de quatro milhões de cruzeiros e seria 15% em 1949, o orçamento consigna a dotação de Cr$ 22.360.278,00 para os serviços de educação, sêm incluir a vultósa despêsa com

a construção de edifícios escolares, que está sendo executada em diversos municípios do Estado.

Para demonstrar quanto se modificou a situação relativa às despêsas com a educação pública, basta acentuar que em 1931, logo após a instituição das contribuições municipais para o ensino, despendia o Estado, com a instrução pública a importância de Cr$ ... 1.572.245,00, recebendo Cr$ 176.289,00, de auxílio dos municípios, sob a forma de contribuição obrigatoria, quase 12% do total empregado.

ENSINO SUPERIOR

Ao iniciar-se, em 1947, o Govêrno quase nada encontrou no Estado em matéria de ensino superior. Ultimamente, porém, vêm se esboçando movimentos de iniciativa particular visando a fundação de cursos superiores nesta capital, para o que, em virtude mesmo do que havia inscrito no seu programa, o Govêrno emprestou, desde logo, o mais caloroso apôio.

Faculdade de Filosofia — Em observância ao disposto no art. 15 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Estadual e com a autorização constante da Lei n. 286, de 21 de dezembro de 1948, o Govêrno, por decreto n. 146, de 5 de março deste ano, criou a Faculdade de Filosofia da Paraíba.

Tem essa instituição por finalidade preparar trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades culturais de ordem filosófica, científica, literária ou técnica, bem como candidatos ao exercício do magistério do ensino secundário e normal, e, finalmente, realizar pesquizas nos vários domínios da cultura, que constituem objeto do seu ensino.

O Govêrno nomeou uma comissão constituida do

desembargador José Flóscolo da Nóbrega, dr. Clóvis dos Santos Lima, dr. Higino da Costa Brito, dr. Aníbal Victor de Lima e Moura, padre Francisco Lima e prof. José Batista de Mélo, para realizar os estudos de planejamento da sua organização técnica e o mais que fôr necessário para habilitá-la a pleitear do Ministério da Educação a autorização para o seu funcionamento em 1950.

Até que seja dotada de instalação adequada, a Faculdade de Filosofia funcionará no edifício do Instituto de Educação, devendo ser providenciada a construção de um prédio próprio, desde que receba do Govêrno Federal o auxílio de 800 mil cruzeiros que para êsse fim lhe foi consignado no orçamento da República.

Faculdade de Ciências Econômicas — A Escola Técnica de Comércio Epitácio Pessoa, mantida pela Associação dos Empregados no Comércio da capital, que vinha desde muitos anos ministrando o curso básico e o curso técnico de contabilidade, instituiu o curso superior de ciências econômicas, com o que completou esse tradicional estabelecimento o ciclo do ensino comercial.

O ensino superior é ministrado pela Faculdade de Ciências Econômicas que foi instalada em 14 de março do corrente ano, de acôrdo com a autorização do Govêrno Federal, e se acha funcionando com regularidade.

A instituição mantenedora da Faculdade recebeu do Estado, de acôrdo com a autorização contida na Lei n. 36, de 13 de novembro de 1947, o auxílio de Cr$ .. 60.000,00, destinado à desapropriação de um imóvel para a ampliação do prédio em que funciona êsse estabelecimento de ensino superior.

Pela Lei n. 248, de 6 de dezembro de 1948, foi ain-

da concedida uma subvenção anual de Cr$ .. .. .. 120.000,00 a essa importante organização de ensino superior que está beneficiando a Paraíba.

Faculdade de Direito — O Instituto da Ordem dos Advogados na Paraíba tomou a iniciativa da fundação, nesta capital, de uma Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais.

Trata-se de um empreendimento de alta significação cultural para o nosso Estado e que virá suprir mais uma das nossas deficiências em matéria de ensino, visto como vem se tornando cada dia mais difícil o deslocamento de nossa juventude para outras capitais, á fim de cursarem estabelecimentos de ensino superior.

Observa-se, deste modo, que os problemas relacionados com a organização do ensino superior vão tendo a sua solução encaminhada, para cujo êxito o Govêrno não negará o seu apôio.

Escola da Agronomia do Nordeste — Registrou-se, no ano findo, sensível acréscimo na matrícula dêste estabelecimento que, de 26 alunos em 1947, elevou-se a 46 em 1948, sendo 19 no curso médio e 27 no superio , e procedentes de todos os Estados do nordéste.

No último ano escolar fôram diplomados três engenheiros agrônomos e nove técnicos agrícolas.

A recente transformação do curso médio em curso agro-técnico, levada a efeito pelo decreto. n. 136, de 3 de janeiro de 1949, melhorará consideravelmente o efetivo da Escola, pelo interêsse maior que êsse regime escolar representa para os proprios estudantes e para os reclamos das atividades rurais.

Além da parte propriamente dita do ensino da agricultura, a Escola de Agronomia do Nordeste divide

as suas atividades em oito departamentos técnicos, para fins de conhecimentos práticos e assistência efetiva à agricultura e à pecuária da região.

O Govêrno, tendo na mais alta conta as atividades da Escola, dada a importância de que se reveste para o Estado a formação de engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas, vem procurando dotá-la dos meios indispensáveis para atender às atuais necessidades do ensino, assim como ampliando e melhorando as suas instalações.

Os recursos orçamentários para a manutenção da Escola que, em 1947, eram de Cr$ 1.544.622,00, passaram em 1948 a Cr$ 1.822.935,00 e figuram no orçamento em vigor com a importância de Cr$ 2.072.314,00.

Na administração atual fôram concluídas 3 casas para residência de professores, tendo sido igualmente construída uma cantina para uso dos estudantes.

Nos têrmos do acôrdo assinado com o Ministério da Agricultura, o Govêrno empregou a subvenção federal de Cr$ 350.000,00 na conclusão e aparelhamento do Pavilhão de Agricultura, que foi inaugurado em março do corrente ano.

ENSINO SECUNDÁRIO

O ensino secundário oficial é ministrado apenas pelo Colégio Estadual da Paraíba, nesta capital, que funciona nos dois ciclos, o ginasial e o colegial.

Coadjuvam o Estado na difusão do ensino secundário dez ginásios de iniciativa particular, distribuidos na capital e no interior. Destes, apenas quatro se destinam ao sexo masculino.

Considerando a necessidade da difusão do ensino médio e do estímulo à iniciativa particular, está o Govêrno empenhado na criação de novos esta-

belecimentos de ensino secundário e em promover outras medidas ao alcance dos recursos financeiros do Estado. Entre estas se incluem os auxílios concedidos para a ampliação do Ginásio Diocesano de Patos e para a construção do Ginásio Paroquial de Esperança e do Ginásio São José de Alagôa Grande.

Uma vez que o Govêrno não tem meios para estender por todo o Estado uma vasta rêde de estabelecimentos de instrução secundária, julga do seu dever prestar auxílio à iniciativa particular e, a fim de que possa prosseguir nessa política, faz-se necessário que a Assembléia lhe conceda novas autorizações, como fez por intermédio da Lei n. 33, de 11 de novembro de 1947.

Dada a condição de ser Campina Grande, depois da capital, a cidade de maior densidade de população do Estado, o Govêrno iniciou alí a construção do edifício para um Colégio Estadual. Trata-se de um prédio cuja planta, da autoria do arquitéto Hugo A. Marques, atende a todas as exigências técnicas, estando as obras, orçadas em aproximadamente 4 milhões de cruzeiros, confiadas à administração da firma Figueira & Jucá, de Recife.

Colégio Estadual da Paraíba — Este estabelecimento funcionou com normalidade durante o ano letivo de 1948.

A matrícula geral elevou-se de 859 alunos em 1947 a 965 alunos em 1948.

Fôram melhorados os vencimentos do seu corpo docente, tendo sido ministradas, no ano findo, 17.350 aulas nos cursos ginasial e colegial.

ENSINO NORMAL

O Estado ministra o ensino normal através do Ins-

tituto de Educação e é auxiliado nessa tarefa por quinze estabelecimentos particulares adaptados à legislação federal, sendo oito dêles com dois ciclos e sete do primeiro ciclo, todos recebendo auxílios e subvenções do Estado.

Ainda não conseguimos resolver o problema da formação do nosso professorado, visto que êle depende, antes de tudo, do desenvolvimento, em altura e profundidade, do ensino normal no Estado.

E para melhorar a qualidade do ensino nas nossas escolas públicas é indispensável a existência de bons professores. Bons, no sentido de preparo técnico e intelectual e da vocação para a carreira. Porque nem sempre as moças que se diplomam nos cursos normais sentem inclinação para o magistério e o fazem muitas vezes apenas no interêsse pela cultura e pela educação.

Vindo ao encontro das nossas necessidades, o Govêrno Federal, em bôa hora pôs em execução um plano de difusão e aperfeiçoamento do ensino público, que se vem traduzindo pela colaboração dada aos govêrnos estaduais. Consiste o plano, inicialmente, em acôrdos com os Estados para a construção de 60 escolas normais para a formação de professores regentes de ensino, que irão atender especialmente às populações do interior. Tocaram à Paraíba duas dessas escolas que, nos termos do acôrdo celebrado com o Ministério de Educação, serão localizadas nos municípios de Souza e Alagôa Grande, recebendo o Estado para a sua construção o auxílio de quatro milhões de cruzeiros.

Essas escolas funcionarão sob o regime de internato e externato e, além da formação de professores primários, manterão cursos práticos de comércio e pelo menos cinquenta por cento das matrículas nos cursos delineados serão inteiramente gratuitos, excetuados os alunos sob o regime de internato.

O início da construção dessas escolas está dependendo de que o Ministério de Educação e Saúde forneça o orçamento completo das obras, compreendendo os respectivos projétos e especificações.

Ainda com o Ministério de Educação e Saúde foi celebrado, em agosto do ano passado, um acôrdo especial para obras de ampliação de estabelecimentos de ensino médico. Concedeu aquêle Ministério ao Estado da Paraíba a importância de dois milhões de cruzeiros para atender às despêsas com as obras de ampliação e melhoria dos prédios onde funcionam os seguintes estabelecimentos de ensino, dentro dos respectivos limites orçamentários: Ginásio Imaculada Conceição, de Campina Grande, Cr$ 500.000,00; Ginásio Santa Rita, de Areia, Cr$ 500.000,00; Ginásio Nossa Senhora do Rosário, de Alagôa Grande, Cr$ 200.000,00; Escola Normal Regional Santa Luzia, de Santa Luzia, Cr$ .. 200.000,00; Escola Regional São José, de Souza, ... Cr$ 200.000,00; Escola Normal Padre Diniz, de Itaporanga, Cr$ 200.000,00, e Escola Normal Monte Carmelo, de Princêsa Isabel, Cr$ 200.000,00.

Os estabelecimentos de ensino beneficiados com o auxílio federal manterão à disposição da Secretaria de Educação, do Estado, matrículas gratuitas em proporção de uma para cada Cr$ 50.000,00 do auxílio recebido.

No corrente ano, pelos decretos ns. 147, 148, 151 e 152, foi concedida ao Ginásio Alfredo Dantas, de Campina Grande; Ginásio Cristo Rei, de Patos; Ginásio Padre Rolim, de Cajazeiras, e Instituto Moderno, de Mamanguape, outorga de mandato para ministrar o curso normal, êste último do primeiro ciclo e os demais do segundo ciclo.

ENSINO PRIMÁRIO

Em 1948 matricularam-se nos estabelecimentos de ensino primário do Estado 112.600 alunos, registrando-se uma frequência média de 61.404 alunos, ou seja de apenas 54,5 % dos alunos matriculados.

Nos anos anteriores, em que para as matrículas de 92.355 e 94.902 alunos a frequência foi de 57.111 e 58.755 alunos, em 1946 e 1947, o coeficiente de frequência é representado, respectivamente, por 61,8% e 61,9%.

Apezar de ser a falta de frequência um fenômeno generalizado, a diferença entre esta e a matrícula verificada no ano de 1948 apresenta um índice jámais excedido em qualquer outra época.

Muitos são os motivos que determinam a obstenção escolar, sendo um dêles o estado permanente de sub-nutrição em que vive grande parte da nossa população. Tanto é assim que o índice de frequência caiu assustadoramente desde que a Legião Brasileira de Assistência suspendeu o fornecimento de merenda nas escolas. No ano passado os efeitos dessa suspensão, aliados certamente a outros fatores, se fizeram sentir de modo muito mais intenso.

Isto realmente convence que é impossível obter uma elevada frequência escolar sem melhorar as condições de alimentação das crianças que recebem instrução nos estabelecimentos de ensino.

Na impossibilidade de solucionar por si só êste problema, o Govêrno está cogitando de um plano de cooperação com as Prefeituras no sentido de ser restabelecida a merenda nos estabelecimentos escolares dos centros urbanos, para o que haverá necessidade de ser o Govêrno dotado dos necessários recursos financeiros.

Não obstante a considerável evasão escolar acusada, registrou-se, em 1948, em relação ao ano ante-

rior, o aumento de matrícula de 17.698 alunos e 2.649 de freqüência.

O número de unidades escolares, que em 1947 era de 1.187, foi acrescido, em 1948, de 54 novas unidades, entre as quais 9 grupos escolares. No corrente ano já foram inaugurados e postos em funcionamento mais 18 grupos escolares, além de 100 escolas rurais, o que eleva para 1.359 o número de unidades escolares em funcionamento.

A êsse acréscimo deve-se adicionar o representado pela criação das escolas municipais que se está verificando no corrente ano.

Como corolário da sua política educacional e frente à obrigação constitucional em que se encontram os govêrnos estadual e municipal de aplicarem 20% da receita dos seus impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, o Govêrno do Estado renunciou ao recebimento das contribuições dos municípios para a instrução primária, em vigor desde 1931, facultando, pela Lei n. 320, de 8 de janeiro do corrente ano, aos mesmos municípios, a manutenção da sua organização escolar própria, o que antes não era permitido em virtude da chamada lei de unificação do ensino primário, o decreto n. 33, de 11 de dezembro de 1940.

A obrigação, pois, em que estão os municípios de manterem a suas expensas escolas públicas primárias, veio elevar de 800 a 1.000 classes o número dos estabelecimentos escolares dessa natureza, atualmente existentes no Estado.

Do pessoal docente em exercício no ensino público primário, no Estado, entre professores do quadro e regentes de classes diplomadas e leigas, cujo número em 1947 era de 1.814, existem atualmente 2.316 servidores.

ENSINO PROFISSIONAL

O ensino tecnico-profissional é, sem dúvida, no setor da Educação, um dos ramos para o qual devem voltar-se as atenções do Poder Público.

O simples ensino de letras, no amontoado de seus programas, principalmente nas zonas rurais e nos bairros de população operária mais densa, precisa de melhor orientação.

As profissões que oferecem meio de subsistência honesto e seguro, enquanto que servem de elemento preponderante na formação do caráter dos moços, devem ser olhadas carinhosamente. O amanho da terra merece todo cuidado. Daí, o ensino rural ocupar lugar de relêvo nas escolas que procuram orientar a educação por caminhos mais seguros.

Ao govêrno não tem sido indiferente tão palpitante assunto. A lei n. 320, de 8 de janeiro de 1949, que reformou a Instrução Pública, incluiu dispositivos sôbre a criação de escolas rurais ,destinadas a ministrar aulas práticas de agricultura, pecuária, pequenas indústrias e outras atividades em correspondência com as necessidades do meio e de acôrdo com as peculiaridades de cada região.

As instituições oficiais mantidas pela União, no reduzido número de duas unidades, e uma ou outra tentativa devida à iniciativa de entidades sociais, inteiramente desarticuladas, não representam ainda um passo decisivo no caminho do ensino vocacional ou da formação profissional de que tanto carecemos.

O Govêrno Federal vai iniciar a construção de um novo edifício para a Escola Industrial de João Pessoa, que será uma das mais notáveis realizações no campo da educação profissional da juventude, pelo menos no norte do País.

Apezar do considerável impulso que, consequentemente, deverão tomar as atividades do ensino profissional nesta capital, o problema não estará por completo resolvido. E' preciso pensar nas cidades do interior, principalmente as de população mais densa, onde há carência absoluta de cursos vocacionais.

E' pensamento do Govêrno estadual criar nas diversas regiões do Estado instituições escolares destinadas a ministrar o ensino profissional à juventude, atentas as necessidades do ambiente, em caráter mais elementar, mas de sentido eminentemente prático e objetivo.

Para tanto, necessita o Govêrno que a Assembléia lhe conceda os meios indispensáveis à execução dêsse desígnio, e, oportunamente, submeterá à sua elevada apreciação um ante-projeto de lei relativo à criação de um órgão administrativo destinado à orientação e controle das atividades relacionadas com o ensino profissional a ser ministrado pelo Estado.

ENSINO DE ADULTOS

A Campanha Nacional de Educação de Adultos vem tendo franco prosseguimento neste Estado.

Em virtude do Convênio estabelecido com o Govêrno Federal através do Ministério da Educação, funcionaram em 1948, em todo o Estado, 650 cursos para alfabetização de adultos, com o acréscimo de 200 em relação ao exercício de 1947.

O número de matrículas, que em 1947 foi de 18.512 alunos de ambos os sexos, elevou-se a 25.320 em 1948. Fôram alfabetizados nêste último ano 8.654 alunos, contra 7.876 alfabetizados em 1947.

Os municípios concorreram com 22 classes, mantidas a suas expensas.

Da importância de Cr$ 1.365.000,00, enviada para êste Estado pelo Ministério da Educação e Saúde, dispendeu o Serviço de Educação de Adultos, por intermédio do Departamento da Fazenda, a quantia de Cr$ 1.364.485,10, com o pagamento das gratificações aos regentes dos cursos de alfabetização sob o seu controle.

Prosseguindo na campanha encetada, o Ministério da Educação autorizou o funcionamento, no presente ano, de 670 cursos, igualmente distribuidos pelos municípios, segundo o índice de analfabetismo.

O Serviço de Educação de Adultos recebeu, ainda, daquêle Ministério, material de propaganda e difusão do ensino, tornando-se necessário destacar vinte e um aparelhos para projeção fixa, destinados a aulas práticas dos referidos cursos.

ESCOLAS RURAIS

O fiel cumprimento que o Govêrno vem dando às obrigações contidas em acôrdos firmados com a União para a construção de prédios escolares destinados ao ensino primário em zona rural, muito contribuirá para a auspiciada solução do nosso problema educacional.

Realmente valioso tem sido o auxílio recebido, valendo observar que dos quatro acôrdos firmados, com o Ministério da Educação e Saúde, respectivamente, em 24 de junho de 1946, 11 de setembro e 16 de dezembro de 1947 e 17 de agosto de 1948, para a construção, ao todo, de 218 escolas, já se acham concluídas 128 destas, estando as restantes em construção.

A distribuição das escolas por conta do auxílio em referência obedeceu ao critério da preferência atribuida às zonas mais comprimidas pelas necessidades educacionais.

Paralelamente ao problema da construção de edi-

fícios escolares destinados ao ensino rural, avulta a importante tarefa do seu equipamento, constante de mobiliário e instrumental agrícola. Convém ainda, neste particular, registrar o auxílio concedido pelo Govêrno da União para o equipamento de um conjunto de 80 prédios escolares, à razão de Cr$ 8.000,00 para cada um, sendo Cr$ 6.000,00 para mobiliário e Cr$ 2.000,00 destinado a instrumental agrícola.

EDIFÍCIOS ESCOLARES

Como já ficou dito, o que se há feito na Paraíba em matéria de educação popular está ainda muito aquém das nossas necessidades. Em um período de 50 anos o Estado construiu apenas 54 edifícios para grupos escolares, sendo 7 na capital e 47 em cidades e vilas do interior com cêrca de 200 salas de aula.

Ao iniciar o atual Govêrno a sua gestão em março de 1947, era êsse o número de grupos escolares existentes no Estado, além de 7 devidos à iniciativa de entidades particulares. Por achar do seu indeclinável dever estender o mais possível a rêde de escolas em todo o Estado, a preocupação do Govêrno atual tem sido a construção em alta escala de edifícios para grupos escolares, principalmente nas vilas mais importantes e em algumas cidades ainda desprovidas dêsse benefício.

Inicialmente, como medida de maior importância, tratou o Govêrno de concluir as construções de prédios escolares que haviam sido iniciadas em administrações anteriores e que se achavam há longo tempo paralizadas, muitas das quais ainda nas fases preliminares dos trabalhos e outras em via de conclusão.

Dessas obras, que compreendiam os grupos de Santa Júlia, na capital, e os de Soledade, Pombal, Caiçára, Pirpirituba, Pedras de Fôgo, Gurinhem, Mogeiro,

Aldeia Velha e Aroeiras, o Govêrno já concluiu, mobiliou e instalou 9, faltando concluir apenas o de Caiçára.

Na conclusão dos 9 grupos escolares enumerados o Govêrno gastou Cr$ 2.265.490,60, convindo acentuar que só na construção do grupo de Santa Júlia dispenderam-se Cr$ 812.900,00 e que os de Aroeiras e Mogeiro fôram integralmente custeados pela atual administração.

Além da conclusão dêsses grupos escolares, o Govêrno já construiu, equipou e pôs em funcionamento, mais 14 estabelecimentos dessa natureza, que são os Grupos Escolares de Teixeira, Brejo do Cruz, Santa Helena, São Bento, Cacporã, Diamante, Alhandra, Sumé, Agua Branca, Corema, São Mamede, Jericó, Bôa Vista e Jacaraú.

Em próprios estaduais convenientemente adaptados, criou ainda o Govêrno dois grupos escolares, instalados em um dos pavilhões da Escola Rural, no Alto Santa Rosa, nesta capital, e no edifício da Colônia de Férias de Tambaú. E em prédio também adaptado foi instalado o de Ipauarana, no município de Campina Grande.

O Govêrno ainda criou os grupos escolares de Serra Redonda e Potira, cujos prédios fôram para êsse fim construidos pelas Prefeituras de Ingá e Cabaceiras.

Em resumo, o Estado, na atual administração, já instalou e pôs a funcionar 28 grupos escolares, sendo 9 em prédios iniciados em administrações anteriores e concluídos na atual; 14 em prédios inteiramente construídos pela atual administração; 2 em próprios estaduais adaptados; 1 em próprio particular com o auxílio do Estado, e 2 em prédios municipais construídos especialmente para êsse fim.

O programa do Govêrno no setor do ensino primá-

rio compreende a construção de edifícios para a instalação de 50 grupos escolares. Em prosseguimento à execução dêsse programa, além dos já construídos e instalados, acham-se em construção e em projéto os grupos escolares de Ibiara, Tacima, Remígio, Camucá, Cuité, Sarapó, Canto, Pedra Lavrada, Garrotes, Ariús, Junco, Marizópolis, Fagundes, Boqueirão, Matinha, Congo e Ilha do Indio Piragibe.

Vale ressaltar que na execução do seu plano de construções destinadas à ampliação e melhoria do sistema escolar primário, o Estado realizou três acôrdos com o Govêrno Federal, através do Ministério de Educação e Saúde, para a construção de sete grupos escolares, mediante o auxílio de Cr$ 250.000,00 para cada prédio, que é orçado em cêrca de Cr$ .. .. .. 400.000,00, devendo o excedente ser cusetado pelo Estado.

Êsses grupos escolares fôram localizados nas cidades de Serra Branca, Catolé do Rocha, Bonito, Jatobá e Patos e nas vilas de Arára e Malta, achando-se os primeiros em início da construção. Está em vias de assinatura um outro acôrdo para a construção de mais quatro prédios.

Com exceção dos de Santa Júlia e Ipauarana, que já estavam designados, o Govêrno, na denominação dos novos Grupos Escolares criados, prestou homenagem a paraibanos falecidos que se tornaram notáveis pelo seu saber ou que se destacaram pelos serviços prestados à Paraíba e são: Dr. Manuel Dantas, Antonio Gomes, Seráfico Nóbrega, Cônego Bernardo, Arnaldo Leite, Fausto Meira, Professor José Bento, José Nominando, Desembargador Ventura, Teodósio de Oliveira Lêdo, Castro Pinto, Barão do Abiaí, Alberto Lundgren ,Padre Ibiapina, Monsenhor Walfredo, Leovigilda Martins, Don Vital, João Ribeiro, Elídio Sobreira, Con-

ceição Cabral, Bórges da Fansêca, Eduardo de Medeiros, Francisco Maia e Melquiades Téjo.

Mobiliário escolar — O programa de realizações do Govêrno no setôr da educação popular não se limita á construção de prédios escolares; compreende também a aquisição de mobiliário e equipamento pedagógico.

O plano de equipamento escolar, elaborado no sentido de aparelhar as nossas escolas do material indispensável à sua finalidade, consta, principalmente, da aquisição de 10.000 carteiras duplas e ainda de reparos e recuperação do material em todos os grupos em funcionamento.

Para êsse fim foi criada no Departamento de Obras Públicas uma Secção especializada para a fabricação de móveis escolares. Além disso, fôram adquiridas 3.860 carteiras duplas, sendo 500 no comércio local e 3.360 à Companhia Indústria de Móveis do Paraná.

Ainda, em atenção às cláusulas dos acôrdos celebrados com o Ministério da Educação e Saúde para a construção de Escolas Rurais, os móveis destinados ao equipamento destas estão sendo fabricados nas cidades de Campina Grande, Patos e Cajazeiras.

MUSEU DO ESTADO

Pelo artigo 16 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Estadual, foi criado o Museu do Estado da Paraíba, cuja organização será regulada por lei.

Na verdade, é notável a carência, entre nós, de uma instituição de caráter científico e cultural dessa natureza, de cunho oficial, destinada a recolher o que ainda existe do nosso passado histórico.

O Museu do Estado deverá ficar aparelhado para coligir metódicamente o material revestido de interêsse histórico e etnográfico ao seu alcance e tudo o que possa enriquecer o patrimônio cultural da Paraíba.

O Govêrno, interessado como se acha na realização dêsse empreendimento, espera que a Assembléia lhe conceda meios necessários à sua objetivação.

SAÚDE PÚBLICA E ASSISTÊNCIA HOSPITALAR

Continúa o Govêrno empenhado no propósito de melhorar e dar maior eficiência aos serviços estaduais de saúde pública e assistência médico-sanitária.

Dispômos de um Departamento especializado, com atividades de assistência médica e hospitalar, operando em um rítmo crescente de trabalho, no qual se entrosam e articulam todos os serviços de saúde mantidos pelo Estado.

Fôrça é reconhecer, porém, as imperfeições do nosso aparelhamento sanitário e máu grado os maiores esfôrços empregados, não tem sido possível dar-lhe a eficiência e a amplitude que seriam de desejar.

Mais de três quartas partes da população da Paraíba estão localizadas no meio rural, aonde não chega a ação assistencial do Estado. Mesmo nos centros urbanos a situação não é muito melhor. Das nossas 41 cidades apenas duas possúem serviços de esgôtos sanitários e quatro são servidas de abastecimento dágua canalizada. E treze encontram-se desprovidas de médicos.

Grandes são, pois, as dificuldades a vencer, inclusive aquelas decorrentes da inexistência de recursos financeiros, para a execução das medidas reclamadas e das quais fundamentalmente depende o solucionamento de nossos problemas de saúde pública.

Nada obstante as naturais deficiências assinaladas, o Govêrno está dedicando especial atenção às atividades

des do Departamento de Saúde, podendo desde já assinalar alguns índices e realizações que bem evidenciam os esforços empregados.

No que se refére à despêsa com a manutenção dos serviços oficiais e os auxílios e subvenções concedidas a instituições hospitalares particulares, verifica-se que as dotações orçamentárias a êste fim destinadas, que em 1947 apresentavam o total de Cr$ 6.208.719,00, elevaram-se em 1948 a Cr$ 8.045.782,00 e figuram no orçamento do exercício atual com o expressivo quantitativo de Cr$ 11.797.312,00. Em relação ao orçamento de 1947, houve um aumento de dotações de 46,6% em 1948 e de 90% em 1949.

As dotações para "drogas e produtos químicos" e "gêneros de alimentação" são as que mais se vêm beneficiando. De Cr$ 690.000,00 e Cr$ 950.000,00 que eram, em 1947 ,passaram no ano imediato a Cr$ .. .. 1.010.000,00 e Cr$ 1.316.000,00 e atingiram na atual lei de meios os cômputos de Cr$ 2.275.000,00 e Cr$ .. 1.650.000,00.

Fôram ainda levadas a efeito, no ano em relato, várias medidas de alto alcance, visando dar maior eficiência aos serviços de saúde e assistência médico-sanitária.

A carreira de médico e a de guarda sanitário fôram reestruturadas de modo a elevar o nível de vencimentos dos seus ocupantes. Também fôrem elevados os padrões dos cargos de farmacêutico e químico.

O Departamento de Saúde promoveu, sob os auspícios da Secretaria de Educação e Saúde, o certame "Flávio Marója", com a finalidade de despertar uma consciência sanitária no seio dos escolares paraibanos, tendo sido contemplados seis alunos do curso pri-

mário geral, com prêmios no valôr total de Cr$ .. .. 2.000,00.

Não sofreram solução de continuidade as atividades publicitárias do Departamento de Saúde, através de "comunicados" à imprensa local, valendo ressaltar a divulgação da Sinopse Bio-estatística da Cidade de João Pessoa, pertinente ao período de 1941-1947.

Afinal, foi dado Regimento aos seguintes órgãos do D.S.: Divisão dos Serviços Distritais, à qual se subordinam diretamente as unidades sanitárias do interior; Divisão de Proteção à Maternidade, à Infância e à Adolescência, Serviço de Combate às Doenças Venéreas e Serviço de Profilaxia da Lepra.

UNIDADES SANITÁRIAS

O Departamento de Saúde centraliza, em órgão próprio, o planejamento e a orientação dos trabalhos de saúde pública, havendo descentralização na sua execução, que é feita, na capital pelos Centros de Saúde e de Puericultura e, no interior, pelo Centro de Saúde de Campina Grande e pelos Postos de Higiêne, superintendidos pela Divisão dos Serviços Distritais.

Centro de Saúde da Capital — Está instalado no prédio da antiga residência presidencial, que, apezar de adaptado, não oferece as condições necessárias ao seu funcionamento, dada a extensão dos seus serviços, que compreendem: Diretoria e Secretaria, Inspetoria de Higiene da Alimentação e Polícia Sanitária das Habitações, Dispensário de Tuberculose, Serviço do B.C.G., Dispensário de Dermatologia e Lepra, Dispensário de Endemias Rurais, Cozinha Dietética, Serviço de Enfermagem, Serviço de Combate às Doenças Venéreas, Serviço de Epidemiologia, Secção de Oftalmologia, Secção

de Higiêne Dentária, Secção de Otorinolaringologia, Secção Pré-natal, Secção de Higiêne Infantil, Secção de Higiêne Pré-escolar, Secção de Higiêne Escolar e Serviço de Carteira de Saúde.

Apezar das deficiências materiais, o Centro de Saúde funcionou com êxito apreciável no ano recém-findo, apresentando resultados compensadores, que bem revelam a vitalidade dêsse serviço.

Centro de Puericultura de Cruz das Armas — As atividades relacionadas com a proteção à maternidade e à infância a cargo do Centro de Puericultura, instalado no bairro de Cruz das Armas, em prédio moderno e especialmente construído para êsse fim, tiveram franco prosseguimento em 1948.

Elevada foi a frequência de gestantes que alí se submetem à vigilância da gravidez e ao preparo do parto, tendo funcionado com regularidade a cantina maternal.

Os serviços de higiêne infantil desenvolveram-se eficientemente, revestindo-se de especial cuidado a assistência alimentar ao lactante.

Centro de Puericultura Teixeira de Vasconcelos — Esta nova unidade, construída e recentemente inaugurada no bairro de Santa Julia, nesta capital, faz parte do plano que o Govêrno do Estado executa com o auxílio financeiro do Departamento Nacional da Criança. Destina-se ao mesmo fim do seu congênere de Cruz das Armas e está, como êste, localizado em bairro popular densamente povoado.

Centro de Saúde de Campina Grande — Pelo decreto n. 154, de 16 de abril do corrente ano, foi elevado à categoria de Centro de Saúde o Pôsto de Higiêne de Campina Grande.

Postos de Higiêne — Ao iniciar-se a atual administração, em 1947, existiam no interior do Estado 24 Pos-

tos de Higiêne, sete dos quais desprovidos de médicos, por falta de profissionais que quizessem servir no interior com a retribuição que lhes era fixada. A administração atual criou mais 6 Postos de Higiêne, 4 Sub-Postos de Higiêne e 2 Sub-Postos especializados de Combate à Bouba.

Com a melhor remuneração conferida aos médicos do Estado, já foi possível preencher cinco daquêles Postos que o Govêrno atual encontrou desprovidos de profissionais.

As unidades sanitárias criadas na presente administração são as seguintes: Postos de Higiêne de Picuí, Araruna, Cruz do Espírito Santo, Itaporanga, Brejo do Cruz e Soledade; Sub-Postos de Higiêne de Arára, Remígio, Serra da Raiz e Bôa Vista; Sub-Postos especializados de Combate à bouba de Areia e Santa Maria.

O Govêrno continúa no firme propósito de instalar unidades sanitárias nas sédes dos municípios ainda desprovidos dêsse benefício.

Obras em construção — Estão sendo concluídas as obras do Pôsto de Higiêne de Cabaceiras, iniciadas e paralizadas em administração anterior, e as do Pôsto de Higiêne de Itabaiana, esta em cooperação com a Divisão de Organização Sanitária, do Departamento Nacional de Saúde. Logo que possa ordenar os necessários recursos financeiros, reiniciará o Govêrno as obras dos Postos de Piancó e Princesa Isabel, que encontrou de há muito paralizadas.

Há cêrca de um ano fôram iniciadas as obras de um edifício para o Centro de Saúde desta capital, o qual estava sendo construído pelo Departamento Nacional de Saúde, em regime de cooperação com o Estado. Estas obras fôram, entretanto, paralizadas por ter sido rescindido o contrato entre aquêle órgão do

Ministério de Educação e Saúde e o respectivo construtor. O Govêrno está envidando todos os esforços a fim de que tenham prosseguimento as obras interrompidas, nas quais já inverteu o Estado cêrca de Cr$ .. 450.000,00.

ASSISTÊNCIA HOSPITALAR

Como já foi referido em Mensagem anterior, é dos mais baixos o coeficiente de leitos hospitalares apresentado pela Paraíba. Tendo apenas 0,6 por mil habitantes, o Estado achava-se colocado no décimo sexto lugar, entre os seus congêneres da Federação, no respeitante às disponibilidades de leitos nosocomiais.

Tal situação é que o Govêrno tem procurado resolutamente melhorar.

Construção de Hospitais — A 17 de agosto do ano passado o Estado da Paraíba e o Ministério de Educação e Saúde celebraram um acôrdo para a construção, no interior, de três hospitais, sob o regime de cooperação, concorrendo a União com o auxílio de Cr$ .. .. .. 500.000,00 para cada hospital. Destinada ao mesmo fim, no orçamento da República para o corrente exercício a Paraíba foi contemplada com igual dotação.

Tais unidades, conforme o plano de hospitais regionais que o Govêrno estabeleceu, estão sendo edificadas nas cidades de Campina Grande, Guarabira e Itaporanga.

Hospital Regional de Campina Grande — O Govêrno sugeriu fôsse localizado em Campina Grande o hospital que, com o auxílio federal, devia ser construído na zona do Cariri. Assim, além de atender aos interesses regionais, por ser o município, em parte, integrado naquela zona, aproveitou o Govêrno a cooperação da União para dotar a cidade de Campina Grande de um hospital regional, de que muito se ressentia.

Vale notar que o auxílio federal previa a lotação de 28 leitos apenas, para cada um dos hospitais a serem cnostruídos. No caso de Campina Grande, tal número estaria muito longe de atender às necessidades regionais, pelo que resolveu o Governo elevá-lo para 90 leitos, assumindo o encargo pela consequente ampliação das obras.

Estas se acham iniciadas, tendo sido o prédio localizado em terreno de propriedade do Estado, anexo ao Quartel do 2.º Batalhão da Polícia Militar. O Govêrno confiou a administração das obras á firma Figueira & Jucá, contratante de outros serviços dessa nanatureza no Estado.

Hospital Regional de Guarabira — Êste nosocômio, com a capacidade de 28 leitos, servirá á zona do Brejo e faz parte do plano de hospitais regionais constante de acôrdo com o Govêrno Federal. A construção se acha bastante adiantada, estando o prédio recebendo a placa do primeiro piso, com o que se prevê o seu futuro crescimento. O Govêrno espera poder inaugurar esta obra no primeiro semestre do próximo ano.

Hospital Regional de Itaporanga — Como os precedentes, faz parte do plano em execução mediante acôrdo com o Govêrno Federal, dispõe de capacidade para 28 leitos e servirá á zona do Sertão. As obras estão em prosseguimento.

Hospital Regional de Itabaiana — Há quinze anos vinha-se construindo morosamente, na cidade de Itabaiana, um hospital regional, de iniciativa da Sociedade São Vicente de Paulo, a cuja frente se encontrava o dr. Antonio Santiago.

A atual administração, além de prestigiar os promotores de tão beneméritos desígnios, forneceu recursos financeiros para o término dos trabalhos e seu aprestamento, na importância de Cr$ 530.000,00, sendo Cr$ ..

350.000,00 contribuição do Estado e Cr$ 180.000,00, por conta do convênio mantido com o Departamento Nacional da Criança, para os serviços de proteção à maternidade e à infância.

Com essas medidas tornou-se possível a conclusão das obras e a sua inauguração a 16 de março último.

Hospital Regional de Patos — Sob os auspícios da Legião Brasileira de Assistência foi iniciada há vários anos a construção de um hospital regional, cujas obras o Govêrno atual encontrou paralizadas.

Tendo em vista o seu programa de melhorar substancialmente os serviços de saúde e aumentar as disponibilidades de internamento nosocomial, o Govêrno entrou em entendimentos com a Legião Brasileira de Assistência, visando o prosseguimento das obras encetadas. E assim, em fevereiro último, foi celebrado no Rio de Janeiro um acôrdo entre o Estado e aquela instituição, por fôrça do qual será o hospital concluído e pôsto em funcionamento. As obras fôram transferidas ao Estado, obrigando-se a L.B.A. a concorrer com a contribuição de um milhão de cruzeiros, ficando o restante a cargo do Estado.

Hospital para Tuberculosos, de Cajazeiras — Anéxo ao Hospital Regional de Cajazeiras, o Govêrno encontrou construido, pelo Serviço Nacional contra a Tuberculose, um pavilhão para tuberculosos. Atendendo às conveniências do serviço hospitalar, foi construída pelo Estado uma passagem de comunicação entre os dois nosocômios.

Nos termos do acôrdo firmado, o Govêrno está aguardando que o Serviço Nacional de Tuberculose envie o material de equipamento hospitalar necessário, para que esta unidade seja posta a funcionar.

Hospital de Santa Rita — Na visinha cidade de

Santa Rita, industriais do açucar estão levantando um nosocômio, cuja planta obedece às mesmas características dos seus congêneres de Guarabira e Itaporanga. O Govêrno, por intermédio do serviço de engenharia sanitária do Departamento de Saúde, dá a necessária assistência técnica a êste empreendimento.

Hospital Santa Isabel — Merece também referência a ampliação do Hospital Santa Isabel, nesta capital, louvavel e arrojada iniciativa da provedoria da Santa Casa de Misericórdia para duplicar a capacidade de internamento daquêle estabelecimento de clínica geral.

Tendo em vista o magnífico exemplo dado pela benemérita Santa Casa de Misericórdia, é pensamento do Govêrno promover a fundação de sociedades locais dêsse tipo, para entregar-lhes a responsabilidade da manutenção dos estabelecimentos hospitalares que estão sendo construídos pelo Estado. Concorrerá êste com a sua imprescindível ajuda financeira e, se preciso, supervisão técnica.

As organizações assim constituidas terão autonomia administrativa. Dessa fórma, além de evitar o problema do pessoal e da burocracia, ficarão as entidades locais com maior amplitude de ação para pleitear auxílios federais, desenvolver e administrar os nosocômios, de acôrdo com conveniências e necessidades regionais.

ASSISTÊNCIA A MATERNIDADE E Á INFÂNCIA

Pelo sistema de convênio celebrado com o Departamento Nacional da Criança, o Govêrno vem pondo em execução o plano de assistência à maternidade, à infância e à adolescência paraibanas.

As obras que estão sendo executadas e custeadas

com os recursos do Estado, daquêle órgão do Ministério de Educação e Saúde e, também, da Legião Brasileira de Assistência, tiveram, no ano pretérito, sensível desenvolvimento.

Maternidade de Itabaiana — Anéxa ao Hospital Regional, a Maternidade de Itabaiana já teve as suas obras concluídas, tendo sido inauguradas em março último.

Maternidade de Cajazeiras — Está sendo construída, em pavilhão anéxo ao Hospital Regional, achando-se as obras em fase de acabamento.

Maternidade de Sapé — Prosseguem com regularidade as obras do pavilhão anéxo ao Hospital Regional, em que funcionará a maternidade.

Maternidade de Bananeiras — Localizada em prédio independente. As obras estão bastante adiantadas, já tendo sido concluída a cobertura.

Maternidade de Catolé do Rocha — Como a de Bananeiras, funcionará em prédio independente, estando a construção em fase de cobertura.

Maternidades de Areia e Alagôa Grande — Achando-se o Govêrno em entendimentos com o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) para que essa instituição possa estender à Paraíba as suas benéficas atividades, caso em que lhe será entregue o distrito sanitário em que estão localizados os municípios de Areia e Alagoa Grande, as maternidades dessas duas cidades, embora estando prontos os estudos para o seu início, tiveram as suas obras paralizadas, aguardando-se o resultado dos entendimentos. Realizado o acôrdo, possivelmente serão os projetos ampliados para hospitais gerais.

Centro de Puericultura Teixeira de Vasconcelos — Localizado no bairro de Santa Júlia, foi construído pelo Estado com a cooperação financeira do Departamento

Nacional da Criança, tendo sido inaugurado em março último.

Lactário Clarisse Justa — Construído pela secção estadual da Campanha Nacional da Criança, com a cooperação do Govêrno do Estado e entidades particulares, está localizado na Ilha do Indio Piragibe e dispõe de amplas e modernas instalações. Foi inaugurado no dia 6 de março do corrente ano.

HOSPITAIS ESPECIALIZADOS

Assistência a Psicopatas — Inaugurada em 1928, com acomodação para 134 doentes, foi a nossa primitiva Colônia Juliano Moreira ampliando progressivamente a sua lotação, de maneira a atingir ao total de 284 leitos, situação em que a encontrou o atual Govêrno.

Impunha-se, contudo, aumentar aquele número e proceder ao completo isolamento por pavilhões, segundo o sexo, dos doentes alí recolhidos.

A seis de março último fôram entregues à serventia as novas ampliações, com capacidade para mais 120 leitos. Verificou-se, assim, um aumento relativo de 42,3 % sôbre a sôma anterior.

Quanto às verbas orçamentárias para custeio dêste serviço, operou-se, de 1947 para 1949, o aumento de 33,4 %.

A fim de intensificar a assistência psiquiátrica na Paraíba, a 26 de outubro passado o Estado firmou um novo acôrdo com o Ministério da Educação e Saúde, por fôrça do qual o Serviço Nacional de Doenças Mentais despenderá a quantia de Cr$ 300.000,00 e o Departamento de Saúde Cr$ 50.000,00, em construção, ampliação, reforma, instalação e manutenção de unidades especializadas na assistência a psicopatas.

Hospital de Neuro-Psiquiatria Infantil — Prosseguem as obras do Hospital de Neuro-Psiquiatria Infantil, que o Estado vem construindo em cooperação com o Serviço Nacional de Doenças Mentais, estando a secção destinada à Pedagogia na fase de cobertura.

Hospital Clementino Fraga — Com a dupla finalidade de isolamento para os portadores de moléstias contagiosas agudas e sanatório para tuberculosos, o Hospital Clementino Fraga apresenta-se por demais insuficiente. Tem êste estabelecimento capacidade total para receber apenas 65 doentes, enquanto que as nossas necessidades atuais, sòmente para combater a peste branca, requerem, segundo os levantamentos do Departamento de Saúde, cêrca de 250 leitos.

Não podendo, de imediato, ser levado a efeito o plano do Departamento Nacional de Tuberculose estabelecido com o Estado para a campanha contra o mal de Koch na Paraíba, resolveu o Govêrno dar início à construção de novas instalações no Hospital Clementino Fraga. Antes, porém, já fôra providenciada a abertura de uma enfermaria e quartos para pensionistas, nêsse sanatório, que teve, assim aumentada de 43 % sua capacidade de internamento.

O Estado despendia, em 1947, com a manutenção do Hospital Clementino Fraga, Cr$ 354.600,00; presentemente despende Cr$ 497.5640,0. Houve, assim, entre os dois exercícios, um aumento de 40,3 % nas dotações respectivas.

Colônia Getúlio Vargas — O leprosário recebeu, também, substanciais ampliações. No corrente ano fôram construídas, em cooperação com o Serviço Nacional da Lepra, um grupo de residências para casais e uma capela, achando-se em andamento as obras de um pavilhão para 27 hansenianos. Com verbas próprias o Estado está fazendo um estábulo.

Gastavam-se em 1947, com a assistência aos lázaros, Cr$ 412.200,00. Hoje, as disponibilidades orçamentárias são de Cr$ 686.144,00. Elevaram-se, desta maneira, de 66,5 % as suas dotações.

Hospital João da Mata — Serviço mantido em cooperação com a Divisão de Organização Sanitária do Departamento Nacional de Saúde, localizado em Camucá, destinado ao tratamento especializado da bouba, teve, como se vê da Mensagem anterior, a sua capacidade de internamento aumentada de 25 %.

As suas verbas receberam notável acréscimo. Em 1947 dispunha de Cr$ 38.040,00, o exercício seguinte consignou Cr$ 93.929,00 e o atual atingiu a Cr$ .. .. 200.000,00.

Houve nessa consignação o considerável aumento de 425,8 %, entre o orçamento de 1947 e o do corrente ano.

COMBATE SISTEMÁTICO ÀS DOENÇAS E CAMPANHAS PROFILÁTICAS

Os serviços de saúde do Estado vêm executando um programa traduzido em planos de combate sistemático às doenças e campanhas profiláticas, em cooperação com os órgãos especializados do Ministério de Educação e Saúde, pelo sistema de acôrdos e convênios.

Visa êsse programa a execução de diversos serviços e a ampliação dos existentes, que integram o aparelhamento sanitário do Estado.

Campanha contra a Tuberculose — A campanha contra a causa predominante da mortalidade geral é realizada sob a orientação técnica e com a cooperação financeira da União. Em julho do ano findo o Govêrno assinou com o Serviço Nacional da Tuberculose um

convênio, segundo o qual será aumentado o efetivo anti-tuberculoso do Estado, mediante a construção de um hospital nesta capital, com a capacidade para 300 doentes e a execução de um programa progressivo de aparelhamento técnico, além da ajuda financeira e outras medidas importantes à luta contra o mal de Koch na Paraíba.

O Departamento de Saúde está providenciando a extensão do Serviço do B.C.G. às cidades de Campina Grande, Itabaiana, Santa Rita, Bananeiras, Guarabira, Sapé, Alagôa Grande, Esperança, Areia e Mamanguape.

Campanha contra a Lepra — Consoante se deu notícia na Mensagem anterior, no inquérito realizado para verificar a incidência da lepra na Paraíba, ficou constatado que, apezar dos esforços empregados para erradicá-la, registrou-se um aumento, tanto em extensão como em profundidade, em relação ao censo dos doente levados a efeito pelo Serviço Nacional da Lepra em 1943. De 25 elevou-se para 30 o número de municípios atingidos, e o número de doentes, que era de 161, por ocasião daquêle levantamento, é atualmente de 246.

Ao iniciar a campanha contra o mal de Hansen, o Govêrno, por decreto n. 65, de 1 de abril de 1948, mandou adotar a Resolução n. 1, aprovada pela I Reunião de Leprologistas do Nordeste e, para melhor coordenação das atividades administrativas, baixou, pelo decreto n. 95, de 10 de agosto de 1948, o Regimento do Serviço de Profilaxia da Lepra, no qual estão fixadas as atribuições, inclusive dos dispensários regionais, na luta contra o terrível mal.

Em seguida, executou o Govêrno obras de ampliação do leprosário, em cooperação com o Serviço Nacio-

nal de Lepra, e outras visando melhorar a situação dos doentes internados.

Campanha contra a Malária — A malária, pelos prejuízos sociais e humanos que ocasiona nas populações por ela atingidas, constitúi um dos grandes problemas sanitários regionais.

A sua letalidade é relativamente baixa, mas em compensação a incidência é consideravelmente alta. Assolando em mais de 50 % dos municípios paraibanos e accmetendo, anualmente, cêrca de 64.500 indivíduos, o paludismo constitúi um dos maiores fatores de empobrecimento do nosso trabalhador rural. Na fase agúda da moléstia, verifica-se a perda total dos dias de serviço; tornada crônica, há um deficit de produção que atinge até a 50 % em comparação com o serviço executado pelo indivíduo sadío.

Para enfrentar tão chocante realidade, o Govêrno firmou a 9 de novembro do ano recém-findo, com o Serviço Nacional da Malária, um convênio visando a erradicação dêsse flagêlo em nosso território, já tendo iniciado obras de saneamento no município da capital.

O programa a ser executado por fôrça dêsse convênio, compreenderá três etapas: inquérito, cadastro e borrifação. Subsidiariamente, visa intensificar a profilaxia medicamentosa, por intermédio dos novos agentes quimioterápicos de combate àquela plasmodiose.

Os inquéritos epidemiológicos preliminares e concorrentes determinarão a intensidade e extensão da endemia e ainda estabelecerão a fauna anofélica local. Para tanto serão realizados índices malariométricos, que se repetirão periodicamente, no intuito de aquilatar e eficiência da técnica adotada e dos resultados obtidos.

O cadastro tem por fim fazer o levantamento dos

prédios e medir as respectivas áreas internas a serem tratadas pelo D.D.T.

A borrifação com o inseticida em solução a quetezone ou suspensão aquosa, segundo o tipo de habitação a ser dedetizada, abrangerá, de acôrdo com o plano delineado, 105.785 prédios.

Está estimada a execução dêsse programa em Cr$ 5.343.000,00.

O Estado, além da cooperação financeira propriamente dita, vem prestando o seu concurso, completando o quadro do pessoal necessário para cumprir a tarefa, além de outras providências indispensáveis ao êxito do empreendimento.

Campanha contra o Tracoma — Em cooperação com a Divisão de Organização Sanitária do Departamento Nacional de Saúde, será levada a efeito uma campanha contra o tracoma. Sediado em Bananeiras, vai ser organizado um posto itinerante, que percorrerá tôda a zona assolada pela referida oftalmia.

Campanha contra as Helmintoses — Ainda em colaboração com aquele órgão do Serviço Nacional de Saúde, deverá realizar-se, em agosto próximo, um vasto inquérito helmintológico entre os escolares de 7 a 14 anos, para constatar a extensão da infestação verminótica em nosso meio.

Campanha contra as Doenças Venéreas — Para a intensificação da campanha contra as doenças venéreas, foi criado pela Lei n. 63, de 5 de dezembro de 1947, o Serviço de Combate às Doenças Venéreas, com a reorganização dos serviços existentes, compreendendo o Centro de Tratamento Rápido, o Dispensário Noturno e o Posto de Profilaxia Individual, instalados nesta capital.

Para esse fim fôram adquiridas, em regime de cooperação com a Divisão de Organização Sanitária, os

materiais imprescindíveis à instalação de um laboratório e organizado o serviço de enfermeiros e vistadoras sanitárias.

Campanha contra a Bouba — Os serviços de combate à bouba serão ampliados com a criação de novos postos nas zonas onde a incidência da moléstia se apresenta de forma intensa. Já fôram instalados postos especializados em Areia e Santa Maria, devendo ser criados os de Pilões, Serraria, Cantinhos e Tanques.

Campanha contra as Febres Tíficas — Tornar-se-á mais intensivo o combate às febres tifoídicas, com medidas capazes de atingir a sua finalidade. A séde dêsse serviço é na cidade de Campina Grande, encontrando-se já instalado, numa dependência do prédio onde funciona o Centro de Saúde, um laboratório destinado a proceder aos exames exigidos. Faz parte desta campanha a construção de fossas, já tendo sido construidas cêrca de cem em ruas não saneadas da cidade de Campina Grande.

Campanha contra a Difteria e a Coqueluche — Consta tambem do plano das campanhas posto em execução, a vacinação em massa contra a difteria e a coqueluche em todos os recantos do Estado, por intermédio das unidades sanitárias.

À exceção das três primeiras campanhas, as demais são executadas em cooperação com a Divisão de Organização Sanitária do Departamento Nacional de Saúde.

SERVIÇO DO CANCER

Voltado constantemente para os assuntos relacionados com os nossos problemas sanitários, assim no setor da medicina curativa propriamente dita, como no da medicina preventiva, o Govêrno do Estado não po-

dia deixar de se preocupar com a questão do câncer e outros tumores malignos, que entre nós vem sendo tão lamentavelmente postergada.

Sentindo a imperiosa necessidade de desenvolver uma extensa e intensiva campanha de combate ao terrível mal, o Govêrno, por intermédio do Departamento de Saúde, está estudando a possibilidade da criação de um serviço de combate ao câncer e assistência aos cancerosos, no Estado.

Para êsse fim, o Departamento de Saúde já entrou em entendimentos com o Serviço Nacional do Câncer e a Cruz Vermelha Brasileira, no sentido de uma conjugação harmônica de esforços, visando a concretização dêsse elevado objetivo.

SERVIÇO ESPECIAL DE SAÚDE PÚBLICA

O Govêrno do Estado vinha mantendo entendimentos com o Serviço Especial de Saúde Pública (S. E.S.P.) no sentido de conseguir a extensão das suas atividades médico-sanitárias ao nosso Estado.

O S.E.S.P., como se sabe, surgiu em 1942, do acôrdo firmado entre o Brasil e os Estados Unidos da America, para levar a efeito uma grande campanha de saúde pública em determinadas áreas do território nacional.

As atividades dêsse organismo cooperativo tiveram por campo, inicialmente, os vales da Amazonia e do Rio Dôce, onde proporcionaram inestimáveis benefícios, constituindo a sua ação "um dos capítulos mais emocionantes e construtivos da história da saúde pública no Brasil".

Entrando em uma nova fase de atividades, o S.E. S.P. vem estendendo as suas tarefas médico-sanitárias a outras áreas, já tendo firmado um contrato com

o Govêrno da Bahia para atuar em regiões daquele Estado.

Agora, coube a vez à Paraíba, que é, nesta nova fase de trabalhos, a segunda unidade da Federação a ser beneficiada com a assistência do S.E.S.P.

Em conclusão àqueles entendimentos, acaba de ser assinado entre o Govêrno e o S.E.S.P. um acôrdo para a execução de serviços de saúde e obras de saneamento nos municípios de Alagôa Grande, Areia, Esperança e Alagôa Nova, que integram o 4.º Distrito Sanitário do Estado.

Segundo os têrmos do contrato, cabe ainda ao S. E.S.P. promover a melhoria de instituições hospitalares que possam interessar aos planos de trabalho a serem executados na área mencionada, prestar ajuda técnica e financeira ao Departamento de Saúde do Estado, no sentido de ser dado maior desenvolvimento aos seus serviços centrais, especialmente os de bioestatística e educação sanitária, e colaborar com o mesmo no aperfeiçoamento do seu pessoal técnico, concedendo bolsas de estudos, organizando cursos e facilitando o treinamento nos serviços de sua responsabilidade.

Para atender às despêsas com a execução dos trabalhos que são objeto do convênio, o Estado concorrerá com a importância não inferior à metade da contribuição do S.E.S.P.

CURSOS DE ENFERMEIRAS E VISITADORAS SANITÁRIAS

É inquietante a situação em que se encontra a Paraíba no concernente a pessoal para-médico. Segundo revelam as estísticas, dispomos de 1 enfermeiro geral

para 24.848 habitantes, e de 1 enfermeira obstétrica para 17.263 mulheres.

Diante dessa situação, o Departamento de Saúde instituiu no ano passado cursos de enfermeiras e visitadoras sanitárias, que vêm funcionando regularmente.

Em colaboração com a Legião Brasileira de Assistência, realizou um curso de puericultura, tendo sido diplomadas cêrca de 30 candidatas, na maioria procedentes das localidades do interior, onde vão ser localizados os Postos de Puericultura.

Tambem em cooperação com a filial na Paraíba da Cruz Vermelha Brasileira e a Sociedade de Estudos Médico-Cirúrgicos da Cabeça, do Hospital Santa Isabel", instituiu um curso de enfermeiras polivalentes. Cinquenta candidatos estão terminando o curso.

Finalmente, com a colaboração, ainda, da filial da Cruz Vermelha Brasileira e da Legião Brasileira de Assistência, vai o Departamento de Saúde abrir no dia 1 de junho um curso de puericultura, obstetricia e enfermagem. Terão preferência as candidatas residentes nas cidades onde vão se instalar Hospitais e Maternidades. As candidatas concursadas ficarão internadas na Maternidade "Cândida Vargas", para treinamento, por conta do referido curso.

ATIVIDADES DIVERSAS

Entre outras atividades afetas aos serviços estaduais de saúde, de grande alcance para a consecução dos seus fins, merecem ser, ainda, ressaltados, a organização da secção de engenharia sanitária e o grande incremento que teve o serviço de propaganda e educação sanitária. Este, além de farto material pectos, livros, etc., empregou tamém o rádio, a im. distribuido pelo interior, constante de cartazes, pros-

prensa e o cinema, tendo sido levadas a efeito, na capital e no interior sessões cinematográficas, nas quais se focalizarem peliculas científicas, educativas e recreativas em torno dos problemas ligados à educação sanitária.

AGRICULTURA

O Govêrno vem dedicando à agricultura a atenção que ela merece, como fonte precípua da economia paraibana.

A execução do programa agrícola obteve, no ano em relato, significativa soma de êxito, quer no tocante aos métodos adotados, quer, principalmente, no que se refere aos objetivos visados.

PRODUÇÃO VEGETAL

A atividade industrial no Estado, embora apresente boas perspectivas, é ainda bastante reduzida, de modo que a agricultura constitúi ainda a mais importante contribuição ao desenvolvimento da riqueza paraibana.

Grande parcela dos 55.920 quilômetros do território estadual é de terras cultivadas. Dentre os produtos de maior expressão econômica estão o algodão e seus sub-produtos, secundados pelo agave. Além disso a região oferece excelentes condições para as várias culturas agrícolas, tais como milho, feijão, batata, mandioca, fumo, cana de açucar e fruticultura em geral.

O Estado vem realizando uma eficiente política de ajuda e incentivo ao homem do campo, mediante assistência técnica e fornecimento de instrumental agrícola, consignando, para êsse fim, no seu orçamento dotações cada vez mais elevadas, como acontece com as verbas destinadas ao Departamento da

Produção que, de Cr$ 1.695.560,00 em 1947, se elevaram a Cr$ 3.494.428,00 no corrente ano, com um aumento de 106 %.

Como plano de assistência e incentivo à agricultura, cogita-se da adoção de medidas de proteção aos trabalhos da lavoura, com o fim de amenisar o esfôrço do nosso camponês, devotadamente entregue à cultura de uma região onde a variedade pluviométrica tem determinado, não poucas vezes, prejuizos vultosos, ora pela escassez, ora pelo excesso de chuvas, e só excecionalmente se verificam anos agrícolas normais.

Entre as medidas planejadas estão a adaptação de uma área para a realização de exposições agropecuárias, com demonstração de métodos agrícolas mais adequados ao nosso meio; a organização do serviço de fomento da produção animal; a instalação de um laboratório de engenharia agrícola para as experiências de conservação do sólo; a solução do problema de retenção da água; a aplicação de fôrça mecânica e da máquina para aumento da produção de gêneros alimentícios, fibras vegetais e forragens, e o melhoramento da pecuária.

Dentro do programa administrativo de incentivo à produção vegetal, figura em primeiro plano a instalação de duas fazendas experimentais para as nossas culturas, especialmente o algodão, sendo uma na zona sertaneja, para os algodões arbóreos, e outra na zona do brejo, para as variedades herbáceas.

Paralelamente, outras providências serão postas em prática com respeito ao armazenamento da produção, assim como ao treinamento do trabalhador rural e à melhoria do nível de vida nos campos.

Pugnando pelo aumento da produção e a racionalização dos trabalhos agrícolas, o Govêrno está facilitando aos agricultores a aquisição, ao prêço de custo, de equipamentos mecânicos e produtos necessários à melhoria e preservação das culturas e criando, ao mesmo tempo, condições propícias ao manejo da maquinaria, sabido que, para a expansão agrícola, a mecanização é processo de indiscutível superioridade.

Em 1948, as atividades do Departamento da Produção, no setor da agricultura, apresentam os seguintes resultados:

a) aumento do número de tratores e máquinas em serviço;

b) entrega de maior quantidade de sementes aos agricultores;

c) adoção de máquinas em mais alta escala substituindo o trabalho manual de limpas;

d) revenda de maior quantidade de compostos químicos para combate às pragas;

e) preparo de maior área de campos de cooperação.

Defêsa sanitária vegetal — Ao lado dos trabalhos de fomento da produção impõe-se, como providência correlata, um plano sistemático de neutralização dos efeitos das pragas que atacam as nossas culturas agrícolas.

O curuquerê, de tão nefastos efeitos nos repetidos ataques que chegam a se verificar seis vezes em uma mesma safra; a lagarta rosada, que tanto desvalorisa o nosso algodão; a broca da raiz, que continuamente afeta a lavoura algodoeira, e o piolho rajado, tão prejudicial, quantitativa e qualificativamente, à preciosa cultura, vêm sendo intensamente combatidos.

No ataque às doenças e pragas que afetam as nossas lavouras, já concorreu o Govêrno com a distribuição de 3.900 quilos de arseniato de chumbo e 800 litros de "rodiatox", inseticida moderno, de alto poder destruidor.

O anel vermelho, doença que ameaça a cultura do coqueiro no litoral, está sendo eficazmente combatido, já tendo sido debelados oito fócos constatados nos arredores desta capital e promovidas medidas de profilaxia para prevenir o aparecimento dêsse perigoso nematoide.

No combate á sauva, secular flagelo da agricultura nacional, o agricultor paraibano vem recebendo valioso auxilio do poder público, já tendo sido distribuidos, a prêço de custo, 3.560 quilos de arsênico.

Máquinas agrícolas — Reconhecendo que o incremento da produção sôbre bases econômicas só poderá ser conseguido com a mecanização da lavoura, o Govêrno vem dedicando especial cuidado a êste setor, já promovendo a recuperação da maquinária agrícola existente, já adquirindo novos equipamentos, no que aplicou vultosa importância.

Para êsse fim fôram ampliadas e modernizadas as oficinas do Departamento da Produção, melhoramento em que se inverteu a importância de Cr$ 200.000,00. Nas referidas oficinas fôram reparados seis tratores e recuperados 850 máquinas leves, entre arados, cultivadores, pulverizadores e outras.

Fôram adquiridos 1 trator Allis Chalmers equipado com "bulldozer", 2 tratores Cletrac, 4 caminhões, 1 caminhonete, 1 "Jeep", 3.893 cultivadores, 4.000 enxadinhas para cultivador, 6.025 enxadas "Tupí" e "Palon", 3 grades de discos e 136 discos recortados de 24". Na

aquisição dêsse material despendeu o Estado cêrca de Cr$ 2.700.000.00.

O número de máquinas agrícolas de todos os tipos em uso no Departamento da Produção, que era de cêrca de 300 em 1946 ,elevou-se a 1.400 em 1948 e é atualmente de 3.905 unidades.

Campos de cooperação — A atividade do Departamento da Produção se acha associada à vida cotidiana da lavoura, por via do regime de cooperção para a prestação de assistência técnica e fornecimento de sementes e máquinas aos agricultores. O aumento constante da área cultivada em cooperação dá a medida da ação desenvolvida pelos serviços de fomento agrícola na Paraíba.

Basta considerar que em 1946 o número de hectares dos campos de cooperação não excedia de 1.500; em 1947 elevou-se êsse número para 4.020 hectares; em 1948 passou a ser de 7.500, e atualmente os campos contratados em todo o Estado totalizam uma área de cêrca de 10.000 hectares.

Com o prosseguimento do plano de aquisição de máquinas agrícolas e a utilização de maior número destas, o Departamento da Produção deverá intensificar, ainda mais, o regime de cooperação, contratando novos campos, no sentido do desenvolvimento da produção agrícola, do aperfeiçoamento dos métodos de cultura e do aproveitamento racional do solo.

Distribuição de sementes — Conforme esclareceu em documento anterior, em 1947, diante da crise em que se debatia a pequena lavoura, o Govêrno distribuiu gratuitamente 140.400 quilos de milho e feijão e vendeu 86.384 quilos de sementes de algodão com

a redução de 50% no prêço do custo. Com essa providência, que muito contribuiu para o aumento da safra de cereais daquele ano, despendeu o Govêrno Cr$ 366.126,50.

No ano passado fôram distribuidos 182.000 quilos de sementes de algodão, com a mesma redução, e 4.000.000 de mudas de agave, havendo sido gasta a importância de Cr$ 550.580,00.

No corrente ano já fôram distribuidos 553.000 quilos de sementes de algodão, para cuja aquisição se despendeu a quantia de Cr$ 829.500,00.

Acôrdos com o Govêrno Federal — O fomento agrícola do Estado conta com a cooperação da Secção de Fomento Agrícola do Ministério da Agricultura, em virtude do acôrdo firmado em 1923, que se vem renovando ininterruptamente, tendo sido em 1948 acrescida de Cr$ 200.000,00 a cota estadual, que, assim, passou a ser de Cr$ 650.000,00.

Da assistência prestada por êsse órgão à agricultura paraibana, deve-se salientar o curso de treinamento de operários agrícolas, no Campo de Fruticultura Tropical de Espírito Santo, frequentado por oitenta alunos.

O fornecimento de sementes feito aos agricultores pela Secção de Fomento Agrícola, no Estado, em articulação com a Secretaria da Agricultura, em 1948, alcançou o seguinte volume: algodão, 110.000 quilos; milho, 43.000 quilos; arroz, 5.936 quilos; feijão, 500 quilos, e hortaliças, 29 quilos.

Na assistência ao agricultor de pequenos recursos, êsse serviço federal forneceu, pelo prêço do custo, 87 máquinas agrícolas leves, 2.600 enxadas de campo, 129 enxadas de cultivador e 4.300 quilos de inseticidas.

A Secção de Fomento Agrícola manteve no ano passado 41 campos de cooperação, no total de 1.562 hectares, com um aumento de área de cêrca de 20% em relação ao ano anterior.

No orçamento da República, para o corrente ano, foi consignado para a construção de Postos Agro-Pecuários na Paraíba, a importância de Cr$ 1.250.000,00, distribuida para cinco Postos, localizados nos municípios de Patos, Bananeiras, Campina Grande, Sapé e Princêsa Isabel, à razão de Cr$ 250.000,00 para cada um.

A construção dêsses Postos já foi iniciada, achando-se as obras em andamento.

Cultura do algodão — Dado o alto coeficiente que a produção do algodão representa na nossa economia, o Govêrno do Estado vem dedicando ao desenvolvimento dessa importante cultura e aos trabalhos técnicos reclamados para a melhoria da qualidade do produto, um justificado interesse. A obtenção de fibras com características comerciais e industriais determinadas pelos exportadores e consumdores, tem dado lugar a uma sequência de experimentos e planos de trabalho de multiplicação e seleção de sementes, cujo resultado só benefícios pode trazer para melhor aceitação do produto nos mercados.

Sôbre o algodão mocó fôram feitas, no ano passado, 30.000 seleções individuais, na Fazenda Pendência e outros postos agrícolas. Tambem fôram estudados os tipos 431 e C-2, do M x P, sendo o primeiro mais fino e longo. Fôram obtidos 300 quilos de sementes para cobrir os 100 hectares previstos no plano de multiplicação.

No Campo de Riacho Verde, em uma área de 20 hectares, foi cultivada experimentalmente a variedade

Campinas 817, tendo sido feitas 2.000 seleções individuais. Trata-se de variedade de pequeno porte, precoce, capulhos grandes, com um rendimento de fibras de 36% e comprimento de 28/30 mm, apresentando ótimas características culturais e comerciais. A Colônia Agrícola de Cameratuba cultivou êste algodão, com bons resultados experimentais.

A produção algodoeira do Estado, na última safra demonstrou progressiva vitalidade, pois tendo sido em 1946/47 de 24.207.189 quilos, elevou-se em 1947/48 a 28.029.491 quilos.

O Govêrno, no propósito de fomentar intensivamente a produção de algodão, fez distribuir entre os agricultores 182.000 quilos de sementes, com abatimento de 50% do prêço da aquisição.

Os campos de cooperação mantidos com agricultores para fomento da produção algodoeira, que em 1948 somavam 188 unidades com 7.500 hectares, elevaram-se a 242, com 10.000 hectares, no corrente ano.

Cultura do Agave — A Paraíba é o único Estado do Nordéste em que a cultura do agave assume importância econômica ponderável. Datando de pouco tempo, já está ela contribuindo de modo extraordinário para a formação da nossa riqueza. O rápido e notável desenvolvimento da produção do sisal constitui, assim, o maior fenômeno econômico verificado no Estado .

As estatísticas assinalam do modo seguinte o ritmo vertiginoso do seu progresso:

Ano agrícola	*Fibras quilos*
1943/44	1.106.035
1944/45	2.131.103

1945/46	5.073.070
1946/47	11.418.652
1947/48	20.446.629

A expansão dessa lavoura, que é uma eloquente afirmação da capacidade do agricultor paraibano, afirmou-se significativamente no excesso de produção verificado em 1948, que atinge a 9.027.977 quilos, correspondendo a 79% da produção anterior.

O Cariri, ocupando vasta zona do chapadão semiárido da Borburema, cujas terras eram até o momento consideradas imprestáveis, oferece excelentes condições para o plantio intensivo do agave. Interessado no maior desenvolvimento dessa cultura, o Govêrno está promovendo a sua adaptação ali, tendo feito distribuir, em 1948, quatro milhões de mudas, que possibilitarão o continuado aumento das futuras safras. Encaminha-se, deste modo, a reabilitação de uma vasta zona, quasi imprópria para os trabalhos agrícolas pela sua escassa pluviosidade, e a sua integração definitiva no conjunto econômico do Estado.

Em virtude de ter sido aplicada toda a dotação orçamentária destinada a sementes e mudas de plantas, no corrente ano, na compra de sementes de algodão e cereais para distribuição aos agricultores, a continuação da campanha de fomento da cultura agavieira está dependendo da concessão de recursos suplementares, que será feita no tempo oportuno, continuando o Departamento da Produção a prestar assistência técnica e fiscalização às culturas do Cariri.

Horto Simões Lopes — Quanto lhe permitem os recursos financeiros e a sua área, tem o Horto Simões Lopes a incumbência do preparo de mudas frutíferas e essencias florestais.

As atividades dêsse serviço têm oferecido os melhores resultados, tanto para os pequenos sitiantes do município da capital, como para os do interior, que alí obtêm frequentemente mudas para o aumento da fruticultura.

No decorrer do ano extinto fôram postos em prática novos métodos de enxertía, experiência vantajosa para a economia dos serviços e a sua maior eficiência.

Fôram enviveirados no ano findo 48.191 coqueiros das variedades anão, gigante e hibrido, e preparados 26.531 enxêrtos e 7.101 mudas de essências florestais diversas, para distribuição aos agricultores.

Tendo sido ampliada de dois hectares a área de cultura, fôram os mesmos aproveitados no plantio de novas árvores frutíferas.

O Horto Simões Lopes produziu em 1948 uma renda de Cr$ 59.241,50.

Colônia Agrícola de Camaratuba — Camaratuba é uma colônia de agricultores brasileiros e está sob a superintendência da Secretaria da Agricultura, através do Departamento da Produção.

Existem, além dos edifícios da administração, 65 casas para colonos, abrigando 60 famílias.

A Colônia de Camaratuba vem procurando alcançar o seu elevado objetivo, que é o de iniciar o homem do campo no emprêgo dos modernos processos agrícolas, renovando o seu ambiente de trabalho e incutindo-lhe o espirito de associação, necessários à melhoria das suas condições de existência.

Os resultados até agora obtidos nessa sua precípua finalidade são animadores.

Ao lado disso, é um estabelecimento do Estado, destinado à experimentação ágro-pecuária. Aí, isto é,

em parte da propriedade que não foi loteada para colonização, mantém o Estado uma área consideravel, destinada principalmente ao cultivo de frutas tropicais, sendo pensamento do Govêrno criar nessa fazenda uma estação de fruticultura, para cultivo e fomento de espécies selecionadas.

Atualmente a área cultivada compreende: laranjeiras, abacateiros e mangueiras, 7,8 hectares; coqueiros anão e gigante, 12,5 hectares; bananeiros, 20 hectares; mandioca, 5 hectares; arroz (lavoura irrigada), 8,5 hectares; outras culturas, 4,7 hectares.

Além destas, a Colônia realizou a cultura experimental de algodão da variedade Campinas 817, com bons resultados.

O Govêrno está promovendo em Camaratuba a criação de gado leiteiro holandez, dotando-a, inicialmente, de um plantel constituido de onze bovinos. Pretende o Govêrno ampliar essas instalações e criar uma granja modêlo, destinada a fomentar a criação de gado leiteiro nas zonas do brejo e estimular a produção de laticínios.

As diversas atividades da Colônia prosseguem com regularidade.

De um modo geral, o desenvolvimento dessas atividades se ressente de falta de aparelhamento técnico para a recuperação ecnômica das terras sujeitas a inundações pelos rios Camaratuba e Pitanga, assim como para a execução de um plano racional de aproveitamento das terras das encostas. Estas, são terras relativamente fracas, adaptando-se melhor à cultura de plantas de sistema radical forte e penetrante, pelo que estão sendo aproveitadas no cultivo de árvores frutíferas e coqueiros. Quanto às primeiras, a sua recuperação reclama o rebaixamento e retificação do

leito dos rios, aliado a uma rêde de irrigação capaz de facilitar o saneamento do vale.

O desenvolvimento das atividades agrícolas de Camaratuba está, portanto, condicionado à limpeza dos rios. Para êsse fim, dada a falta do aparelhamento técnico necessário, o Govêrno solicitou a cooperação do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, que está realizando a desobstrução e limpeza de rios no nosso litoral, a fim de serem executados os serviços exigidos para a recuperação econômica do vale de Camaratuba.

PRODUÇÃO ANIMAL

Apezar de constituir a pecuária uma das bases sólidas da nossa economia, o seu progresso tem sido lento, não só devido à exiguidade do nosso território, que não permite a criação extensiva, como porque, exposta aos efeitos das sêcas prolongadas que costumavam dizimar os nossos rebanhos, tem vivido quantitativamente em frequentes alternativas.

O incentivo ao desenvolvimento da pecuária e a sua melhoria em qualidade, constitui problema de capital importância para a Paraíba.

A politica do Govêrno, em relação à pecuária, é a de fomentar a introdução de gado indiano e europeu para melhoria dos nossos rebanhos. Com êsse fim está renovando e ampliando os planteis de gados de raça nas fazendas de experimentação do Estado, para o que fôram adquiridos em São Paulo e no Ceará dois reprodutores da raça holandêsa de alto "pedigree" e, no Rio e em Minas, 37 exemplares de gado indiano, sendo 23 Nelore, 12 Guzerat e 2 Hindú-Brasileiro, no total de 39 animais, em cuja aquisição foi despendida a importância de Cr$ 365.000,00.

Cedidos pelo Ministério da Agricultura, acabam de chegar para o Estado 45 bovinos da raça Indiana, que serão vendidos aos interessados ao prêço de Cr$ 6.000,00 cada um.

A aquisição dos planteis de gado zebú e holandês foi feita com a assistência do diretor do Departamento da Produção, que para êsse fim se transportou aos Estados de Minas Gerais e São Paulo.

Além da ampliação da Granja São Rafael e da Fazenda Riacho dos Cavalos, com a constituição dos novos planteis se propõe o Govêrno instalar duas novas fazendas, uma na zona do Brejo e outra no Sertão.

As experiências com a criação de gado leiteiro da raça holandêsa na Granja São Rafael e na Colônia Agrícola de Camaratuba, aconselham a localização, na zona do Brejo, de mais um estabelecimento dessa natureza. Têm sido animadores os resultados colhidos com a introdução de gados finos de raças leiteiras na Granja São Rafael, achando-se em bôas perspectivas a sua experimentação em Camaratuba. Já foi localizado um pequeno rebanho na Colônia Penal de Mangabeira, sendo tambem intenção do Govêrno estabelecer uma granja em Pindobal, em terrenos não ocupados pela Escola Profissional Presidente João Pessoa.

Por sua vez, as reconhecidas qualidades do gado zebú, têm sido comprovadas satisfatoriamente com a criação de gados das raças Gir, Guserat e Nelore, no alto sertão. A sua grande rusticidade torna-o o mais aconselhado à melhoria dos rebanhos sertanejos. De resto, a experiência dêstes últimos trinta anos tem demonstrado a vantagem trazida pelo influxo do sangue zebú à pecuária paraibana.

Diante dos resultados obtidos é que o Govêrno está cogitando da criação de mais uma fazenda no Sertão,

a qual deverá ser instalada no vale do Piancó, destinada a fomentar a produção do gado Indú-Brasileiro.

O plano do Govêrno, no setor da pecuária, compreende ainda a criação de uma cadeia de postos de monta em cooperação com os municípios e um serviço de inseminação artificial para a multiplicação dos nossos rebanhos.

Para fomentar a criação de cavalos de raça, além de 8 reprodutores da raça Mangalarga, adquiriu o Govêrno um reprodutor anglo-árabe, que se encontra na Granja São Rafael. Também foi adquirido, em São Paulo, um terno de asininos da raça nativa Pêga.

O preparo das pastagens, como parte apreciável na produção animal, não foi esquecido. O Departamento da Produção dispôs campos de forragens para introdução das adaptaveis ao meio e aproveitamento das nativas. A secção de agrostologia da Granja São Rafael compõe-se das seguintes variedades de gramíneas forrageiras: Elefante das variedades A e B, Gordura, Colonião, Planta, Angolinha e Jaraguá.

No último ano agrícola fôram vendidos em leilão 56 bovinos e cedidos 5 a interessados.

Defêsa sanitária animal — O problema da assistência e defêsa da pecuária vem merecendo a atenção do Govêrno. Está em organização o Serviço de Defêsa Sanitária Animal, já tendo sido contratado um técnico para a sua direção.

Esse serviço disporá de um laboratório para a produção de sôros e vacinas, com virus obtido nas próprias zonas de infecção, que serão utilizados no plano intensivo de combate às epizootias.

A febre aftosa, que constitui o maior flagelo dos nossos rebanhos, está sendo intensivamente combati-

da. Em 1948 o Govêrno adquiriu vacinas "Silvio Torres" e "Sanaftosa", no valor de Cr$ 30.000,00, que distribuiu entre os criadores.

O garrotilho e o carbúnculo hemático e sintomático, outras zoonoses frequentes no gado da nossa região, têm sido reprimidos com aplicações de sôros e vacinas específicas.

O Departamento da Produção mantém enfermeiros itinerantes para os serviços de assistência animal, e as fazendas do Estado prestam, igualmente, os serviços que lhes são solicitados.

Granja São Rafael — A Granja São Rafael tem sido o núcleo central de experimentação e fomento da produção animal.

Os planteis fôram aumentados de 13 exemplares, constando atualmente de setenta rêses, tendo sido transferidos dezoito animais à Colônia Agrícola de Camaratuba e Fazenda Pendência, para organização dos respectivos planteis. No ano findo a produção de leite foi de 50.900 litros, para fornecimento a hospitais e outras instituições.

A secção de equinocultura dispõe de um reprodutor anglo-árabe, adquirido no ano passado, e três asininos da raça Pêga, muito apreciada para a obtenção de muares de montaria.

Os rebanhos de suinos, das raças Duroc-Jersey, Poland-China, Berkshire e Caruncho, têm despertado crescente interesse a fazendeiros e pequenos sitiantes, especialmente para a aquisição de reprodutores de linhagem selecionada. A produção no ano passado foi de 347 crias, das quais fôram vendidos 286.

Os resultados auferidos no ano anterior animaram à ampliação da criação avícola, com o melhora-

mento das suas instalações. A secção de avicultura foi acrescida de duas mil aves, todas novas e de alta linhagem, e resquipadas as suas instalações com uma série de criadeiras elétricas com capacidade para 4.000 pintos, além de outros melhoramentos. A produção de ovos é de 80.000 ovos claros e 25.000 ovos férteis, sendo grande a venda de frangos e pintos.

Com a finalidade de auxiliar a alimentação dos rebanhos, mantém a Granja plantações de mandióca, cana de açucar e diversas variedades forrageiras.

A renda da Granja São Rafael, no ano de 1948, foi de Cr$ 183.944,70.

Fazenda Pendência — No decorrer do ano agrícola de 1948 as investigações experimentais no setor animal foram consideravelmente ampliadas.

Sendo esta fazenda localizada na zona do Cariri, que se presta convenientemente à criação do gado zebú, está sendo aí realizada a criação de mestiço zebú-holandês, como produto mais adaptavel às condições locais e de melhor rendimento para a exploração dos laticínios.

O rebanho está composto de dez fêmeas de raça holandesa e um touro indiano da variedade Gir.

Fôram renovados os rebanhos de caprinos das raças nordestinas Marôto e Moxotó, com a retirada dos animais imprestáveis pela idade ou desviados do tipo padrão, por estreita consaguinidade, permanecendo exclusivamente os exemplares aprovados pelos seus caracteres raciais. Compõem-se os rebanhos de 186 caprinos, dos quais fôram reservados os destinados à cessão aos criadores interessados na melhoria das suas fazendas de criação.

Estão sendo feitas provas de rusticidade e qualidades industriais de ovinos deslanados e a sua possível superioridade sôbre o tipo lanado adotado pelos nossos criadores.

Fazenda Riacho dos Cavalos — Encravada no alto sertão da Paraíba, no município de Catolé do Rocha, oferece esta fazenda excelentes condições para os estudos que alí se realizam sôbre a adaptabilidade dos gados estrangeiros naquela zona do Estado.

Sendo a intenção do Govêrno melhorar a pecuária do extremo oeste, com o fim de intensificar a produção do leite e possibilitar maior rendimento da indústria de laticínios, está promovendo a importação de gado europeu de bôas qualidades leiteiras destinado às fazendas experimentais do Estado, inclusive a de Riacho dos Cavalos.

O gado indiano mantém-se em bôas condições, o mesmo não sucedendo com o Schwitz, pois não suporta bem o período sêco e no inverno não resiste às epizootias comuns aos nossos bovinos. Em vista disso, estão se repetindo em Riacho dos Cavalos as experiências realizadas em Pendência, visando ao melhoramento dos rebanhos sertanejos.

A fazenda dispõe ainda de um plantel de gado Malabar, também excelentemente dotado para melhorar as condições da nossa pecuária.

Mantém a fazenda um serviço de remonta de equinos, constituido de 72 exemplares, sendo um reprodutor árabe, um reprodutor e sete reprodutoras puro sangue inglês e sessenta fêmeas meio sangue e crioulas.

Em leilão realizado em outubro do ano passado fôram arrematados por fazendeiros da região, 5 novilho-

tes da raça Gir, 2 novilhotes Schwitz, 1 touro e 1 novilhote Malabar, 10 potros 1/2 sangue Mangalarga, 7 muares 1/2 sangue Pêga, 1 1/2 sangue Bretão e 21 éguas crioulas.

CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS AGRO-PECUÁRIOS

Com a finalidade de fiscalizar os trabalhos de seleção, classificação e embalagem dos nossos produtos para efeito de circulação interna, o Departamento de Classificação de Produtos Agro-Pecuários, por fôrça de acôrdo estabelecido com o Ministério da Agricultura, tem a seu cargo a classificação dos produtos destinados a exportação que, na forma da organização administrativa federal, incumbe ao Serviço de Economia Rural, daquele Ministério.

O Departamento estadual vem cumprindo satisfatoriamente as suas atribuições e as decorrentes do convênio com o serviço federal, tendo em 1948 elevado para 12 os Postos de Fiscalização que, com as 3 Secções de Classificação, localizados em João Pessoa, Campina Grande e Cajazeiras, integram a sua organização técnica e administrativa.

Durante o ano em relato o D.C.P.A.P. classificou produtos de 18 espécies diversas, com o volume total de 123.215.452 quilos, no valôr comercial de Cr$ .. .. 836.901.401,00. Entre êstes avultam algodão em pluma, com 53.542.721 quilos; fibras de agave, com .. .. 22.406.103 quilos; sementes de mamôna, com .. .. .. 11.226.322 quilos; milho, com 22.935.007 quilos e sementes de oiticica, com 5.007.030 quilos.

O volume de algodão em pluma classificado, da safra de 1947/48 foi de 28.029.491 quilos, superior ao de igual período da safra anterior em 3.822.302 quilos.

Em referência a fibras de agave, o confronto, nos

mesmos períodos, acusa um aumento de produção de 9.027.977 quilos, pois a produção classificada da safra 1947|48 atingiu a 20.446.629 quilos, contra .. .... 11.418.652 quilos da safra 1946|47.

ASSISTÊNCIA AO COOPERATIVISMO

Com organização auxiliar do fomento à produção, o cooperativismo vem sendo praticado entre nós em variadas modalidades, preferencialmente nos setores agrícola e escolar.

Efetivamente, difícil foi a situação que se estabeleceu, no ano em relato, para as atividades relacionadas com a maior expansão do crédito, face às circunstâncias sobejamente conhecidas da moratória à pecuária, a qual provocou o absoluto retraimento do crédito em nosso meio.

Mesmo assim, em quota inferior ao ano de 1947, a Cooperativa Central de Crédito da Paraíba efetuou financiamentos às cooperativas do interior.

O montante dos empréstimos, através da rêde de cooperativas, elevou-se a Cr$ 65.595.492,60, sendo o movimento financeiro geral de Cr$ 974.845.060,80.

As cooperativas em todo o Estado são em número de 111, das quais 47 de crédito, 44 escolares e 20 de produção, consumo e beneficiamento. A Cooperativa de Crédito Agrícola de Santa Luzia e a Caixa Rural de Catolé do Rocha foram transformados, a primeira em Cooperativa de Crédito, Produção e Beneficiamento do Algodão Mocó, com área de ação naquêle município e no de Soledade, e a segunda em Banco-Agrícola. Foi fundada a Cooperativa Agrícola de Prata, no Município de Monteiro e, ainda, as Cooperativas Escolares de Brejo do Cruz, do Ginásio Francisca Mendes, em Ca-

tolé do Rocha e do Grupo Escolar Miguel Santa Cruz, de Monteiro.

INSTITUTO TECNOLÓGICO E AGRONÔMICO

O estudo, a pesquisa no compo científico para o conhecimento do sólo, a cujas atividades nos encontramos indissoluvelmente ligados, têm sido inteiramente descurados entre nós, o que é imperdoavel em um Estado cuja economia é ainda preponderantemente agrária.

Sendo do domínio das suas cogitações mobilizar os meios indispensáveis ao aproveitamento racional da terra e criar um ambiente propício ao desenvolvimento das nossas fontes de produção, o Govêrno mandou proceder estudos visando à fundação de um Instituto Tecnológico e Agronômico, cuja proposta será aportunamente encaminhada à Assembléia Legislativa, para o seu pronunciamento.

A finalidade dêsse órgão será realizar investigações e estudos experimentais com o fim de prestar assistência tecnológica à agricultura, à pecuária e à indústria paraibanas.

Afóra as suas atividades na defesa sanitária da agricultura e da produção animal, o Instituto manterá secções técnicas especializadas no preparo de sôros e vacinas destinados à proteção dos nossos rebanhos e cuidará, ainda, da racionalização das indústrias existentes, assim como estudará a possibilidade da criação de novas indústrias para aproveitamento da matéria prima local.

OBRAS PÚBLICAS

Uma das preocupações principais da administração atual, ao iniciar a sua gestão, foi a de melhorar as condições do Departamento de Obras Públicas, a fim de torná-lo apto à realização do plano de trabalho do Govêrno, como órgão, que é, de execução e de assistência técnica às obras do Estado.

E assim, passou a ter êsse Departamento, no Govêrno atual, uma atividade maior e está trabalhando num rítmo sem precendentes na nossa experiência administrativa.

Essas atividades se estendem por todos os recantos do Estado e podem ser assim resumidas:

OBRAS INICIADAS EM ADMINISTRAÇÕES ANTERIORES E CONCLUIDAS NO GOVÊRNO ATUAL

O atual Govêrno, ao iniciar-se em março de 1947, encontrou paralizadas todas as obras públicas do Estado.

Reconhecendo, porém, a utilidade das obras iniciadas e considerando que do seu abandono só poderia resultar prejuízo para o Estado, deliberou o Govêrno levar a efeito a conclusão das mesmas algumas já em construção adiantada, outras apenas na fase inicial das fundações.

O Departamento de Obras Públicas teve a responsabilidade da conclusão dessas obras, que são as seguintes:

Mercado Central de João Pessoa
Edifício da Repartição do Saneamento da Capital
Grupo Escolar de Soledade
Grupo Escolar de Aldeia Velha
Grupo Escolar de Mogeiro
Grupo Escolar de Gurinhem
Grupo Escolar de Pirpirituba
Grupo Escolar de Pedras de Fôgo

Estas obras fôram concluídas no primeiro ano da atual administração e inauguradas em março de 1948, tendo o Govêrno dado notícia pormenorizada na Mensagem anterior.

Além destas, o Govêrno concluíu ainda as obras seguintes, que fôram inauguradas já no corrente ano:

Grupo Escolar de Santa Júlia
Grupo Escolar de Pombal
Grupo Escolar de Aroeiras

Na conclusão dessas obras o Govêrno despendeu Cr$ 3.952.869,00. Dêsse total, Cr$ 1.687.378,00 fôram gastos na conclusão do Mercado Central e do Edifício do Saneamento.

Os Grupos Escolares acima relacionados custaram ao Estado a quantia de Cr$ 3.163.190,00 sendo Cr$ 897.700,00 gastos em administrações anteriores e Cr$ 2.265.490,00 despendidos na conclusão das mesmas pelo Govêrno atual. E' oportuno acentuar que os Grupos Escolares de Mogeiro e Aroeiras, embora iniciados antes da atual administração, fôram integralmente pagos por esta e que só a conclusão do Grupo de Santa Júlia custou a importância de Cr$ 812.900,00.

OBRAS CONSTRUIDAS NO GOVÊRNO ATUAL

Incumbido da realização do plano de construções

escolares do Govêrno, o Departamento de Obras Públicas, além da conclusão dos grupos anteriormente enumerados, construiu os seguintes prédios escolares:

Grupo Escolar de Teixeira
Grupo Escolar de Brejo do Cruz
Grupo Escolar de Santa Helena
Grupo Escolar de São Bento
Grupo Escolar de Caaporã
Grupo Escolar de Diamante
Grupo Escolar de Alhandra
Grupo Escolar de Sumé
Grupo Escolar de Curema
Grupo Escolar de Agua Branca
Grupo Escolar de São Mamede
Grupo Escolar de Jericó
Grupo Escolar de Bôa Vista
Grupo Escolar de Jacaraú

Todos êsses edifícios já fôram inaugurados e se acham os grupos em funcionamento.

O custo da construção dêsses Grupos, cujas contas ainda estão sendo ultimadas, se eleva a cêrca de Cr$ 3.700.000,00.

OBRAS EM CONSTRUÇÃO

Edifício da Secretaria de Educação e Saúde — Com o fim de solucionar o problema relacionado com as instalações da Secretaria de Educação e Saúde, que funciona em prédio impróprio e alugado, e tem os seus vários serviços localizados em pontos diversos da cidade, o Govêrno resolveu construir um prédio para a referida Secretaria, onde ficarão centralizadas todas as repartições que a integram, em condições favorávels ao melhor processamento dos trabalhos e maior regularidade dos serviços.

O edifício, cujo projeto é da autoria do arquitéto Hugo de Azevêdo Marques, é constituido de três pavimentos, com base para o acréscimo futuro de mais dois, e está localizado no terreno do antigo Quartel da Companhia de Bombeiros, à praça Venâncio Neiva, esquina com a rua das Trincheiras.

A construção foi confiada à firma Figueira & Jucá, sob o regime de administração contratada, estando orçada em Cr$ 3.600.000,00.

As obras já fôram iniciadas.

Colégio Estadual de Campina Grande — O edifício está localizado na parte alta da cidade, em terreno medindo 19.397 metros quadrados, para êsse fim adquirido pelo Govêrno. Disporá de 18 salas de aula, Ginasium, Auditorium, Museu, Biblioteca, Salão de Honra, Sala de Professores, Salas da Administração e Secretaria e páteo, compreendendo ainda quadras e pistas para jogos e desportos atléticos.

No projeto, que é da autoria do arquitéto Hugo de Azevêdo Marques, se admite o tipo de construção progressiva, que permite ampliação futura.

As obras, que estão orçadas em cêrca de Cr$ .... 3.300.000,00, sem incluir o valôr das desapropriações, fôram confiadas à administração da firma Figueira & Jucá.

Fôram iniciadas em 1 de dezembro do ano passado, estando concluído o "radier", já tendo sido gastos Cr$ 700.000,00.

Cadeia Regional de Patos — Além do fim a que se destina, disporá de instalações apropriadas para os serviços de polícia. Orçada no valôr aproximado de Cr$ 600.000,00. As obras se encontram em ponto de respaldo.

Cadeia Pública de Santa Rita — As obras estão andamento e já bastante adiantadas.

Grupo Escolar de Remígio — Em andamento.

Grupo Escolar de Tacima — Em andamento.

Grupo Escolar de Ibiára — Em início de construção.

Grupo Escolar de Camucá — Em início de construção.

OBRAS EM PROJETO

O Departamento de Obras Públicas recebeu a incumbência de estudar, projetar e orçar as seguintes obras:

Grupo Escolar de Caiçára — (conclusão)
Grupo Escolar de Cuité
Grupo Escolar de Sarapó
Grupo Escolar de Pedra Lavrada
Grupo Escolar de Canto
Grupo Escolar de Marizópolis
Grupo Escolar de Garrotes
Grupo Escolar de Areial
Grupo Escolar de Congo
Grupo Escolar de Junco
Grupo Escolar de Fagundes
Grupo Escolar de Boqueirão
Grupo Escolar de Matinha
Grupo Escolar de Ilha Indio Piragibe
Grupo Escolar de Cajazeiras

OBRAS EM COOPERAÇÃO COM O GOVÊRNO FEDERAL

O Departamento de Obras Públicas tem a responsabilidade da fiscalização das obras dos Grupos Escolares que estão sendo construídos com o auxílio finan-

ceiro do Ministério de Educação e Saúde e nos têrmos de acôrdos para êsse fim assinados.

Estão sendo já construídos os de Serra Branca, Bonito de Santa Fé, Jatobá e Catolé do Rocha, devendo ser iniciados brevemente os de Malta, Patos e Arára.

Além dêstes, deverão ser construídos mais quatro grupos, que são objéto de novo acôrdo entre o Estado e o Govêrno Federal e que serão oportunamente localizados em quatro das nossas maiores vilas ainda desprovidas de prédios escolares.

Quanto às escolas rurais federais, em número de 218, que são objéto de acôrdo com aquêle Ministério, estão sob a fiscalização e controle diréto da Secretaria de Educação e Saúde.

O Departamento de Obras Públicas também está isento da construção do plano de Maternidades e Postos de Puericultura, os quais são construidos sob a responsabilidade diréta do Departamento de Saúde do Estado.

REPAROS E AMPIAÇÕES EM PRÓPRIOS ESTADUAIS

As más condições em que a atual administração encontrou os prédios estaduais, notadamente os localizados no interior, patenteavam a ausência de um serviço especializado na conservação dos imóveis de propriedade do Estado.

Dada a importância que representa para o Estado a conservação dos seus bens patrimoniais, será criada no Departamento de Obras Públicas uma secção encarregada da sua execução ordenada e permanente.

Na mensagem anterior o Govêrno deu notícia de haver concluídos os trabalhos de restauração do tradicional Teatro Santa Rosa e, igualmente, das obras de emergência efetuadas na Ponte do Sanhauá, as quais

consistiram na substituição do lastro que estava oferecendo perigo ao tráfego.

Em maior ou menor escala, a atual administração, dêsde o início, vem reparando e consertando próprios estaduais, na capital como no interior, já tendo despendido importância de vulto nêsse serviço, conforme se pode ver da relação abaixo, com as importâncias gastas em cada próprio:

Teatro Santa Rosa	280.489,00
Ponte do Sanhauá	188.713,00
Grupos Escolares Isabel Maria das Neves, Epitácio Pessoa, Antonio Pessoa e outros edifícios escolares da Capital	415.811,00
Palácio da Redenção	27.446,00
Palácio da Justiça	32.572,00
Casa de Detenção	20.305,00
Instituto de Anatomia Patológica	68.921,00
Abrigo de Menores Jesús de Nazaré	21.211,00
Companhia de Bombeiros	178.00,00
Rádio Tabajára	13.955,00
Pôsto de Puericultura de Cruz das Armas	11.591,00
Grupos Escolares Solon de Lucena e Clementino Procópio (C. Grande)	90.722,00
Grupo Escolar de Cajazeiras	10.000,00
Grupo Escolar de Catolé do Rocha	17.088,00
Balneário de Brejo das Freiras	34.000,00
Grupo Escolar de Areia	44.596,00
Grupo Escolar de Bananeiras	20.700,00
Grupo Escolar de Princesa Isabel	11.978,00
Grupo Escolar de Esperança	15.400,00
Grupo Escolar de Serraria	13.250,00
Grupo Escolar de Pilar	14.300,00

Grupo Escolar Escolar de Cabedêlo	64.400,00
Reparos em edifícios escolares, cadeias e outros prédios do interior abaixo de Cr$ 10.000,00	413.813,90
Total das despêsas	1.849.062,00

AÇUDAGEM

A Constituição Federal impõe aos Estados compreendidos na área da sêca a obrigação de aplicarem 3 % da sua renda tributária na construção de açudes pelo regime de cooperação e noutros serviços necessários à assistência das suas populações.

Em cumprimento a essa disposição constitucional, o orçamento da Paraíba para 1948 incluiu a importância de Cr$ 2.520.000,00, tendo o Govêrno iniciado a aplicação dêsses recursos na construção de açudes em cooperação com o Departamento Nacional de Obras contra as Sêcas e na realização, às suas próprias custas, de obras da mesma natureza, localizadas de preferência nos municípios de mais escassa precipitação pluviométrica.

Além da assistência técnica e material o Departamento Nacional de Obras contra as Sêcas coopera financeiramente com o Estado na construção dos açudes requeridos, contribuindo com 70% das despêsas orçadas.

As obras de açudagem que o Govêrno está executando à conta dos créditos para êsse fim destinados, são as seguintes:

Picuí, localizado no município do mesmo nome, com a capacidade de 890.375 metros cúbicos, e uma barragem da extensão de 370 metros, custou Cr$ .. ..

426.451,00, tendo o Estado despendido Cr$ 127.937,30. — Concluído.

Riacho do Bichinho, no município de Cabaceiras, com a capacidade para 2.583.000 metros cúbicos, orçado em Cr$ 500.868, cabendo ao Estado Cr$ .. .. 170.260,40. — A construção está prestes a ser iniciada.

Lagôa do Meio, no município de Taperoá, orçado em Cr$ 901.172,00, sendo Cr$ 500.000,00 o prêmio do D.N.O.C.S., inferior à cota de 70 %. — A ser construído.

Barra do Tamanduá, no município de Monteiro, com capacidade para 5.709.000 metros cúbicos, orçado em Cr$ 1.087.407,00, sendo Cr$ 500.000,00 o auxílio do D.N.O.C.S. — A ser construído.

Curimataú, no muncípio de Cuité. — Estudado, pendente de aprovação.

Relva, no município de Cabaceiras. — Estudado, pendente de aprovação.

Alcantil, no município de Cabaceiras. — Estudos concluídos a serem aprovados.

Santo Antônio, no município de Cabaceiras. — Estudos concluídos, dependo de aprovação.

Espinho Branco, no município de Patos, destinado especialmente ao serviço de abastecimento dágua da cidade. — Iniciados os estudos.

Açudes Estaduais:

Jurú, no município de Princesa Isabel. — Concluído.

Manaíra, no município de Princesa Isabel — Em construção.

Pedra Lavrada, no município de Picuí — Concluídos os reparos.

Riachão, no município de Araruna — Em vias de ser iniciado.

Galante, no município de Campina Grande — Em estudo.

Santo Antonio, no município de Soledade — Em estudo.

Ibitiruçú, no município de Itaporanga — Em estudo.

Poços tubulares — Outra providência de grande alcance para atender às necessidades de abastecimento de vários núcleos populacionais, é a perfuração de poços tubulares, também em cooperação com o Departamento Nacional de Obras contra as Sêcas, já requerida pelo Govêrno do Estado, para as seguintes localidades: Juarez Távora, no município de Alagôa Grande; São João do Tigre, São Sebastião do Umbuzeiro e Prata, no município de Monteiro; Lagoinha, no de Sapé, e Brejo das Freitas, no Antenor Navarro.

ESTRADAS DE RODAGEM

Dos problemas que mais diretamente afetam à vida econômica do Estado, o mais importante é, sem dúvida, o dos transportes. A preferência pelas comunicações rodoviárias, mesmo nas zonas servidas por vias férreas, comprova cada vez mais a importância das estradas de rodagem como fatôr preponderante no desenvolvimento das nossas fontes de produção.

O Govêrno tem as suas vistas voltadas para o problema dos transportes e vem executando um plano metodizado de trabalho, no sentido de dotar a Paraíba de uma eficiente rêde de comunicações rodoviárias.

Os serviços de rodovias estão a cargo do Departamento de Estradas de Rodagem, órgão técnico instituido na fórma do decreto-lei federal n. 946, de 27 de dezembro de 1946, sob o regime de autonomia administrativa e financeira e custeado pela cota do Fundo Rodoviário Nacional e dotações estaduais prèstabelecidas.

O Departamento de Estradas de Rodagem, despendeu no exercício de 1948, com a execução do seu programa de obras, a importância de Cr$ 6.384.131,10 em construção, conservação e pavimentação de estradas; Cr$ 2.071.300,30 na aquisição de veículos, máquinas e utensílios, e Cr$ 1.809.362,50 em auxílios aos municípios.

Na parte que lhe cabe na execução do plano rodoviário do Estado, o Departamento de Estradas de Roda-

gem, nos dois anos e mêses da sua organização, vem construindo as seguintes estradas:

Patos — Teixeira — Limite de Pernambuco — Com a extensão de 35 quilômetros. Trecho Teixeira — Limite de Pernambuco, com 7 quilômetros, concluído. Trecho Patos — Gerimúm, com 20 quilômetros, concluído. Trecho Gerimúm — Teixeira, com 8 quilômetros, em construção, devendo ficar concluído até o fim do corrente ano.

Teixeira — Destêrro — Taperoá — Trecho Teixeira — Destêrro, com 21 quilômetros, em construção, a ser concluído no mês de outubro dêste ano.

Santa Rita — Limite do Rio Grande do Norte — — Trecho Camaratuba — Limite do R. G. do Norte, com 15 quilômetros, construídos 6 quilômetros, prosseguindo os trabalhos em terreno já destocado e com serviços de terraplenagem. Trecho Mamanguape — Camaratuba, de 24 quilômetros, construção, em vias de ser iniciada.

Catolé do Rocha — Patú — Trecho Catolé do Rocha — Liberdade, com 12 quilômetros, em conclusão.

Marizópolis — Antenor Navarro — Limite do Rio Grande do Norte — Com a extensão de 56 quilômetros. Os estudos fôram concluídos em 1948 e as obras iniciadas em janeiro do corrente ano, no trecho Marizópolis — Antenor Navarro, com 19 quilômetros, já tendo sido construídos 2 quilômetros.

Guarabira — Araçagí — Mamanguape — Com a extensão de 30 quilômetros, em construção.

João Pessoa — Santa Rita — Foi concluída a pavimentação a paralelepípedos, no trecho final de 3.887 metros, no qual fôram gastos Cr$ 1.363.347,50, estabelecendo-se excelente faixa de ligação entre esta capital e aquela cidade.

Ainda no seu plano de proporcionar maior desenvolvimento à circulação dos nossos produtos e intercâmbio entre as mais distantes localidades do Estado, a administração atual promoveu a abertura das seguintes estradas carroçáveis:

Garrotes — Princesa Isabel — Com 48 quilômetros, concluída.

Jatobá — Aguiar — Curema — Com 82 quilômetros, concluída.

Itaporanga — Bonito de Santa Fé — Com 45 quilômetros, concluída.

Cupissura — Pitimbú — Com 30 quilômetros, concluída, inclusive pontilhões de madeirã e aplicação de tubos de concreto.

O Departamento de Estradas de Rodagem construiu, além de várias obras de arte de menor porte, as seguintes:

Ponte de Patos — Sôbre o rio Mãe d'Agua (ou Cruz), na estrada Patos — Teixeira, com 100 metros de extensão, em concreto armado.

Ponte do Espinho — Com 20 metros, em concreto armado, na estrada Cuitegí — Serraria, sôbre o rio Araçagí-Mirim.

Ponte de Poções — Sôbre o rio Araçagí-Mirim, com 12 metros, em concreto armado, na estrada Cuitegí — Serraria.

Ponte da Palmeira — Também na estrada Cuitegí — Serraria, com 8 metros, em concreto armado, sôbre o mesmo rio.

Atingiram a importância de Cr$ 2.516.369,30, em 1948, as despêsas com a conservação de estradas pelo D. E. R., avultando entre êsses serviços os seguintes:

Estrada Patos — Conceição — Limite de Pernambuco, 301 quilômetros; Estrada Sapé — Alagôa Grande

— Campina Grande, 211 quilômetros; Estrada João Pessoa — Limite Pernambuco, 52 quilômetros; Estrada Cuitegi — Araruna, 119 quilômetros; Estrada Caiazeiras — Conceição, 203 quilômetros; Estrada Sapé — Mamanguape — Limite do Rio Grande do Norte, 80 quilômetros; Estrada Teixeira — Princesa Isabel, 191 quilômetros, e Estrada de João Pessoa — Cabedêlo, 18 quilômetros.

As distâncias referidas inclúem trechos de variantes naquelas estradas.

Auxílios aos Municípios — Dando cumprimento às disposições do Plano Rodoviário Nacional e de acôrdo com as instruções do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, o D.E.R. distribuiu entre os municípios do Estado, além da prestação de serviço de estradas inter-distritais, as cotas correspondentes aos três primeiros trimestres de 1948, na importância de Cr$ .. 1.642.260,00, que, com o montante dos serviços prestados, eleva o total dos auxílios a Cr$ 1.809.362,50.

Programa de Obras para 1949 — A política rodoviária do Brasil, através do Plano Rodoviário Nacional, vem determinando um lisongeiro crescimento de atividades, com a aplicação de recursos sempre maiores na execução dos trabalhos.

O programa de obras do Departamento de Estradas de Rodagem para 1949 reflete essa característica, apresentando um notável acréscimo sôbre o do ano precedente.

A receita para 1949 está assim prevista:

Fundo Rodoviário Nacional	13.850.000,00
Dotação do Estado (orçamentária)	4.000.000,00
Outras receitas	80.000,00

Saldo do exercício anterior	3.556.771,70
Total	21.486.771,70

A despêsa, enquadrada na receita, distribui-se do seguinte modo:

Administração geral	2.123.143,00
Estudos e projetos	350.000,00
Desapropriações e indenizações	300.000,00
Construções de estradas	7.216.806,50
Obras de arte especiais	1.650.000,00
Conservação de estradas	2.445.384,30
Melhoramentos	1.265.000,00
Pavimentação	800.000,00
Veículos, máquinas e utensílios	1.000.000,00
Aquisição de imóveis e instalações	120.000,00
Equipamento mecânico e oficinas	300.000,00
Auxílios aos Municípios	3.856.437,90
Diversos e eventuais	50.000,00
Total	21.486.771,70

A programação das obras para 1949 inclúi o prosseguimento dos trabalhos em andamento, a construção dos novos serviços autorizados e os estudos e projetos de obras novas.

Diversos dos novos serviços já se acham em execução e constam das obras relacionadas nêste capítulo.

ÁGUA E SANEAMENTO

DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO DO ESTADO

Os serviços de abastecimento de água e esgôtos a cargo do Estado compreendiam apenas as repartições do Saneamento de João Pessoa e do Saneamento de Campina Grande.

Tendo o atual govêrno instituído o Fundo Especial para Obras de Abastecimento de Agua, *ex-vi* da Lei n. 44, de 25 de novembro de 1947, e dado início à execução do plano de abastecimento de dez localidades do interior, tornou-se necessária a criação de um órgão de coordenação, dontrôle e centralização das atividades dos serviços existentes e dos que fôrem sendo incorporados à administração estadual.

E assim, pela Lei n. 266, de 14 de dezembro de 1948, foi criado o Departamento de Saneamento do Estado, subordinado à Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicos, com a competência de superintender, técnica e administrativamente, em todo o Estado, os serviços de saneamento, compreendendo o abastecimento de água potável e esgôtos sanitários e pluviais.

Como não é possivel localizar em cada repartição um engenheiro encarregado da assistência técnica aos respectivos serviços, a criação dêsse órgão se impôs como uma solução prática e econômica, porque o mesmo, além de outras atribuições, orientará e fiscalizará as atividades dos serviços de saneamento existentes e as obras projetadas e em execução.

SERVIÇOS DA CAPITAL

Novo abastecimento — Diante da situação em que se encontrava o serviço de abastecimento de água da capital, não somente pelo máu estado das suas instalações, devido ao seu prolongado uso, como pela insuficiência dos mananciais de Buraquinho, o Govêrno do Estado, conforme noticiou na sua Mensagem anterior, contratou com o Escritório Saturnino de Brito a elaboração do projeto para a construção de um novo abastecimento que, com o reforço do atual, assegure o suprimento de água reclamado pelas necessidades presentes e futuras da cidade.

Executando o encargo que lhe foi confiado, o referido Escritório apresentou no dia 1 de outubro do ano findo o projeto das obras necessárias, o qual compreende a construção de uma barragem no rio Marés, com capacidade para dois milhões de metros cúbicos de líquido; uma estação de tratamento e filtração de água, com capacidade para treze milhões de litros diários; uma usina de elevação mecânica, provida de dois grupos de eletro-bombas de 200 H.P., e uma linha adutora, em tubos de aço nacional com 500 milímetros de diâmetro e cinco quilômetros de extensão.

A execução das obras de abastecimento de Marés assegurará o fornecimento de treze milhões de litros por dia, os quais, adicionados aos cinco milhões fornecidos atualmente pelo de Buraquinho, elevarão para dezoito milhões o volume diário disponível.

O projeto em execução prevê um aumento futuro capaz de assegurar o suprimento, à razão de duzentos litros diários por habitante, para o dôbro da população atual.

Em 4 de outubro de 1948, de acôrdo com a Lei n. 21, de 3 de novembro de 1947, foi assinado com o refe-

rido Escritório o contrato para administração das obras enumeradas, cujo custo está orçado em Cr$ .. .. .. 13.700.000,00 e será financiado com o empréstimo contraído na Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro.

As obras fôram iniciadas no dia 15 de dezembro último e prosseguem com regularidade, já tendo sido executados os seguintes serviços:

1 — Construção da barragem — O rio foi desviado e já está iniciada a construção da ombreira direita e galeria de tomada;

2 — Estação de tratamento e filtros — Estão prontas as escavações, com o volume de cêrca de oito mil metros cúbicos, já estão colocadas as armaduras de ferro e foi iniciado o concretamento;

3 — Usina de elevação — Foi adquirido e pago, pelo valôr de Cr$ 609.000,00, o equipamento necessário, cujo material já começou a ser recebido;

4 — Linha adutora — Deverá chegar nos primeiros dias de julho a primeira remessa de tubos de aço, estando encomendadas as juntas especiais para os mesmos.

Além do valôr das aquisições de material, já fôram despendidos com mão de obra, aproximadamente, Cr$ 600.000,00.

Serviços existentes — A repartição do Saneamento de João Pessoa vem se esforçando para atenuar, com os recursos de que dispõe, as deficiências dos seus serviços. As suas atividades em 1948 se limitaram aos trabalhos de rotina, de vez que a ampliação das suas instalações está condicionada à execução das novas obras contratadas com o Escritório Saturnino de Brito.

Fôram construídos 1.100 metros de coletores de esgôtos, sendo grande parte nas adjacências do Mercado Central, dada a necessidade de servir àquele próprio

público, em cuja área interna fôram igualmente construídos cêrca de 500 metros de coletores.

As instalações domiciliares fôram aumentadas de 299 penas dágua, tendo sido colocados 50 hidrômetros e saneados 188 prédios em ruas já servidas de coletores.

A receita do Saneamento de João Pessoa, em 1948, montou a Cr$ 1.565.452,70 e a despêsa a Cr$ .. .. .. 1.616.566,30, resultando o *deficit* financeiro de Cr$ .. 51.113,60. Diversas repartições deixaram, entretanto, de empenhar as contas de água e esgôto no total de Cr$ 63.773,60, o que removeria aquela diferença.

Apezar do enunciado, os serviços são deficitários economicamente, pois qualquer melhoramento que por medida restritiva deixou de ser levado a efeito na própria conservação das instalações, viria alterar consideravelmente aquêles resultados.

Uma razão poderosa existe para tal: as taxas cobradas são as mesmas da época da renovação dos serviços, há cêrca de vinte e cinco anos. O encarecimento da mão de obra, a majoração do prêço dos materiais aplicados, o custeio da própria administração atual, exigem a relativa elevação das tabelas em vigôr. Essa situação ainda mais se agrava com a isenção do pagamento de taxas concedida aos edifícios e serviços municipis da capital, pelo decreto n. 1.221, de 24 de dezembro de 1948, cuja revogação se impõe, por qualquer aspecto que seja analisada, inclusive porque tal isenção não é concedida aos próprios serviços estaduais, que dispõem de verbas orçamentárias para as despêsas de consumo de àgua e esgôtos.

SERVIÇOS DE CAMPINA GRANDE

No abastecimento de água a cargo do Serviço de

Saneamento de Campina Grande vinham se registrando deficiências, cujas origens seriam o rápido crescimento da cidade, o grande consumo para fins industriais, a extensão da rêde para Bodoconhó e a retirada da adutora de Puxinanã, que auxiliava o abastecimento.

De acôrdo com a orientação técnica do Escritório Saturnino de Brito, designado para examinar as condições de funcionamento dos serviços de abastecimento de água daquela cidade, o Govêrno providenciou a execução das medidas necessárias à normalização dos mesmos, até que se efetive a ampliação projetada.

Para êsse fim fôram adquiridos:

— um motor "Diesel-Turner" com uma bomba centrífuga;

— um motor "Skoda" de 120 H.P. para a estação elevatória do Guarim;

— um motor "Lister" de 27 H.P. para o R-2;

— dois motores "Blakstone" de 80 H.P., cada, para a estação de fôrça do Guarim.

Além dessas máquinas, fôram adquiridos 500 hidrômetros para redução dos excessos de consumo e diversos outros materiais, tendo o Estado despendido nessas aquisições a importância de Cr$ 977.814,00.

Graças às providências postas em prática pelo Govêrno, para a restauração do abastecimento dágua, o serviço do Saneamento de Campina Grande recuperou a sua normalidade, estando funcionando satisfatoriamente.

Ainda não foi possível obter a entrega do torpedo destinado à limpesa da linha adutora, encomendado, por intermédio do Escritório Saturnino de Brito, às oficinas do Saneamento da Bahia, apezar das constantes e reiteradas solicitações nêsse sentido.

Pelo Departamento de Saneamento do Estado vem

sendo prestado, como lhe cumpre, assistência técnica e administrativa ao Saneamento de Campina Grande, bem como exercida a máxima vigilância sôbre as condições de funcionamento das suas instalações.

A receita do Saneamento de Campina Grande, no exercício de 1948, foi de Cr$ 1.482.210,50, inferior á importância despendida, no mesmo período, com a manutenção e custeio normal dêsse serviço, que se elevou a Cr$ 1.858.153,00.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE ALAGOA GRANDE

Pelo fato de já existir um projéto de autoria do engenheiro Lemos Neto, elaborado na administração do Interventor Gratuliano Brito, o abastecimento de água de Alagoa Grande obteve a primazia na execução do plano organizado pelo atual Govêrno e que compreende, de início, o abastecimento de dez cidades do interior.

Conforme contrato firmado em janeiro de 1948, foi confiada ao Escritório Saturino de Brito a execução dos serviços de Abastecimento de Alagoa Grande, cujos trabalhos fôram iniciados em 1 de julho do mesmo ano.

O projeto primitivo foi revisto e atualizado pelos contratantes das obras, orçadas em cêrca de três milhães de cruzeiros, sem incluir as desapropriações.

As obras contratadas consistiram em: captação do rio Mandaú por barragem de alvenaria de pedra, com 35 metros de comprimento e 2,40 metros de altura; prefiltro; adutora de tubos de ferro fundido de 200 milímetros de diâmetro e 4.700 metros de extensão; estação de tratamento e filtros; reservatórios de concreto armado, com capacidade para um milhão de litros, e parte da rêde de distribuição com 1.900 metros de extensão.

Em virtude da celeridade impressa à marcha dos

trabalhos, a obra ficou concluída e foi solenemente inaugurada no dia 13 de março dêste ano, em comemoração do segundo aniversário da atual administração.

A organização Saturnino de Brito, que teve a seu cargo a construção do saneamento e a reforma do serviço de abastecimento de água da capital e a construção do Saneamento de Campina Grande, liga mais uma vez o seu nome a um empreendimento de alta significação ralizado pelo Estado.

O custo total das obras, não incluído o valor das desapropriações, é de Cr$ 3.622.898,00.

PROJETO DE ABASTECIMENTO PARA OUTRAS CIDADES

Entre os problemas que solicitaram a atenção do atual Govêrno do Estado, pela sua importância e a urgência reclamada para a sua solução, se inclúi o do abastecimento de água e saneamento das cidades do interior.

Encarando o assunto com objetividade e a fim de evitar os empreendimentos isolados, resolveu o Govêrno organizar um plano de âmbito estadual, consubstanciado em um ante-projéto, depois convertido na Lei n. 44, de 25 de novembro de 1947, que criou o fundo especial para financiamento das obras de abastecimento d'água no interior do Estado. Esse fundo especial é constituído pela dotação de Cr$ 2.000.000,00 consignada obrigatoriamente nos orçamentos estaduais durante vinte anos e mais dos saldos que se verificarem nos serviços de água e saneamento existentes e do resultado de operações de crédito.

O plano compreende, inicialmente, as cidades de Santa Rita, Itabaiana, Sapé, Guarabira, Patos, Pombal,

Souza, Cajzeiras e Catolé do Rocha e a vila de Cabedêlo.

Em dezembro de 1947 foi assinado contrato com o Escritório Saturnino de Brito para a elaboração dos projétos referentes às mencionadas localidades. Essa organização já concluiu os estudos de Cabedêlo, Santa Rita e Guarabira, estando em andamento os relativos a Cajazeiras e Sapé, êste último aguardando o resultado das sondagens já solicitadas ao Departamento Nacional de Obras contra as Sêcas.

Além do plano cujos estudos fôram confiados ao Escritório Saturnino de Brito, o Govêrno incumbiu o Departamento de Saneamento do Estado de projetar os serviços de abastecimento de água de Areia, Alagôa Nova e Santa Luzia. A execução dos dois primeiros deverá ser confiada ao Serviço Especial de Saúde Pública, em virtude do acôrdo realizado.

SERVIÇOS ELÉTRICOS

O Govêrno do Estado continúa seriamente empenhado na solução do problema de energía elétrica da capital. A deficiência dos nossos serviços de eletricidade, apezar de se fazer sentir dêsde muito tempo, vinha se agravando sensivelmente nos últimos anos. Embora decorrente do próprio aumento do consumo, essa situação resultou, sobretudo, de um longo desgaste do material, que reduziu a capacidade da nossa central elétrica a uma produção muito abaixo das exigências mínimas do consumo.

Plano de restauração e ampliação da Central Elétrica — Um dos primeiros cuidados da administração foi mandar proceder ao estudo técnico das instalações dos serviços elétricos e pôr em execução as medidas reclamadas para a restauração e ampliação da usina central.

Foi elaborado um plano de reequipamento geral das instalações, cujas despêsas estão orçadas em Cr$ 16.989.912,00. Em virtude, porém, da impossibilidade imediata da sua total execução, não só por motivo de dificuldades de ordem financeira, como porque o fornecimento de grande parte do material demanda sensível retardamnto, deliberou o Govêrno fôsse o referido plano realizado por etapas anuais, assim divididas: Cr$ 8.225.182,00 em 1949, Cr$ 4.266.430,00 em 1950 e Cr$ 4.498,300,00 em 1951.

Os efeitos da execução dêsse plano já se vão fazendo sentir.

Preliminarmente havia o Govêrno tomado providências para que fossem concluídos pelo Arsenal da Marinha, no Rio de Janeiro, os reparos do rotor de uma das turbinas, que para êsse fim alí se encontrava há dois anos e oito mêses. Os trabalhos fôram concluídos e, assim, restaurada aquela unidade, que entrou em funcionamento.

Prosseguindo na execução do plano de renovação e ampliação da usina produtora de energia elétrica, o Govêrno adquiriu à Fábrica de Caldeiras a Vapôr "Ciclope" S|A, de São Paulo, pelo preço de Cr$ .. .. .. 895.708,80, uma caldeira com capacidade para 5.000 kg. de vapôr por hora, a qual está com a sua instalação quasi concluída, devendo entrar em funcionamento no princípio do mês de julho próximo.

Esta providência é de suma importância, porque aumentará consideravelmente a produção de vapôr para a movimentação das turbinas, possibilitando a suspensão temporária de cada uma das velhas caldeiras em uso, para o respectivo recondicionamento.

Tendo em vista a ampliação do potencial de energia elétrica, o Estado adquiriu à Companhia S K F do Brasil Rolamentos uma turbina a vapôr "Stal", de .. .. 2.200|2.500 KWA, com acessórios, quadro "Asea" e ligações, pelo preço de 680.000 corôas suécas, ou sejam, aproximadamente, em nossa moeda, Cr$ .. .. .. 3.543.412,00, posto o material em Recife ou Cabedêlo. O contrato relativo a essa aquisição foi lavrado em 29 de novembro último, tendo o Estado, naquela ocasião nos termos do mesmo contrato, satisfeito o pagamento inicial de Cr$ 600.000,00.

Ainda à Fábrica "Ciclope" fôram adquiridos dois

tambores para caldeira e respectivos "nipls" e oitocentos tubos de latão para condensador. A' Companhia S K F fôram comprados cinco transformadores de corrente. Além da compra dêsses materiais e de outros que têm sido adquiridos ou se acham encomendados, fôram construídos um desgaziador e tanque de reação, assim como um prédio para o laboratório da usina central, destinado à análise da água de alimentação das caldeiras.

As despêsas realizadas e pagas até esta data, à conta dos trabalhos correspondentes à primeira etapa do plano de desenvolvimento, se elevam a Cr$ .. .... 2.819.990,20, às quais devem ser adicionadas as decorrentes do saldo da aquisição da turbina, na importância de Cr$ 2.943.412,00; da compra de medidores, pelo preço de Cr$ 614.986,50; de tubos para condensadores, no valôr de Cr$ 110.000,00, e outros materiais, cujas contas ainda deverão ser processadas e pagas, no montante de Cr$ 3.895.496,70.

Sobe , pois, a Cr$ 6.713.486,90, o total das despêsas já realizadas pela administração atual com a execução do plano de renovação e ampliação dos serviços de energia elétrica da capital.

Funcionamento dos serviços — Conquanto se mantenham em funcionamento as duas turbinas da Central Elétrica, o potencial de energia ainda está muito aquém de satisfazer às necessidades cada dia mais acentuadas, da nossa capital.

Todavia, a recuperação da turbina que se encontrava paralizada e a substituição de grande quantidade de material já imprestável, muito contribuiram para assegurar maior regularidade no fornecimento.

E' assim que a Central Elétrica produziu no de-

correr do exercício passado 8.212.600 kilowats, verificando-se um acréscimo de 2.168.200 kilowats em relação a 1947.

O custo médio do kilowat decresceu de Cr$.... 0,47,1 em 1947, para Cr$ 0,40,3 em 1948.

A produção de vapor, nêste último ano, foi calculada em 57.488.200 kgs. e o consumo de lenha atingiu a 28.638 toneladas.

Por circunstâncias especiais, não foi possível ainda conseguir da Companhia de Tecidos Paraibana o fornecimento de 800 kw aos Serviços Elétricos, para o que haviam sido promovidos anteriores entendimentos. Entretanto, já tendo sido removidos os obstáculos que impossibilitavam a execução dêsse objetivo, poderá, dentro em breve, iniciar aquela Companhia o fornecimento da energia, que virá concorrer para o melhoramento das condições presentes.

Os serviços elétricos da capital vêm sendo deficitários, dado o desequilíbrio entre a despêsa com a sua manutenção e a receita proveniente das suas taxas, cuja fixação data de longos anos, quando o material e a mão de obra representavam ínfimo percentual.

Torna-se necessário proceder à revisão das tarifas dêsses serviços, dentro de um critério razoavel, a fim de se aproximar quanto possivel ao custo da produção o prêço do fornecimento da energia elétrica.

PÔRTO DE CABEDÊLO

As atividades portuárias de Cabedêlo refletem, como é natural, a expansão de nossa riqueza econômica, por ser aquele pôrto o escoadouro da produção do Estado.

O Govêrno, considerando a natureza industrial dos serviços a cargo da Administração do Pôrto de Cabedêlo, propôs à Assembléia Legislativa a concessão de autonomia financeira e administrativa àquele órgão, a qual foi objeto da Lei n. 53, de 3 de dezembro daquele ano, posteriormente regulamentada. A providência vem assegurando àquele setor da administração pública paraibana maiores facilidades nas suas relações com o comércio e o público em geral.

No último quinquênio verificou-se constante aumento da tonelagem de carga movimentada que, de 62.700 toneladas em 1943, passou a ser de 145.000 em 1947.

Em 1948 o movimento de mercadorias transitadas elevou-se a 170.704.898 quilos, superior, portanto, às cifras do ano anterior, revelando a vitalidade da nossa produção e o índice do incremento das nossas atividades econômicas.

No total referido, a exportação para o exterior foi de 68.610.074 quilos e para o interior de 67.472.675 quilos, enquanto que a importação atingiu a..... 5.691.623 quilos, do exterior, e 28.930.526 quilos do país, resultando os saldos na balança comercial para

o exterior de 62.918.451 quilos e de 38.542.149 quilos no comércio interno.

Comparando-se êsse volume com o movimento de 1947, verifica-se que exportamos mais em 1948, cêrca de 33.400.000 quilos e importamos menos cêrca de 7.700.000 quilos.

O movimento de embarcações, no ano em exame, foi de 401 unidades contra 311 em 1947, sendo 108 navios estrangeiros e 293 embarcações nacionais.

Conforme foi focalizado na Mensagem anterior, o Estado, como concessionário da exploração do Pôrto de Cabedêlo, projetou a realização das obras mais urgentes para o melhoramento e ampliação dêsse estabelecimento portuário, que constarão do reequipamento das instalações existentes, com a aquisição de guindastes, pontes rolantes, trator e auto-guindaste, e da construção de mais dois armazens. O plano, firmado no parecer do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, obteve a aprovação do Ministério da Viação e Obras Públicas, devendo a sua execução ser custeada por meio de uma operação de crédito garantida pelo produto da taxa de emergência, prevista e autorizada pelo decreto-lei federal n. 8.311, de 6 de dezembro de 1945, que está sendo arrecadada desde fevereiro do ano findo e recolhida em depósito na Agência do Banco do Brasil desta capital.

As providências iniciadas para a aquisição do material destinado aos serviços de melhoria e reaparelhamento das instalações, já fôram postas em prática pelo Consêlho Diretor da Administração do Pôrto, com a publicação dos respectivos editais de concorrência, encontrando-se na fase de estudos e parecer o respectivo processo.

Pôrto da Capital — Foi de 189 o número de embarcações no pôrto da capital, em 1948, com a diferença para menos de 82 embarcações, em relação ao movimento do ano anterior.

Como se vê, o movimento de embarcações de pequeno calado no pôrto fluvial desta capital, que presta apreciável contingente de serviços ao comércio da metrópole, decresceu em 1948, o que vem comprovar a necessidade de serem levadas a efeito obras de melhoramento nêsse ancadouro interno.

Segundo tudo indica, porém, a situação deverá melhorar, pois o Govêrno Federal, por intermédio do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, está construindo uma ponte de atracação ou acostagem, apoiada sôbre as antigas estacas cravadas no ano de 1922, ligada por uma ponte de acesso ao terreno firme da margem. Tanto a ponte de acostagem como a de acesso estão sendo executadas com estrutura de cimento armado, medindo aquela 81 metros de extensão por 11,70 mts., de largura e com capacidade para.... 2.000 quilos de carga por metro quadrado.

A conclusão dêsses serviços está prevista para o correr de julho próximo.

JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

PODER JUDICIÁRIO

Prosseguiram sem solução de continuidade em todo o Estado os serviços a cargo do Poder Judiciário, com o qual mantém o Executivo, nos assuntos dependentes de suas atribuições, as tradicionais relações existentes entre os dois poderes, dentro dos princípios de independência e harmonia de nosso sistema constitucional.

Cercado de prestígio e respeito, o Poder Judiciário tem encontrado na Paraíba ambiente de ordem e tranquilidade, indispensável ao desempenho das suas funções, assegurando o Executivo o mais escrupuloso acatamento às suas decisões.

No relatório apresentado ao Tribunal de Justiça, pelo seu presidente, Desembargador Agripino Barros, teve êsse magistrado oportunidade de ressaltar a harmonia reinante entre os dois poderes, nos tópicos a seguir transcritos:

> "Suponho ser a Paraíba o Estado em que melhor se entendem o Poder Judiciário e o Executivo.
>
> E' uma tradição que nenhum chefe de Govêrno quebrou até hoje.
>
> Pelo menos de 1930 para cá.

Absoluta liberdade de ação têm os nossos magistrados.

Suas decisões, são, não só prontamente cumpridas, como também irrestritamente acatadas, pelos dirigentes, tanto do Estado, como dos municípios.

O exmo. sr. dr. Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Mélo, conspícuo chefe do Executivo estadual, é inexcedível nêsse particular.

Não se limita sua Excelência a fazer executar as deliberações da Justiça e a prestigiar a Magistratura do Estado, tornando cada vez mais respeitadas as suas prerrogativas.

Empenha-se ainda o Governador em manter com o Tribunal as melhores relações de cortezia, o que constitui ,de certo, poderoso fator para a harmonia dos Poderes, base da nossa organização politica.

E não é só.

Quando procurei dotar o Tribunal dos melhoramentos a que há pouco me referí encontrei da parte de sua Excelência o mais integral e entusiastico apôio.

Todas as verbas que solicitei fôram concedidas sem a menor restrição.

Inverteu-se em material permanente e de consumo, para uso do Tribunal, e em despêsas outras, conforme acima se demonstrou, a apreciável soma de Cr$ 121.182,80, sem contar com o que a Secretaria da Agricultura e Obras Públicas dispendeu com a limpeza do prédio e diversos outros serviços.

Da precitada quantia, Cr$ 66.500,00 resultaram de créditos suplementares que pedí ao Executivo, no segundo semestre do ano.

E' um fato talvez sem precedente na história desta egrégia Côrte de Justiça".

Atendendo ainda a uma solicitação do Tribunal, foi-lhe concedida autonomia administrativa no tocante à aquisição de material e movimentação de verbas, antes dependentes do Departamento do Serviço Publico e da Secretaria do Interior e Segurança Pública.

Um assunto de importancia fundamental para os serviços de justiça é a elaboração de uma nova lei de organização judiciária, o qual está merecendo a atenção da Assembléia Legislativa, sendo de esperar que dentro em breve tenhamos um estatuto adaptado às modificações introduzidas pelas Constituições da República e do Estado e que consagre as inovações aconselhadas pela experiência ou ditadas pelas nossas necessidades.

MINISTÉRIO PÚBLICO

As atribuições reservadas ao Ministério Público são exercidas pelo Procurador Geral do Estado e pelo sub-Procurador, pelos Promotores Públicos, nas comarcas de 3.ª e 2.ª entrância e Adjuntos de Promotor nas comarcas de 1.ª entrância.

Com relação às atividades do Ministério Público no decorrer do ano findo, nenhuma ocorrência especial se tem a registrar. A Procuradoria Geral do Estado recebeu, no mesmo ano, 36 inquéritos, tendo o Procurador Geral e o sub-Procurador oferecido, respectivamente, 270 e 285 pareceres.

SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS

No decurso de 1948 não foi ainda possível suprir as deficiências dos serviços penitenciários do Estado, notadamente no que se refere à Casa de Detenção. Continúa esta instalada em edifício de há muito imprestável e que não oferece as condições mais elementares para a regeneração dos delinquentes. Embora se destinando à reclusão dos réus ainda não julgados definitivamente, a Casa de Detenção, dada a pequena capacidade da Colônia de Mangabeira, vem funcionando como penitenciária, abrigando mais de trezentos reclusos, o que excede as possibilidades de internamento daquêle presídio.

E' pensamento do Govêrno, já manifestado na primeira Mensagem que enviou à Assembléia, subordinar os serviços penitenciários do Estado a um órgão central que coordene as suas atividades e lhes dê a necessária orientação técnica e científica. E é assim que está elaborando um plano de reestruturação desses serviços, devendo ser, dentro em breve, encaminhado à Assembléia o projeto de criação do Departamento de Presídios do Estado, a que ficarão subordinados a Casa de Detenção, a Colônia Penal de Mangabeira, o Centro de Reeducação Social, o Manicômio Judiciário e as cadeias públicas do interior. O Departamento de Presídios do Estado terá um diretor, bacharel em ciências jurídicas e sociais, que exercerá autoridade superior de contrôle, para dar orientação aos diversos serviços penitenciários em todo o Estado, embora cada um dêles permaneça com administração própria.

Casa de Detenção — Alguns melhoramentos realizados na Casa de Detenção não fôram bastantes para minorar as más condições dos sentenciados alí inter-

nados. Aliás, não é conveniente para o Estado, por onerosa, a manutenção de vários estabelecimentos penais. Assim, como solução mais aconselhada, cogita o Govêrno da ampliação da Colônia Penal de Mangabeira, de modo a poder abrigar os sentenciados que serão transferidos da Casa de Detenção, como os procedentes das comarcas do interior para cumprirem pena nesta capital.

Esse empreendimento será realizado logo que as condições financeiras o permitam, já se tendo iniciado os estudos preliminares.

Colônia Penal de Mangabeira — Nêste presídio está sendo executado um plano para a produção de gêneros alimentícios, tendo sido cultivados 28 hectares com plantações de mandioca, batatas e outros vegetais. Fôram construidos uma pequena fábrica de farinha de mandióca e um estábulo, visando melhorar as condições de vida dos presidiários, e está sendo construída uma escola.

O estabelecimento abriga atualmente 99 detentos, estando em elaboração um projeto para a ampliação da sua capacidade, a fim de descongestionar a Casa de Detenção, atualmente servindo também de penitenciária.

Centro de Reeducação Social — Destinado à reclusão e reeducação de mulheres delinquentes, esta unidade penitenciária sediada nesta capital, continúa entregue às Irmãs do Bom Pastor, a cujo cargo se encontra o serviço de readaptação das detentas. Estas, sujeitas a proveitosa disciplina, acupam-se em trabalhos domésticos e de costura, parte integrante do programa de reeducação.

Atualmente, estão recolhidas a êste presídio 13 reclusas. Durante o ano de 1948 entraram 6 e obtiveram liberdade 6.

Manicômio Judiciário — O Manicômio Judiciário funciona em subordinação à Assistência a Psicopatas, antiga Colônia Juliano Moreira, que, com o futuro Hospital de Neuro-Psiquiatria Infantil, integra a rêde de assistência hospitalar a doentes mentais, do Departamento de Saúde.

Cadeias Públicas — As cadeias públicas do interior, na sua quase totalidade, não preenchem as mais elementares exigências de higiêne nem oferecem condições satisfatórias de segugurança e confôrto.

O Govêrno, consoante o propósito anteriormente manifestado, deu início à construção de cadeias regionais, localizadas nas comarcas de maior importância e autorizou os reparos de que necessitam os demais presídios do interior, já tendo sido concluídos os da cadeia pública de Brejo do Cruz.

Estão sendo construidas atualmente a cadeia regional de Patos e a de Santa Rita, achando-se as obras da primeira bastante adiantadas.

CONSELHO PENITENCIARIO

O Conselho Penitenciário funcionou regularmente no ano de 1948, em cujo decurso realizou 41 sessões ordinárias e 18 extraordinárias.

Durante o mesmo exercício emitiu 111 pareceres, sendo 57 sôbre livramento condicional e 54 sôbre pedidos de graça ou indulto, em virtude dos quais 37 detentos obtiveram a liberdade condicional.

Fôram remetidos para decisão 59 processos ao sr. Ministro da Justiça e 58 aos Juízes de Direito do Estado.

POLÍCIA CIVIL

O funcionamento normal dos serviços policiais vem assegurando em todo o Estado completa tranquilidade e um clima propício ao desenvolvimento dos negócios públicos e das atividades privadas, pelo integral respeito aos direitos dos cidadãos e manutenção da ordem pública.

Esses serviços ressentem-se, todavia, como já se ressaltou nas Mensagens anteriores, da falta de aparelhamento necessário ao cumprimento da sua importante função social.

O Departamento da Polícia carece de séde condigna, que as restrições orçamentárias não permitiram conseguir. Entretanto, logo que seja construído o novo edifício do Centro de Saúde, é pensamento do Govêrno aproveitar o prédio em que funciona atualmente essa unidade sanitária e adaptá-lo convenientemente para nêle serem centralizadas todas as repartições da Polícia Civil, com a reforma e modernização, ao mesmo tempo, do equipamento técnico exigido pelos seus serviços.

Por outro lado, considerando a sua missão sob o duplo aspecto de prevenir a criminalidade e proteger os diretos individuais e a propriedade, é evidente que a Polícia precisa contar com pessoal habilitado e treinado. Impõe-se, pois, a adoção de medidas atinentes ao aperfeiçoamento da atividade policial, não somente no que se refére aos métodos e processos de investigação e repressão ao crime, como à instituição de polícia de carreira, visando a seleção de valores para a difícil missão policial.

O preparo do pessoal técnico poderá ser feito mediante a instituição do ensino técnico-policial, com os cursos de investigador, guarda civil, inspetor de trânsi-

to, escrivão de polícia, perito em rádio-comunicações e outros que fôrem necessários na organização da polícia técnica.

O problema da reorganização da Polícia Civil poderá ser encaminhado, oportunamente, a uma solução em correspondência com as nossas possibilidades.

Medida, entretanto, fundamental para a melhoria dos nossos serviços policiais será a criação das Delegacias Regionais, já proposta e submetida à consideração da Assembléia Legislativa.

Na impossibilidade de se prover os cargos de delegado de polícia por bacharéis em direito, a exemplo do que se procede em outros Estados, as Delegacias Regionais, com séde nas cidades mais importantes e jurisdição extensiva a vários municípios circunvisinhos, poderão, como se frizou na Mensagem anterior, prestar inestimáveis serviços, tanto pela descentralização de considerável expediente de rotina policial, como por permitirem mais eficiente resguardo da ordem pública e melhor assistência aos interêsses da justiça, nos casos de investigação criminal.

Durante o ano em relato, no arquivo criminal fôram confeccionados 1.346 prontuários e fichados 4.326 delinquentes. Fôram feitas 1.923 anotações em fichas e prontuários, recebidos 1.628 boletins criminais e 543 informações diversas.

Delegacias da Capital — Com os novos transportes adquiridos para as diversas delegacias da capital, muito melhoraram os serviços da Polcíia, dado o seu bom aparelhamento, o que permitiu atender com presteza aos trabalhos de sua especialidade.

Instituto Médico Legal — O Instituto Médico Legal realizou 524 exames periciais, expediu 2.038 carteiras de identidade e fez 1.950 identificações, sendo 19 es-

trangeiros de nacionalidades diversas. Fôram colhidas 622 fotografias e extraídas 2.924 cópias fotográficas, assim como permutadas 1.199 individuais datiloscópicas com institutos congêneres.

POLÍCIA MILITAR

A Polícia Militar, durante o ano em relato, manteve o mesmo nível de disciplina, prestando, à manutenção da ordem, em todo o território do Estado, o concurso da sua constante vigilância.

Adaptada à organização técnico-militar do Exército Nacional, de que é fôrça auxiliar de primeira linha, a Polícia Militar da Paraíba apresenta um gráu de eficiência dígno de destaque.

O seu comando acha-se confiado a um oficial do Exército e o seu corpo de oficiais vem prestando relevantes serviços à Polícia Civil no preenchimento das funções de Delegados nas cidades do interior.

A Companhia de Bombeiros, integrante da Polícia Militar, apesar de lutar com deficiência de aparelhagem, vem desempenhando com denodo a sua árdua missão. Ainda não foi possível instalar a Companhia de Bombeiros de Campina Grande, dado o encarecimento do material adequado e a insuficiencia dos recursos orçamentários.

Em 31 de dezembro de 1948, o efetivo da Polícia Militar se representa por 69 oficiais e 1.418 praças, no total de 1.487 homens, mais que o do ano anterior em que atingira a 1.419 homens. Por motivo de promoções e reformas está atualmente reduzido a 21 o número do pessoal excedente, sendo 12 oficiais e 9 praças.

O Hospital da corporação continúa funcionando regularmente, tendo sido no corrente ano aumentadas as suas dotações orçamentárias.

SERVIÇOS DIVERSOS

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO

O Departamento do Serviço Público, como órgão de administração geral, incumbido da coordenação dos assuntos relativos ao pessoal e da aquisição do material destinado aos serviços estaduais, continúa prestando o seu valioso concurso à administração.

Bem apreciável é a soma dos trabalhos realizados por êsse Departamento no decorrer do ano recém-findo, que se estendem pelo exame e estudo de milhares de processos trazidos à sua apreciação e atinentes a interesses do Estado e dos seus servidores, reestruturação de cargos e carreiras do Quadro Único do Estado, promoções de funcionários, preparo de processos de requerimentos de licenças, reconduções e admissões do pessoal extranumerário, organização das séries funcionais e tabela numérica de mensalistas, pareceres em processos e consultas formuladas por diversas Secretarias e Departamentos, elaboração de normas sistematizadoras de assuntos de interesse da administração, concorrências públicas e administrativas, aquisição, distribuição e padronização de materiais e tantas outras tarefas que lhe estão confiadas.

Em 31 de dezembro o Quadro Único do Estado se compunha de 2.685 cargos, sendo 1.864 de carreiras, 763 isolados de provimento efetivo e 58 de provimento em comissão. Vale notar que se trata dos cargos

com ocupantes, pois existem nas 27 carreiras que estruturam o Quadro Único inúmeros cargos vagos a serem preenchidos mediante promoção.

Durante o ano findo foram reestruturadas, algumas das quais com aumento de vencimentos, as carreiras de auxiliar de escritório, contínuo, guarda sanitário, médico, motorista e professor. Tambem foi considerável o número de cargos isolados beneficiados com a elevação de padrões.

Corrigindo uma situação injustificável, foram transformadas em cargos 131 funções do antigo quadro de mensalistas, passando os respectivos servidores a integrar as carreiras de auxiliar de escritório, contínuo, escriturário e professor e outros isolados.

A legislação anterior pertinente ao extranumerário prescrevia apenas duas modalidades de admissão dêsses servidores, como contratado e diarista.

Observava-se, porém, que a prática de admissões, por contratos, de extranumerários que exerciam determinadas funções não era conveniente ao serviço público, pois fazia-se necessária a renovação anual de cêrca de dois mil contratos, com um esgotante preparo de processos, de que surgia o inevitável atrazo no pagamento dos salários.

A Lei n.º 230, de 29 de novembro de 1948, que dispõe sôbre o pessoal extranumerário, criou a modalidade de mensalista, que proporcionou a organização das séries funcionais, com salários padronizados, permitindo acesso de referência dentro de cada série funcional, bem como a transferência de uma para outra série. A admissão por contrato é feita apenas para as funções técnicas ou especializadas e a de diaristas para o exercício de funções auxiliares ou braçais.

O Estado, em 31 de março último, contava com

2.795 servidores extranumerários, sendo 1.658 mensalistas, 304 contratados e 833 diaristas.

Entre o pessoal extranumerário existem 171 diaristas amparados pelo art. 122 da Lei n.º 127, de 28 de dezembro de 1936, os quais, por contarem a essa data, no mínimo cinco anos de serviço ao Estado, auferiram todos os direitos e vantagens concedidos aos funcionários efetivos. A situação dêsses servidores e dos demais beneficiados pelo art. 23 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal, está sendo objeto de estudo que, oportunamente, será submetido à consideração da Assembléia Legislativa.

No tocante ao material, vem o Departamento do Serviço Público contribuindo para o êxito da política administrativa do Govêrno relacionada com a aquisição e distribuição do material destinado às repartições e serviços estaduais.

Além da observância às normas de padronização, atenta o D. S. P. para a seleção do material a adquirir, recorrendo a análises de laboratório e outras pesquisas que por vezes se fazem necessárias. Assim é que no ano passado foram submetidos a análises nos laboratórios estaduais, artigos diversos, como gêneros alimentícios, produtos químicos, tintas, goma arábica, artigos de carâmica e outros.

Durante o exercício de 1948 foram atendidas 2.806 requisições de material para 46 repartições diversas.

Dentre as concorrências públicas realizadas deve-se destacar as relativas à aquisição de turbina, caldeira e medidores de luz para a Repartição dos Serviços Elétricos, hidrômetros e sulfato de alumínio para os serviços de saneamento, carteiras escolares e um transmissor completo de rádio-difusão.

As compras efetuadas por intermédio da Divisão do Material, em 1948, elevaram-se a Cr$ 10.850.150,30.

BIBLIOTECA PÚBLICA

O patrimônio bibliográfico dêsse serviço estadual, constituido por 12.000 volumes, foi, no ano findo, enriquecido por 102 novas obras.

A Biblioteca ressente-se de um maior número de estantes para acomodação metódica dos livros, bem assim, de salões para funcionamento de secções de manuscritos, cartografia e coleções de jornais e, ainda, de uma sala destinada a conferências.

E' pensamento do Govêrno remodelar êsse importante instrumento de cultura, dotando-o de melhor eficiência técnica e, com êsse fim, vai elaborar um plano de trabalho para o qual pretende obter a colaboração do órgão especializado do serviço federal.

No exercício encerrado, o número de consulentes da Bibliotéca Pública atingiu a 10.297, tendo sido consultadas 7.094 obras diversas.

ARQUIVO ESTADUAL

Prevalecem as condições materiais apontadas na Mensagem anterior, de fórma que o problema principal do Arquivo Estadual continúa sendo o da instalação, que é precaríssima.

Havendo absoluta falta de espaço no prédio em que funciona êsse serviço, o que impedia o recolhimento, nas épocas normais, dos arquivos dos diversos departamentos da administração pública, autorizou-se o aproveitamento das salas existentes no edifício da Secretaria do Interior e Segurança Públi-

ca, anteriormente ocupadas pelo extinto Departamento das Municipalidades. Graças a essa providência, grande número de documentos foi transferido e catalogado.

DEPARTAMENTO DE PUBLICIDADE

Os encargos de promover a divulgação dos atos oficiais, vulgarizar e difundir o que possa interessar à cultura e executar os trabalhos de arte gráfica necessários ao serviço público estadual, são executados pelo Departamento de Publicidade, através das suas Divisões de Imprensa Oficial e de Rádio-Difusão.

Divisão de Imprensa Oficial — Dentro das suas possibilidades gráficas, vem a Divisão de Imprensa Oficial atendendo normalmente aos encargos que lhe são atribuidos, editando a "A União", órgão oficial do Estado e fornecendo material de expediente a todas as repartições e serviços estaduais e prefeituras municipais.

A renda da Divisão de Imprensa Oficial no exercício de 1948, atingiu a Cr$ 1.876.383,10, proveniente de material de expediente fornecido às repartições e publicações e trabalhos confeccionados para particulares, sendo que desta última parcela, no valôr de Cr$ .. .. 404.519,40 houve o aumento de Cr$ 100.778,30 em relação à do exercício anterior.

Em 31 de dezembro de 1948 o almoxarifado da Divisão de Imprensa Oficial apresentava o estoque balanceado no valôr de Cr$ 745.451,00, constituido de material destinado à confecção de trabalhos da sua especialidade.

Tem sido ponto de especial atenção a saúde do pessoal empregado na Imprensa Oficial, para o que se vem procurando melhorar as condições de higiene dos

locais de trabalho. Incluiu-se um copo de leite ao lanche do pessoal de trabalho noturno e mantem-se um regular fornecimento de medicamentos aos operários.

De um modo geral, o maquinismo das oficinas da Divisão de Imprensa Oficial, oferece poucos recursos técnicos, dado o desgaste pelo uso continuado. O Govêrno está procurando melhorar a aparelhagem dêsse serviço, já tendo adquirido duas linotipos novas, que fôram postas a funcionar em fevereiro do ano findo, e encomendou à Linotipo do Brasil S|A., desde outubro do mesmo ano, material para reequipamento de seis outras máquinas no valôr de Cr$ 315.000,00.

Para o serviço de obras foi adquirido em São Paulo material gráfico no valôr de Cr$ 80.000,00 aproximadamente, já estando prestes a entrar em serviço.

Divisão de Rádio-Difusão — Dado o estado em que se encontrava o material da estação rádio-emissora a cargo da Divisão de Rádio-Difusão, convidou o Govêrno o técnico do Departamento dos Correios e Telégrafos, sr. Agenor Ferreira da Silva, para examinar as condições da nossa emissora, o qual, no relatório apresentado, desaconselhou qualquer reparo nas instalações existentes, de vez que acarretará despesas avultadas sem possibilidade de obter-se um funcionamento perfeito e potência suficiente para as transmissões.

Nestas condições, resolveu o Govêrno adquirir um novo transmissor de 10 KWS para a P. R. I.-4, que a essa época já havia suspendido as suas irradiações.

Aberta, pelo Departamento do Serviço Público, a necessária concorrência pública, apresentaram-se quatro proponentes, achando-se o processo na fase final do julgamento, dependendo a sua solução do parecer

que se manifestará sôbre as propostas oferecidas.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Serviço de Assistência Social foi instituido pelo decreto-lei n.º 754, de 27 de novembro de 1945, com a dupla finalidade de dar assistência alimentar, médica e higiênica aos individuos e famílas que, por suas condições de pobreza necessitem viver da caridade pública, e de reprimir a mendicância.

Apezar dos benefícios que pudesse ter prestado no exercício daquela sua primeira missão, a verdade é que pouco ou nada conseguiu a instituição oficial no terreno da repressão à mendicância.

Considerando êsse estado de coisas, sugeriu o Govêrno, em sua primeira Mensagem, a necessidade da reestruturação do Serviço de Assistência Social, para que o mesmo pudesse melhor atender às suas finalidades. Na falta de objetivação dessa reforma, achou conveniente o Govêrno encarregar o Instituto São José, sob a direção do cônego José Coutinho, com um longo tirocínio em obras de assistência social entre nós, de executar o plano de combate e assistência à mendicância, nesta capital. As atividades do S.A.S. passaram à direção geral dêsse sarcedote e os resultados colhidos durante o ano que findou comprovam o acêrto daquela decisão.

Sob o contrôle do atual encarregado do Serviço vem se fazendo a ajuda aos verdadeiros necessitados, com os melhores e mais positivos resultados, de sorte que, nesta capital, a mendicância está virtualmente extinta.

E' para lamentar que uma ação social desta en-

vergadura, dadas as limitações financeiras, não se torne extensiva às demais cidades do Estado, principalmente às de maior concentração demográfica.

O Serviço de Assistência Social, pela sua Secção de Educação e Readaptação, mantém em funcionamento uma escola para os filhos dos ex-mendigos e crianças proletárias, a qual acusa a matrícula de 364 alunos, sendo 201 do sexo masculino e 163 do feminino. Funcionam ainda aulas de trabalhos manuais e costura, tendo sido instalada uma pequena oficina de sapateiro, cujo melhoramento está sendo objeto de estudo.

A Secção Médica e Higiênica realizou, no ano findo, 3.892 consultas e 2.768 curativos e aplicou 46.832 injeções intramusculares e 5.050 endovenosas.

ASSISTÊNCIA A MENORES

Sem a largueza que êsse alto problema humano impõe, a assistência e proteção a menores vem sendo prestada na Paraíba, devido aos esfôrços conjugados da administração e da iniciativa particular.

Sob a superintendência do Juiz de Menores, o Estado mantém dois estabelecimentos do gênero, além do Abrigo Melo Matos, administrado diretamente pelo Juizado de Menores.

Abrigo de Menores Jesús de Nazaré — Subordinado à Secretaria de Educação e Saúde, o Abrigo de Menores Jesús de Nazaré, cuja administração está confiada a religiosas da Ordem Terceira dos Capuchinhos, tem por finalidade amparar crianças abandondas, compreendidas entre 0 a 5 anos, mantendo-as até completarem 12 anos. Dispõe de acomodações para o internato de 150 crianças, que aí recebem tratamento médico e dentário e assistência educacional apropriada. Durante

o ano de 1948 foram internadas 44 crianças, saíram 42 e faleceram 2.

Com a finalidade de dar melhor orientação técnica às atividades do Abrigo de Menores, o Govêrno acaba de convidar o dr. Walfredo Guedes Pereira, presidente do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, desta capital, para, sem onus para o Estado, supervisionar os trabalhos afetos à referida instituição.

Escola Profissional Presidente João Pessoa — Tambem subordinada à Secretaria de Educação e Saúde, está localizada em Pindobal, no Município de Mamanguape. Funciona essa instituição como reformatório de menores abandonados e delinquentes, abrigando cêrca de duas centenas de jovens, aos quais é ministrada instrução primária e profissional, além de aprendizagem agrícola no cultivo de terrenos pertencentes à Escola. A direção do estabelecimentó acha-se entregue à Congregação do Sagrado Coração de Jesús.

Instituições particulares — Entre as instituições filantrópicas devidas á iniciativa particular encontram-se o Orfanato D. Ulrico, para jovens do sexo femenino, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância e o Educandário Eunice Weaver, preventório destinado aos filhos de portadores do mal de Hansen, os quais integram, com os estabelecimentos oficiais, a rêde de assistência social a menores, no Estado.

As instituições particulares tiveram, no corrente ano, melhoradas as subvenções que lhes são concedidas pelo Estado.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA

O Departamento Estadual de Estatística, órgão da

administração estadual que funciona, em virtude de convênio, sob a orientação do serviço federal, vem se desincumbindo das suas atribuições dentro do limite das suas estritas possibilidades.

Entre o conjunto das suas necessidades atuais avulta a reorganização e preparo do seu pessoal técnico, não sendo menos importante a instalação de um equipamento mecânico para as suas apurações estatísticas. Presentemente êsse trabalho está sendo feito pelas máquinas "Hollerith" existentes na Secretaria das Finanças e que antigamente serviam ao D. E. E., as quais não estão em condições de atender, em trabalho normal, aos serviços dêste e daquela Secretaria.

Ainda assim, o serviço em referência conseguiu reiniciar, no ano de 1948, a divulgação de elementos estatísticos relativos ao Estado, através de boletim e comunicados, tendo tambem editado uma "plaquete" sôbre a Paraíba, focalizando, principalmente aspectos econômicos do Estado, publicação esta impressa nas oficinas gráficas do I.B.G.E. e destinada a distribuição na Exposição Internacional de Indústria e Comércio.

Em 1948, o Departamento Estadual de Estatística lançou vários inquéritos e forneceu 216 informações, sendo 53 pela Divisão de Estatística Social e 163 pela Divisão de Estatística Fisiográfica e Econômica.

CARTA GEOGRÁFICA DO ESTADO

A Paraíba vem de há muito se ressentindo de uma carta geográfica atualizada. A que existe foi organizada e editada pela antiga Inspetoria Federal de Obras contra as Sêcas e, apezar de algumas lacunas e imperfeições, foi de inestimavel utilidade, achando-se, porém, infelizmente esgotada.

Os nossos estabelecimentos de instrução lutam com dificuldades para o ensino da corografia da Paraíba à falta de uma carta geográfico, não sendo menos sensível a sua ausência nos serviços da administração pública e, mesmo, nas atividades privadas.

A fim de eliminar essa deficiência, o Govêrno contratou com o Consêlho Nacional de Geografia a elaboração da Carta Geográfica do Estado, devidamente atualizada, contendo as divisões inter-municipais e inter-distritais.

O Consêlho Nacional de Geografia tomará a seu cargo a compilação e o desenho litográfico da referida carta, que será executada na escala de 1:300.000, com o aproveitamento de fotografias Trimetrogon, dentro dos padrões técnicos estabelecidos pelo mesmo Consêlho.

O valor do contrato é de Cr$ 50.000,00, afora o custo de impressão, que será executada no Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em uma edição de 10.000 exemplares, com a assistência do Consêlho Nacional de Geografia.

A obra se acha em andamento, já tendo sido remetida a importancia de Cr$ 20.000,00, correspondente à cota inicial do contrato para a compilação e desenho da carta.

MONTEPIO DO ESTADO DA PARAIBA

O Montepio do Estado da Paraíba, criado pela Lei n.º 387, de 7 de outubro de 1913 e atualmente regulamentado pelo Decreto n.º 610, de 11 de outubro de 1944, constitui uma autarquia e, como tal, dispõe de independência financeira e autonomia administrativa.

São contribuintes obrigatórios do M. E. P. todos

os servidores públicos do Estado, inclusive oficiais e sargentos da Polícia Militar, sendo facultativa a inscrição de funcionários federais e municipais.

O número de inscrições, em 1948, foi bastante elevado, pois sendo de 5.812 em 1947, alcançou 6.792, em 1948.

A arrecadação de prêmios, que em 1947 foi de .. Cr$ 2.268.628,70 passou a ser de Cr$ 2.570.375,30, em 1948.

Os benefícios pagos em 1948 atingiram a .. .. .. Cr$ 593.654,10, contra Cr$ 543.713,00 pagos em 1947.

O movimento de empréstimos realizados pela carteira respectiva, que em 1947 se processou na base de Cr$ 4.458.939,80 de empréstimos rápidos e .. .. Cr$ 2.432.593,10 a longo prazo, foi consideravelmente aumentado em 1948, sendo Cr$ 6.056.774,30 de rápidos e Cr$ 3.260.009,60 de empréstimos a longo prazo.

O patrimônio dessa instituição elevou-se de .. .. Cr$ 10.165.406,40 em 1947, a Cr$ 15.630.482,20 em .. 1948, sendo as importancias, respectivamente, de Cr$ 7.269.901,55 e Cr$ 8.937.561,73 representadas por imóveis urbanos.

Durante o exercício de 1948 construiu o M.E.P. 35 novos prédios para residência dos seus segurados e inaugurou recentemente um grupo de 30 casas tipo popular, elevando-se a 328 o número de prédios para êsse fim construidos por essa instituição.

Foi iniciada a construção de um novo grupo de 30 casas populares para venda a pequenos servidores públicos.

O M. E. P. elaborou o projéto de novo regulamento em que, além de outras vantagens para os seus segurados, institui um serviço médico gratuito, sem aumento da contribuição.

ASSISTÊNCIA AOS MUNICIPIOS

A Constituição Federal, no seu art. 24, permite ao Estado a criação de órgão de assistência técnica aos Municípios.

E' evidente que as administrações municipais, notadamente as dos municipios menores, não podem dispôr de uma organização administrativa em condições de resolver os seus múltiplos problemas locais e, de modo especial, os de caráter técnico.

Nestas condições, a cooperação do Estado torna-se um dever, cabendo-lhe prestar às municipalidades o concurso da sua experiência e o auxílio que lhe permite a sua melhor aparelhagem administrativa.

E' pensamento do Govêrno criar no Estado, de acôrdo com a permissão constitucional, um órgão incumbido de prestar assistência técnica aos municipios, quando solicitada, a qual consistirá na orientação dos Prefeitos e Câmaras Municipais, sôbre assuntos relativos à administração pública, à padronização orçamentária, à organização dos serviços, à elaboração de planos de obras públicas e, finalmente, ao estudo dos problemas de interesse municipal ou regional.

Nêste sentido, será oportunamente encaminhado à Assembléia o respectivo ante-projeto de lei.

* * *

Em anexo à presente Mensagem encaminho à apreciação do Poder Legislativo, na forma do preceito constitucional, as contas do exercício de 1948, com os resultados da administração financeira e patromonial do Estado.

Nesta oportunidade apraz-me reiterar aos representantes do povo paraibano na Assembléia Legislativa as homenagens do meu aprêço e da minha mais alta consideração.

Palácio do Govêrno em João Pessôa, primeiro de junho de 1949.

Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo
Governador do Estado

SUMÁRIO

Pag.

Introdução 3

FINANÇAS DO ESTADO

Execução orçamentária 25
Situação Financeira 27
Dívida Passiva do Estado 34
Empréstimo à Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro 35

EDUCAÇÃO 39

Ensino Superior 40
Faculdade de Filosofia 40
Faculdade de Ciências Econômicas 41
Faculdade de Direito 42
Escola de Agronomia do Nordéste 42
Ensino Secundário 43

Colégio Estadual da Paraíba 44

Ensino Normal 44
Ensino Primário 46
Ensino Profissional 48
Ensino de Adultos 50
Escolas Rurais 51

Pag.

Edifícios Escolares 52
Mobiliário escolar 54
Museu do Estado 55

SAÚDE PÚBLICA E ASSISTÊNCIA HOSPITALAR 57

Unidades Sanitárias 59
Centro de Saúde da Capital 59
Centro de Puericultura de Cruz das Armas 60
Centro de P. Teixeira de Vasconcelos 60
Centro de Saúde de Campina Grande .. 60
Postos de Higiene 60
Obras em construção 61

Assistência Hospitalar 57

Construção de Hospitais 62
Hospital Regional de Campina Grande .. 62
Hospital Regional de Guarabira 62
Hospital Regional de Guarabira 63
Hospital Regional de Itaporanga 63
Hospital Regional de Itabaiana 63
Hospital Regional de Patos 64
Hospital para Tuberculosos, de Cajazeiras 64
Hospital de Santa Rita 64
Hospital Santa Isabel 65

Assistência à Maternidade e à Infância 65

Maternidade de Itabaiana 66
Maternidade de Cajazeiras 66

Pag.

Maternidade de Sapé 66
Maternidade de Bananeiras 66
Maternidade de Catolé do Rocha 66
Maternidade de Areia e A. Grande 66
Centro de P. Teixeira de Vasconcelos .. 66
Lactário Clarisse Justa 67

Hospitais Especializados 67

Assistência a Psicopatas 67
Hospital de Neuro-Psiquiatria Infantil .. 68
Hospital Clementino Fraga 68
Colônia Getúlio Vargas 68
Hospital João da Mata 69

Combate Sistemático às Doenças e Campanhas Profiláticas 69

Campanha contra a Tuberculose 69
Campanha contra a Lepra 70
Campanha contra a Malária 71
Campanha contra o Tracoma 72
Campanha contra as Helmintoses 72
Campanha contra as Doenças Venéreas .. 73
Campanha contra a Bouba 73
Campanha contra as Febres Tíficas 73
Campanha contra a Difteria e a Coqueluche 73
Serviço do Câncer 73
Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) 74
Cursos de Enfermeiras e Visitadoras Sanitárias 75
Atividades Diversas 76

Pag.

AGRICULTURA 79

Produção Vegetal 79

Defesa sanitária vegetal 79
Máquinas agrícolas 82
Campos de cooperação 83
Distribuição de sementes 83
Acôrdos com o Govêrno Federal 84
Cultura do algodão 85
Cultura do agave 86
Hôrto Simões Lopes 87
Colônia Agrícola de Camaratuba 88

Produção Animal 90

Defesa sanitária animal 92
Granja São Rafael 93
Fazenda Pendência 94
Fazenda Riacho dos Cavalos 94

Classificação de Produtos Agro-Pecuários.. 95
Assistência a o Cooperativismo 96
Instituto Tecnológico e Agronômico 97

OBRAS PÚBLICAS 99

Obras iniciadas em administrações anteriores e concluidas no Govêrno atual .. 99
Obras construidas no Govêrno atual .. 100
Obras em construção 101
Obras em projeto 103

Pag.

Obras em cooperação com o Govêrno Federal 103
Reparos e Ampliações em próprios Estaduais 104
Açudagem 106
Poços tubulares 108

ESTRADAS DE RODAGEM 109

ÁGUA E SANEAMENTO 115

Departamento de Saneamento do Estado .. 115
Srviços da Capital 116
Novo abastecimento 116
Serviços existentes 118
Serviços de Campina Grande 118
Abastecimento de água de Alagoa Grande 120
Projeto de Abastecimento para outras cidades 121

SERVIÇOS ELÉTRICOS 123

PÔRTO DE CABEDÊLO 127

Pôrto da Capital 128

JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA 131

Poder Judiciário 131
Ministério Público 133
Serviços Penitenciários 134
Casa de Detenção 134
Colônia Penal de Mangabeira 135

Pag.

Centro de Reeducação Social 135
Manicômio Judiciário 136
Cadeias Públicas 136

Conselho Penitenciário 136
Polícia Civil 136
Delegacias da Capital 137
Instituto Médico Legal 138
Polícia Militar 139

SERVIÇOS DIVERSOS

Departamento do Serviço Público 141
Bibliotéca Pública 144
Arquivo Estadual 144
Departamento de Publicidade 145
Divisão de Imprensa Oficial 145
Divisão de Rádio Difusão 146
Assistência Social 147
Assistência a Menores 148
Abrigo de Menores Jesús de Nazaré 148
Escola Profissional Presidente João Pessoa 149
Instituições particulares 149
Departamento Estadual de Estatística 149
Carta Geográfica do Estado 150
Montepio do Estado da Paraíba 151
Assistência aos Municípios 153

DESPESA			
ÇAMENTARIA NARIA			
. . . . .	13.104.222.90		
eira	9.504.944.20		
Social	17.687.007,10		
. . . . .	19.849.578.70		
. . . . .	8.281.846.80		
. . . . .	6.009.959,50		
. . . . .	13.978.699.60		
. . . . .	671.064.20		
Publica	12.071.997,90	107.283.875.30	
. . . . .	6.129.554,40		
ESPECIAIS			
. . . . .	83.500,00		
eira	4.640,00		
. Social	141.500.00		
. . . . .	490.600.00		
. . . . .	258.479,60		
. . . . .	324.643.70		
. . . . .	988.221.40		
. . . . .	5.123.763,10		
Pública	3.134.738.80		
. . . . .	522.903.00	11.072.389.60	118.361.264,90
AORÇAMENTARIA			
. . . . .		6.862.391,10	
. . . . .		30.367.104,70	
feitu as p/c Imp. Inds.			
. . . . .		712.196,20	37.941.692.00
. . . . .			156.302.956,90
1949:			
. . . . .		2.804.256,70	
. . . . .		3.843.819.90	
. . . . .		7.174.168.50	
. . . . .		3.020.507.00	16.842.752,10
. . . . .			173.145.709,00

BALANÇO FINANCEIRO DO EXERCICIO DE 1948

RECEITA			DESPESA			
RECEITA ORÇAMENTARIA			**DESPESA ORÇAMENTARIA ORDINARIA**			
Por incidência			Por serviço:			
Sem classificação	23.058 676,80		Administração Geral	13.104 222.90		
Sobre a propriedade	8.739.438.30		Exação e Fisc Financeira	9.504.944.20		
Sobre a circulação da riqueza	84.569 985.00		Seg. Públic e Assist Social	17.687.007,10		
Resultante da atividade do Estado	2.443.099,00		Educação Pública	19.849.578.70		
Varias incidencias	2.199 796,20	121 010.995,30	Saúde Pública	8.281 846.80		
			Fomento	6 009.959,50		
			Serviços Industriais	13.978.699.60		
			Divida Pública	671.064.20		
			Serviços de Utilidade Publica	12.071 997,90	107 288.875 30	
			Encargos Diversos	6.129 554.40		
			CRÉDITOS ESPECIAIS			
			Por serviço:			
			Administração Geral	83.500.00		
			Exação e Fisc. Financeira	4.640,00		
			Seg. Pública e Assist. Social	141.500.00		
			Educação Pública	490 630.00		
			Saúde Publica	258.479,60		
			Fomento	324.643.70		
			Serviços Industriais	988.221.40		
			Divida Pública	5.123 763,10		
			Serviços de Utilidade Publica	3.134.738.80		
			Encargos Diversos	522 903.00	11.072.389.60	118.361.264,90
RECEITA EXTRAORÇAMENTARIA			**DESPESA EXTRAORÇAMENTARIA**			
	6.890.949.50					
Restos a pagar	30.591 040,60		Restos a pagar		6.862.391,10	
Depósitos	1.498.592,70	38.980 582,80	Depositos		30.367 104.70	
Diversos			Adiantamentos à Prefeitu as p c Imp Inds e Profissões		712.196,20	37.941.692.00
		159.991.578.10	SOMA			156.302 956,90
SOMA						
SALDO DE 1947:			SALDOS PARA 1949:			
	643.985 10					
Em caixa	2.467.370.80		Em Caixa		2.804.256.70	
Em Bancos	7 798.499,20		Em Bancos		3.843.819 90	
Em poder de Exatores	2.244.275.80	13.154 130,90	Em poder de Exatores		7.174 168.50	
Diversos			Diversos		3.020.507.00	16.842 752,10
		173 145 709.00				
TOTAL			TOTAL			173 145.709,00

PASSIVO

NCEIRO			
Disp			
Em caixa	384.390,50		
Em Banc	517.014,60		
Em pode	606.005,90		
.. ..	1.436.107,70		
Reali	6.890.949,50	9.834.463,20	
Emprest			
Valôres p			
.. ..	2.112.539,00		
.. ..	1.289.266,70	3.401.805,70	13.236.273,90
ANENTE			
Bens imo			
Bens mo			
Bens de la:			
Diversos			
ial	3.330.000,00		
timos	4.816.248,20		
nhecidas	7.127.212,64	15.273.460,84	
erna:			
lica do Estado ..		2.043.800,00	17.317.260,84
Soma			30.553.534,47
OMICO			
.. ..			147.469.827,16
.. ..			178.023.361,99
ENSADO			
em poder de ter-			
Valôr em		1.069.199.745,70	
Valôres d de terceiros		1.090.400.70	1.070.290.146,40
			1.248.313.508,30

BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCICIO DE 1948

ATIVO

ATIVO FINANCEIRO

Disponivel:

Em caixa	2 [illegible] 1.251,70		
Em Bancos	[illegible]		
Em poder de [illegible]	[illegible]	[illegible]	
Realizavel:			
Empréstimo à Prefeitura Municipal	[illegible]		
Valores pertencentes ao Estado	[illegible]	[illegible]	[illegible]

ATIVO PERMANENTE

Bens imoveis		111.981.561,80	
Bens moveis		16.971.841,60	
Bens de Natureza Industrial		14.366.573,90	
Diversos		[illegible]	151.032.376,80
Soma do Ativo			178.023.361,99

ATIVO COMPENSADO

Valores em poder de terceiros		1.069.199.745,70	
Valores de terceiros		1.090.400,70	1.070.290.146,40
			1.248.313.508,39

PASSIVO

PASSIVO FINANCEIRO

Restos a Pagar:

Exercicio de 1944	384.390,50		
Exercicio de 1945	517.014,60		
Exercicio de 1946	606.005,90		
Exercicio de 1947	1.436.197,70		
Exercicio de 1948	6.890.949,50	9.834.163,20	
Depósitos:			
Especializados	2.112.539,00		
Diversas Origens	1.239.266,70	3.401.805,70	13.236.273,90

PASSIVO PERMANENTE

Divida não consolidada:

Pôrto de Cabedêlo c/Especial	3.330.000,00		
Governo Federal c/empréstimo	4.816.248,20		
Credores por dividas reconhecidas	7.127.212,64	15.273.460,84	
Divida consolidada interna:			
Portadores da Divida Publica do Estado		2.043.800,00	17.317.260,84
Soma do Passivo			30.553.534,47

SALDO ECONOMICO

Patrimônio liquido			147.469.827,16
TOTAL			178.023.361,99

PASSIVO COMPENSADO

Contra-partida de valores em poder de terceiro		1.069.199.745,70	
Contra-partida de valores de terceiros		1.090.400,70	1.070.290.146,40
			1.248.313.508,39

VARIAÇÕES ATIVAS

MENTARIA			
.. ..		23.058.676,80	
.. ..		8.739.438,30	
za		84.569.985,00	
Estado		2.443.099,00	
.. ..		2.199.796,20	121.010.995,30
TRIMONIAIS			
e imoveis		11.267.216,00	
.. ..		1.151.016,90	
. Industrial		2.210.065,60	
as reconhecidas de r.ores sendo:			
.. ..	5.794.827,30		
.. ..	1.168.889,50	6.963.716,80	
.. ..		7.746.189,30	29.338.204,60
			150.349.199,90

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA PATRIMONIAL DO EXERCICIO DE 1948

VARIAÇÕES PASSIVAS				VARIAÇÕES ATIVAS			
DESPESA ORÇAMENTARIA ORDINARIA				**RECEITA ORÇAMENTARIA**			
Por serviços:				Por incidencias:			
Administração Geral	13 104 222,90			Sem classif.cação		23 058.676,80	
Exação e Fiscalização Financeira	9 504 944,20			Sobre a propriedade		8.739 438,30	
Segurança Publica e Assist. Social	17 687.007,10			Sobre a circulação da riqueza		84.569 985,00	
Educação Publica	19 849 578,70			Resultante da atividade do Estado		2 443 099 00	
Saúde Pública	8.281.840 80			Varias incidencias		2.199 796,20	121 010 995,30
Fomento	6 009.959 50						
Serviços Industriais	13 978 699.60						
Divida Publica	671 064 20						
Serviços de Utilidade Pública	12 071.997,90						
Encargos Diversos	6 1 .9.554,40	107 288 875 30					
CREDITOS ESPECIAIS							
Por serviços:							
Administração Geral	83.500,00						
Exação e Fiscalização Financeira	4 640,00						
Segurança Pública e Assist. Social	141.500,00						
Educação Pública	490.000,00						
Saúde Publica	258.479.60						
Fomento	324.643,70						
Serviços Industriais	988.221 40						
Divida Publica	5 123.763.10						
Serviços de Utilidade Pública	3.134 738,80						
Encargos Diversos	522.903.00	11 072.389,60	118.361 264,90				
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS				**MUTAÇÕES PATRIMONIAIS**			
Cobrança da Divida Ativa		831.646,60		Construções e aquisições de imoveis		11 267 216 00	
Alienação de Bens Imoveis		489.350 50		Aquisições de Bens Moveis		1.151 016,90	
Alienação de Bens Diversos		58.441 40		Aquisição de Bens de Nat Industrial		2.210.065,60	
Incorporação de dividas reconhecidas de exercicios anteriores		2.047 286,77		Liquidação de dívidas reconhecidas de exercicio anteriores sendo:			
Operações de Créditos:				Pela despesa orçamentária	5.794.827 30		
Emissão de apólices da Divida Publica pela Receita orçamentária		2 043.800,00		Por via extraorçamentária	1.168.889,50	6 963-716,80	
Diversos		800 210,10	6 270.738,37	Diversos		7 746.189.30	29.338.204,60
RESULTADO ECONOMICO DO EXERCICIO							
Superavil verificado			25.717.196,63				
			150.349.199,90				150.349 199 90

VOS, NO EXERCICIO DE 1948

de	Secretaria da Agricultura V. e O. Públicas	Secretaria das Finanças	TOTAL	%
40	584.277,20	1.181.761 80	13.187.722,90	11 07
	——	9.509.584,20	9.509·584,20	8.04
	——	——	17.828.507.10	15,06
30	1.696.754,70	6.000,00	20 339.578.70	17,19
40	——	——	8.540.326,40	7,30
	4.774.748.80	——	6.334.603,20	5.36
	11·807.517.60	——	14.966.921 00	12,66
	——	5.794.827,30	5.794.827.30	4.93
80	14.826.803,90	——	15.206·736,70	12 85
30	254.923,80	5.198.574.60	6.652.457.40	5.64
20	33.945.026 00	21.690.747,90	118.361.264 90	1 0 0
	28,68	18,32	1 0 0	

DESPÊSA REALIZADA, POR SERVIÇOS, NOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS, NO EXERCICIO DE 1948

SERVIÇOS	Assembléia Legislativa	Governo do Estado	Secretaria do I. e S. Pública	Secretaria de E. e Saúde	Secretaria da Agricultura V. e O. Públicas	Secretaria das Finanças	TOTAL	%
Administração Geral	3 441 522 00	1 200 245,50	5 738 024,00	1 041 492 40	584 277,20	1 181 761 80	13 187 722,90	11 07
Exação e Fiscalização Financeira	—					9.509.584 20	9.509 584 20	8,04
Segurança Pública e Assistência Social	—		17.828.507,10			—	17.828.507 10	15,06
Educação Pública			600.725 70	18 036 498 30	1 696.754,70	6.000 00	20 339.578,70	17.19
Saúde Pública				8.540.326 40			8 540.326,40	7,30
Fomento		1.559 854 40			4 774 748 80	—	6.334.603.20	5.36
Serviços Industriais			3 159 403 40	—	11 807 517 60		14.966.921 00	12,66
Dívida Pública						5 794.827 30	5 791.827 30	4.93
Serviços de Utilidade Pública	—			379 932 80	14 826 803,90	—	15 206 736,70	12 85
Encargos Diversos	—	181.999 80	783 689 90	233 269,30	254.923 80	5 198.574.60	6.652.457,40	5.64
TOTAL	3 441 522 00	2 942.099,50	28 110 350 10	28 231 519 20	33.945 026 00	21 690.747,90	118 361 264 90	100
PERCENTAGENS	2.91	2 49	23,75	23 85	28.68	18,32	100	

RATIVOS, NO EXERCICIO DE 1948

	Material de Consumo	Despêsas Diversas	Total	%
00	18.739,50	25.535,40	3.441.522.00	2,91
20	207.936,40	469.057,30	2.942.099,70	2,49
00	3.884.251,70	6.971.495,70	28.110.350,10	23,75
90	3.702.823,90	3.440.856,30	28.231.519,20	23,85
80	5.092.414,80	10.952.194,70	33.945.026,00	28,68
90	276.579,50	11.420.979,10	21.690.747,90	18,32
80	13.182.745,80	32.980.108,50	118.361.246,90	100
81	11.14	27.86	100	

DESPÊSA REALIZADA, POR VERBAS, NOS ORGÃOS ADMINISTRATIVOS, NO EXERCICIO DE 1948

ORGÃOS ADMINISTRATIVOS	PESSOAL		Material Permanente	Material de Consumo	Despêsas Diversas	Total	
	Fixa	Variável					
Assembléa Legislativa	1 952.353,30	1.384 733 20	60 100,00	18.739,50	25.535,40	3.441.522,00	2,91
Governo do Estado	746.204 10	1 448.501,70	50.360,20	207.936,40	489.067,30	2.942.099,70	2,49
Secretaria do Interior e Segurança Publica	13.340.722 20	3.332.259,50	581 621 00	3 884.251 70	6 971.495,70	28 110.350 10	23 75
Secretaria de Educação e Saude	11 731.808,20	8 808.301 90	547 778,50	3.702.823 90	3 440.806,30	28 231.519,20	23,85
Secretaria da Agricultura V e O Publicas	2 584.534,40	9.532 496,80	8 103 415,30	5 092.414,60	10 032.194 70	33.945.026,00	28,68
Secretaria das Finanças	5.986.768,50	3 881.174,30	125.245,90	276.579 50	11 420.579,10	21.690.747,90	18 32
TOTAL	33.342.361,20	28.387.528 10	7 468 521,30	13.182 745,80	32.980 108,50	118.361.246,90	100
Percentagens	30 71	23 98	6,31	11 11	27,85	100	

ALGODÃO EM PLUMA CLASSIFICADO NO PERÍODO 1944—1948

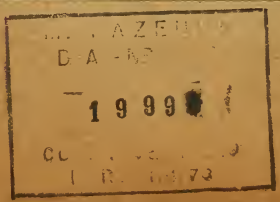
ANO AGRICOLA	DO ESTADO (Quilos)	De outros Estados (Quilos)	TOTAL (Quilos)
1944|45	25.479.169	5.322.468	30.801.637
1945|46	28.420.757	8.300.384	36.721.141
1946|47	24.207.189	15.078.221	39.285.410
1947|48	28.029.491	16.397.766	44.427.257

Êste livro deve ser devolvido na última data carimbada

Imp. Nacional —

Êste livro deve ser devolvido na última data carimbada

Imp. Nacional —



67-50

353.98133
M548

Paraíba. Governadores
AUTOR

Mensagem 1949

67-50

353.98133
M548

Paraíba. Governadores
AUTOR

Mensagem 1949
TÍTULO

Éste livro deve ser devolvido na última data carimbada

67-50

353.98133
M548